

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**ALLAN MATEUS CEREDA**

**“NÃO TINHA O QUE COMER, BOTAVA NO BOLSO”:**

Situações de classe na charqueada/frigorífico São Domingos (1950-1975)

**Jaguarão  
2017**

**ALLAN MATEUS CEREDA**

**“NÃO TINHA O QUE COMER, BOTAVA NO BOLSO”:**

Situações de classe na charqueada/frigorífico São Domingos (1950-1975)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de História da Universidade Federal  
do Pampa, como requisito parcial para  
obtenção do Título de Licenciatura em  
História.

Orientador: Prof. Dr. Guinter Tlaija Leipnitz

**Jaguarão  
2017**

**ALLAN MATEUS CEREDA**

**“NÃO TINHA O QUE COMER, BOTAVA NO BOLSO”:**

Situações de classe na charqueada/frigorífico São Domingos (1950-1975)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de História da Universidade Federal  
do Pampa, como requisito parcial para  
obtenção do Título de Licenciatura em  
História.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em:

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Guinter Tlaija Leipnitz  
Orientador  
Universidade Federal do Pampa

---

Prof. Dr. Caiuá Cardoso Al-Alam  
Universidade Federal do Pampa

---

Prof. Dr. Fernando Cauduro Pureza  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Em memória ao vô Pedro  
Dedico ao primeiro ser humano a me amar e  
que até hoje me atura, minha mãe

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço todxs xs estudantes, que juntamente à classe trabalhadora lutaram, e lutam, pela educação pública, enquanto um direito e não uma mercadoria. Graças à estxs fui o primeiro de minha família a estudar em uma Universidade pública e gratuita, como bolsista permanência. Infelizmente, esta não foi a realidade de muitxs companheirxs que ficaram pelo caminho, evadiram devido ao insuficiente financiamento da Educação Pública, e consequentemente, a escassez de políticas de permanência estudantil.

Gratidão à dna. Nilza, que me recebeu sempre com muita atenção no IHGJ e aos entrevistados: sr. Alamir, sr. Aradir, sr. Juan, sr. Natálio e sr. Walmir, mais do que entrevistas, me proporcionaram ótimas resenhas. Obrigado pelos ensinamentos.

Devo muito as-aos companheirxs que tornaram suportável a habituação em Jaguariaí, tão longe de casa, em 2012. Aquele grupo de pessoas com quem tanto aprendi sobre política, vida e amizade: Edivaldo de Paula, Jennifer Schmaedeker, Josias Peixoto, Marcel Liscano, Taiane Naressi Lopes, Tiago Rosa da Silva e Patrícia Nunes. Marcelzinho, Tai e Tiago só foi possível graças à vocês. Meus portos-seguros, minha segunda família.

À todxs xs trabalhadorxs terceirizadxs e técnicos administrativos que tiveram na parceria todos esses anos, principalmente a Cris, Sara e Tônia.

Sou grato a turma de História 2012 que compartilhou ótimos momentos de inquietações e ternura: Evandro, Izadora, Jennifer, Jojô, Marcelzinho, Marselle, Katy, Pedro Hiago, Sangudinha e Tomate.

Aos amigos “Bolhas”: Ramiro Martinez, Luiz Gustavo Ruivo, Khallil Porto, Marcelo Fonseca, Tiarles Richardt, Rafael Rosa da Silva e Iuri Xavier.

Agradeço aos companheirxs do Bloco de Lutas pela Educação Pública, com quem tanto aprendi.

Aos amigos lindos e carinhosos que tornaram tudo mais leve: Juliana Storniolo, Douglas Brum, Daniel Felipe, Karina Brizola, Gabriel Chati, Mariluci Kersten, Açucena, Nelson Côrrea, Edegar Alonso, Marcius (Arc), Allan Pereira, Andriele Paiva, Yuri Andrews e Lauro Borges.

Agradeço ao Fernando Pureza, que compôs a banca, mas além disso, me deu dicas preciosas que muito ajudaram a pensar a monografia. Sempre muito atencioso e generoso quando entrei em contato.

Muita gratidão à professora Cássia Silveira, com quem aprendi demais e muito me ajudou muito neste trabalho; e aos professores: Édison Cruxen, Leticia de Faria Lima, Jônatas Caratti e Rafael Campos.

Especialmente aos professores Caiuá Al-Alam e Guinter Leipnitz, que fizeram parte da minha formação desde o começo, que muito admiro. Obrigado pela paciência e o afeto. Referências para mim em relação à docência e ao engajamento dentro e fora de sala de aula.

Agradeço ao meu irmãozinho Anderson e minha irmãzinha Valentina. Obrigado por fazerem parte da minha vida. Ao meu pai pela parceria de sempre, um guerreiro e lutador. Te admiro e te amo pai (pena que é “curíntia”).

Ao meu primeiro amor, minha mãe: guerreira, trabalhadora, gentil, paciente, amorosa, forte, inteligente e me atura; um grande ser humano.

Por último, mas não menos especial, na verdade, diametralmente o oposto. Agradeço à Milena Almeida, Momô (e as nossas cachorras – a Diva e a Hannah). É muita felicidade que não cabe no peito. Mais grata surpresa que Jaguarão me deu. À família palmeirense que constituímos, na qual vivo o presente e planejo o futuro. Te amo do tamanho de um Charizard.

## **Vida de Operário**

Nem dá pra esquentar a cama  
Atleta sem fama sou banda sem nome  
Eu sou apenas mais um que não tenho nenhum  
Meu salário é de fome  
O trem me pega na esquita e em cada marmita  
A comida só míngua

Já não tenho pro café e só provo filé  
Quando mastigo a língua  
**(Bezerra da Silva)**

## **Tese 6 “Sobre o conceito de história”**

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem também como vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.  
**(Walter Benjamin)**

## RESUMO

O objeto central desta monografia são as relações de produção concernentes ao mundo do trabalho na charqueada/frigorífico São Domingos, localizada na zona rural de Jaguarão, entre os anos de 1950 e 1975. Neste trabalho, procuramos abordar, em perspectiva histórica, as particularidades dos processos de trabalho em charqueadas, prospectando as consequências, em termos de formação social, da sobreposição de uma indústria frigorífica. As transformações estruturais alteram as determinações objetivas de classe sobre as vidas dos trabalhadores ao imporem o aumento da intensidade do trabalho, o controle do tempo e a restrição do acesso à carne. Foram consultados documentos administrativos da Cooperativa de Carnes da Zona Sul Ltda. e entrevistados trabalhadores da unidade produtiva à época. A questão central desta pesquisa é entender as situações de classe a partir das estratégias de resistências dos trabalhadores que se desenvolveram. A apropriação da carne possuiu destaque nas estratégias dos trabalhadores. Debateremos algumas dimensões e significados para aqueles que o faziam, buscando compreender a partir de que referenciais eram fundamentadas as estratégias de resistências dos trabalhadores.

**Palavras-Chave:** Charqueada – Frigorífico – Jaguarão – Trabalho – Trabalhadores – Mundo do trabalho – Situações de classe

## ABSTRACT

The central object of this monograph are the production relations concerning the working world in the *charqueada*/meat plant São Domingos, located in the rural area of Jaguarão, between the years of 1950 and 1975. In this work, we intended an approach in a historical perspective of the particularities of the work processes in *charqueadas*, prospecting the consequences, in terms of social formation, of the overlap of a meat industry. Structural transformations alter objective class determinations on workers' lives by imposing increased work intensity, time control, and restriction of meat granting instruments. Administrative documents were consulted and interviews made with workers of the production unit at the time. The central question of this research is to understand the class situations through the observation of the resistance strategies developed by the workers. We will discuss its various dimensions and meanings for those engaged, seeking to understand which referential grounded this and other class actions.

**Keywords:** *Charqueada* - Meat Plant - Jaguarão - Work - Workers – Working world – Class Situation

## **LISTA DE FIGURAS**

FIGURA 1 – Jaguarão / fronteira sul do Brasil com o Uruguai .....	13
FIGURA 2 – Charqueada São Domingos .....	14
FIGURA 3 – Comunidade das Charqueadas .....	15
FIGURA 4 – Charqueada São Pedro e charqueada/frigorífico São Domingos .....	42
FIGURA 5 – Trabalhadores de uma charqueada em Jaguarão .....	45
FIGURA 6 – Trabalhadores guiando o rebanho pela mangueira .....	79
FIGURA 7 – Trabalhador se preparando para abater o animal .....	80
FIGURA 8 – Trabalhadores na “linha de desmontagem” .....	80
FIGURA 9 – Trabalhadores na “linha de desmontagem” 2 .....	81
FIGURA 10 – Trabalhador controlando painel de comando .....	81
FIGURA 11 – Pilha de charque de fígado .....	82

## **LISTA DE QUADROS E ORGANOGRAMAS**

QUADRO 1 – Permanências e Continuidades na Organização do Trabalho nas Charqueadas e no Frigorífico .....	49
ORGANOGRAMA 1 – Administração da Cooperativa de Carnes da Zona Sul Ltda.....	36
ORGANOGRAMA 2 – Organização do Trabalho .....	52

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

D.I.P.O.A – Departamento de Inspeção dos Produtos de Origem Animal  
IHGJ – Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão

## SUMÁRIO

### RESUMO

### ABSTRACT

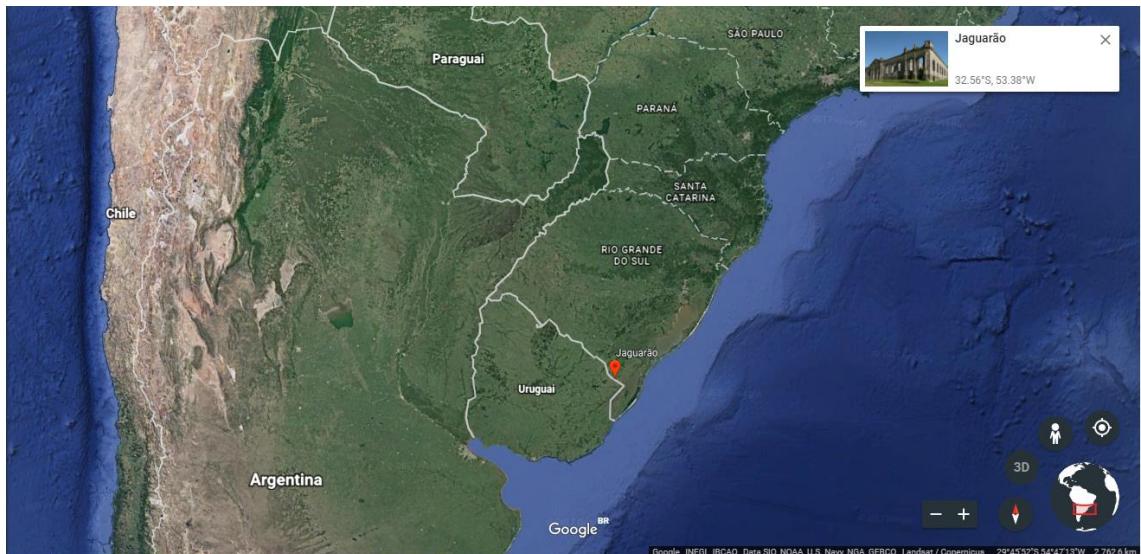
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
Problema de pesquisa .....	13
Considerações sobre metodologia e as fontes utilizadas .....	14
Algumas considerações teórico-conceituais .....	21
Apresentação do trabalho .....	25
<b>1. O MUNDO DO TRABALHO NA CHARQUEADA/FRIGRÍFICO SÃO DOMINGOS .....</b>	<b>28</b>
1.1. Breve contextualização histórica da economia charqueadora em Jaguarão .....	28
1.2. A Cooperativa de Carnes da Zona Sul Ltda.: um empreendimento patronal .....	33
1.3. Charqueada São Pedro, São Domingos e Frigorífico: mudanças e continuidades ..	38
1.4. Ainda mudanças e continuidades: um olhar sobre o capataz: .....	48
<b>2. O MUNDO DO TRABALHO PARA OS TRABALHORES: EXPERIÊNCIA E RESISTÊNCIA DE CLASSE .....</b>	<b>61</b>
2.1. “Eu não fumava, mas comprava um cigarro pra... [risos] pegar 5 minutos [risos]”: a disputa em torno do tempo .....	62
2.2. <i>Insegurança estrutural</i> : mobilidade; dependência e autonomia; e mercado de trabalho .....	67
2.3. Agora sim, o Frigorífico .....	75
2.4. “Roubos” e “roubadinhas”: a <i>cultura da carne</i> enquanto resistência de classe .....	81
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>101</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>105</b>

# INTRODUÇÃO

## Problema de pesquisa

Este trabalho trata de um estudo do que é conhecido na cidade de Jaguarão (ver figura 1) genericamente como “Charqueadas”, entre os anos de 1950-1975. É conhecido assim, tanto pelos trabalhadores entrevistados, no processo de construção de fontes orais, quanto pelos habitantes da cidade que dialoguei sobre. A chamada “Charqueadas” é um espaço privado, de 38 hectares, localizado à margem esquerda do Rio Jaguarão, do lado brasileiro, a 8 quilômetros de distância da área urbana da cidade (ver figura 2), onde foram desenvolvidas atividades produtivas relacionadas à produção de mercadorias derivadas do abate de reses. Em 1848 foi fundada a charqueada São Pedro (da qual hoje só existe ruínas)<sup>1</sup>; em algum momento outra charqueada foi construída, a São Domingos (faltam fontes para precisar a data de sua fundação); esta última charqueada teve suas atividades produtivas alteradas, paulatinamente a “São Domingos” teve sua produção transformada em um frigorífico, à partir da aquisição da empresa pela Cooperativa de carnes da Zona Sul Ltda., porém sem deixar de ser uma charqueada.

**FIGURA 1 – Jaguarão / fronteira sul do Brasil com o Uruguai**



Fonte: Imagem produzida através do Google Earth. Acessado em: 18/07/2017

<sup>1</sup> A referência desta data é proveniente do material audiovisual que posteriormente será contextualizado.

**FIGURA 2 – Charqueada São Domingos**



Fonte: Imagem produzida através do Google Earth. Acessado em: 18/07/2017

Durante as entrevistas os trabalhadores identificaram como “Charqueadas” um espaço maior que as próprias charqueadas São Pedro, São Domingos ou se referindo ao Frigorífico, enquanto meio de produção, mas o próprio bairro ao redor, a comunidade constituída por pessoas que tiravam seu sustento direta ou indiretamente da unidade produtiva. Neste sentido, entendo a pertinência de tratar como “Charqueadas” com “C” maiúsculo e no plural (como aparece nas falas dos trabalhadores) aquela comunidade/bairro construída a partir das charqueadas São Pedro, São Domingos e do Frigorífico. Na figura 3 podemos visualizar o que estou falando: na imagem em destaque no lado superior esquerdo está localizada as casas dos trabalhadores, conhecidas como “vila” pela comunidade; à direita está a remanescente comunidade, que segundo os relatos dos trabalhadores entrevistados, era maior durante o tempo de funcionamento da unidade produtiva; e abaixo, na margem do rio Jaguarão, está a charqueada propriamente dita. Quando me referir à unidade produtiva, tratá-la-ei pelo seu nome próprio: “charqueada São Pedro”, “charqueada São Domingos” e “frigorífico São Domingos”. Entendo também a relevância da nomenclatura “charqueada/frigorífico São Domingos” por identificar um processo histórico gradual de implantação da tecnologia frigorífica e pela necessidade de me referir de maneira genérica ao meio produtivo. Há também a avaliação neste trabalho de que houveram continuidades da charqueada no frigorífico, tornando este peculiar, diferente de outros frigoríficos instalados em espaços sem relação com alguma charqueada.

**FIGURA 3 – Comunidade das Charqueadas**



Fonte: Imagem produzida através do Google Earth. Acessado em: 18/07/2017

O interesse desta pesquisa não é exatamente a unidade produtiva em si, mas sim as mudanças e continuidades da organização do trabalho, as implicações destas na vida dos trabalhadores e suas famílias. A partir disto, é relevante sabermos como eles agenciaram as situações e com que referenciais atuaram, do ponto de vista da Cultura. Percebemos durante a pesquisa que as transformações não aconteceram somente na ordem tecnológica de organização da produção, mas uma série de mudanças sociais profundas, desde a moradia, a relação com o tempo livre, da dinâmica de sociabilidade e lazer, entre outros aspectos. O problema central da pesquisa está nas relações de produção, porém, é impossível avançar a proposta de estudo isolada das condições sociohistóricas em que se desenvolveram. Neste sentido, interessam as condições materiais de existência dos trabalhadores e a Cultura. Devido à limitação de um trabalho de conclusão de curso, não nos debruçaremos, da maneira adequada, em alguns elementos centrais da cultura operária – time de futebol (que possuíam), os bailes (auto-organizados), a venda (comércio, que entre outros itens, vendia bebida alcoólica), etc. Focaremos em debater as resistências de classe e as suas lógicas.

O recorte temporal da pesquisa é concentrado entre 1950 e 1975. Esse período será analisado devido às datas das fontes primárias. Acessamos alguns documentos da Cooperativa, constituída em 1950, que administrou a charqueada. A data final do recorte de nosso estudo é relativa ao ano em que último entrevistado rompeu o vínculo empregatício com a Cooperativa. Ainda em 1975 foi produzido o material audiovisual sobre a charqueada/frigorífico utilizado na elaboração da monografia. Porém, como a proposta deste trabalho é entender as mudanças, continuidades e peculiaridades de uma charqueada – e dos

trabalhadores de uma charqueada – vamos estender temporalmente nossa análise, tendo como referência as charqueadas pelotenses do século XIX, mas, principalmente a título de comparação, para termos referências de nosso objeto de estudo, que está cronologicamente situado entre 1950 e 1975.

### **Considerações sobre metodologia e as fontes utilizadas**

São vários os caminhos que podem levar à realização de uma pesquisa, porém, dois que tive contato são significativos: 1. Você toma conhecimento da existência de fontes históricas e se propõem a estuda-las, ou seja, conhecer seu objeto através do contato com as fontes; 2. Você encontra um objeto, se interessa e depois precisa encontrar as fontes para a realização do estudo. O segundo é mais tortuoso, e foi o caminho trilhado. Ao tomar ciência, em 2015, da existência de um frigorífico – o qual era uma charqueada – em Jaguarão, imediatamente vislumbrei minha monografia. Antes de saber qualquer informação sobre o frigorífico, já imaginei fazer um estudo sobre o “sindicato”, de analisar uma “greve” dos trabalhadores do frigorífico, etc. Pesquisei os anos 1960 e os primeiros anos da década de 1970 do jornal “A Folha” de Jaguarão e não encontrei registro algum. No Instituto Histórico, tive acesso no primeiro momento somente a um maço de projetos arquitetônicos, principalmente da década de 1950, que pouco me indicaram um trajeto.

Peguei uma bicicleta e fui até a longínqua Charqueada: “dei com a cara na porta”. Não pude nem ao menos entrar na propriedade. Havia ordens para não permitir visitações. Conheci dois trabalhadores da antiga charqueada/frigorífico São Domingos, que hoje cuidam do espaço, que preferiram não serem entrevistados. Insisti um pouco, mas não tive sucesso. Conversei com algumas pessoas da pequena comunidade que ainda moram no entorno do grande esqueleto das charqueadas e da instalação frigorífica do século passado. Eram homens e mulheres que possuíam parentesco com trabalhadores daquela unidade produtiva que me disseram algo, mas ainda muito pouco para fazer o trabalho. O que foi dito por essas pessoas se refere à inexistência de greves, sindicatos ou conflitos de classe. Por algum momento fiquei decepcionado, porém, já havia sido afetado por aquele lugar e pelos trabalhadores, à época ainda imaginários, já que não os conhecia. No caminho de volta imaginei uma série de coisas e possibilidades do que poderia ser aquele lugar e aqueles trabalhadores, estava provocado a conhecer, em termos históricos, o que já era na minha imaginação. Percebi neste momento que teria que produzir minhas próprias fontes se quisesse avançar na pesquisa.

A História Oral foi a metodologia possível para produzir uma história do mundo do trabalho da charqueada São Domingos. A privilegiada memória dos mais velhos seria o importante instrumento de resgate do passado, “fonte de onde jorra a essência da cultura, ponte onde o passado se conserva e o presente se prepara”<sup>2</sup>. Evidentemente que “essência” não tem a ver com uma visão essencialista, mas com o próprio caráter ontológico da história, objeto primeiro das entrevistas. Não me interessava na fala dos trabalhadores somente resgatar suas *experiências* e suas perspectivas sobre quaisquer questões, era necessário eu entender do que se tratava o meu próprio objeto de pesquisa. A construção das fontes se apresentou com esse duplo caráter de dificuldade: 1. Conhecer elementos objetivos do mundo do trabalho (e dos trabalhadores) da charqueada, relatos descritivos, entender períodos, mudanças e continuidades; 2. Compreender elementos não-objetivos, concernentes às perspectivas dos trabalhadores em relação às questões objetivas do mundo do trabalho e a suas próprias subjetividades formadas no âmbito da cultura e das relações de trabalho<sup>3</sup> necessário para entender seus próprios comportamentos. Muitas vezes o colhimento de memórias sem o cruzamento com outras fontes ou um conhecimento mais profundo de determinada realidade social se torna um método desonesto, no sentido da utilização de certos relatos orais simplesmente para confirmarem hipóteses anteriores. Minhas expectativas iniciais concerniam ao meu desejo de estudar alguma suposta greve ou movimento de trabalhadores na cidade de Jaguarão (no qual não tenho conhecimento da existência), que foram interrompidas em relação ao estudo empreendido. Importante, entendo eu, para execução deste trabalho, foi não ter grandes hipóteses iniciais. Felizmente as questões foram sendo desenvolvidas durante a realização da pesquisa.

Porém, a História Oral implica algumas limitações que imediatamente se apresentaram e só fui entender quando sr. Aradir (trabalhador entrevistado) me explicou:

**Sr. Aradir:** O “fulano”<sup>4</sup> era eletricista, ele é profissional, aquele ali entende tudo de eletricidade. Aí depois que a firma faliu, que venderam, ele ficou de guarda lá. **Agora ele é uma pessoa assim: ele não tem estudo, ele é muito retrancado, envergonhado, não gosta de falar. Claro, eu conversar contigo eu tô cheio de falha e erro de português mesmo, as palavras não saem direito. Ele não teve estudo, né. E eles tem vergonha disso aí, de certo. Mas tem que ser o que é, não**

---

<sup>2</sup> BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade* lembranças de velhos. 3a ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994, p. XVII.

<sup>3</sup> Não tive a ilusão de conhecer “as questões” objetivas *em si*, inevitavelmente seriam mediadas pelos sujeitos entrevistados. Por outro lado, entender as subjetividades também contribui com entendimento das questões objetivas, pois não são estançadas entre si, mas estão dialeticamente intrincadas, constituindo e sendo constituídas.

<sup>4</sup> Suprixi o nome do trabalhador porque não seria ético expô-lo se ele optou por não me conceder a entrevista.

**adianta querer mudar, né.** Ah, eu me dou muito com ele, os outros da guarda eu não conheço. Tudo gente mais nova, né. [...]

**Sr. Aradir:** É, tem que estudar, viu. Estuda, eu te ajudo em tudo que eu puder. Eu não tive essa chance. Não me queixo também, nem culpo meus pais, porque não tinha como. Não tinha jeito.<sup>5</sup> [grifo meu]

Trata-se do caso abordado anteriormente dos trabalhadores que não quiseram falar comigo. Percebi que, independentemente da postura do pesquisador, daquele que tem o interesse na entrevista, há questões que extrapolaram as possibilidades de atuação imediata<sup>6</sup> como as representações sociais, alimentadas pela Universidade – de parte significativa dos “acadêmicos” que se entendem “superiores” pelo acesso que tiveram ao “ensino superior”. Antes mesmo de se estabelecer algum tipo de relação com o trabalhador, a representação social da Universidade já chegou primeiro.<sup>7</sup> Evidentemente que outros trabalhadores podem lidar diferentemente com esta questão, como foi o caso de um dos entrevistados (sr. Alamir), porém, as outras entrevistas foram concedidas com a mediação de pessoas próximas aos trabalhadores e duvido muito o êxito de consegui-las sem essa mediação.

Após superar o primeiro obstáculo e estabelecer o contato, há outra barreira relevante ao procedimento da entrevista, como bem sintetizou Eric Gustavo Cardin: “uma entrevista fundamentalmente precisa ser consentida enquanto que uma conversa deve ser conquistada.”<sup>8</sup> Antes de realizar a primeira entrevista, tive contato com o texto de Cardin, no qual ele defende algo que já intuía, a construção de uma técnica de história oral mais horizontal, que ele denominou *conversas qualificadas*. Imediatamente deixei de lado o questionário e iniciei as entrevistas somente com pautas que gostaria de *conversar* com os entrevistados. Evidentemente, mesmo sendo uma *conversa qualificada*, ainda intervi na direção da entrevista para os problemas que eram fundamentais para o estudo, porém, esse modo não dirigista de História oral foi fundamental para entender questões das subjetividades dos trabalhadores, na qual, a partir destas, os entrevistados faziam sua leitura (ou releitura) do

<sup>5</sup> BOM, Aradir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão-Brasil. 2016.

<sup>6</sup> Espero conseguir me aproximar deste trabalhador para conhecer e aprender com suas experiências.

<sup>7</sup> Evidentemente que a responsabilidade não é exclusiva da Universidade. Há diversas outras *experiências* possíveis destes trabalhadores para reforçar essa relação de status quo da educação formal. Por exemplo, quando o poder público não provém a determinada comunidade o que lhe é de direito e impõe explicações burocráticas, com linguagem inacessível a maior parte da população para lhes negarem o mínimo; ou quando um advogado, médico ou “doutor” se relaciona de maneira depreciativa. Além, da própria valorização da educação formal pela sociedade burguesa, que exclui a maioria do acesso à Universidade, que a torna um requisito de humanização, como no dito: “estuda para ser alguém na vida”, como se aquele que não acessou a educação formal não seja alguém. Porém, o mundo acadêmico e os intelectuais, genericamente falando porque há as disputas, estão a léguas e léguas de distância do mundo real fora da “bolha acadêmica” e não corroboram a mudar essa questão. Cada vez mais preocupados em se inserirem nos debates acadêmicos e cada vez menos preocupados com os problemas sociais vivenciados pela maioria.

<sup>8</sup> CARDIN, Eric Gustavo. História oral, conversas qualificadas e o mundo dos trabalhadores. *História na fronteira*, v. 2, n. 2, p. 7-21, jul./dez. 2009.

passado. Foi possível, por vezes, identificar coerências narrativas elaboradas pelos trabalhadores alicerçadas em suas identidades presentes. A *conversa qualificada* é uma técnica que se contrapõe à técnicas que dificilmente estabelecem relações de reciprocidade – relações tradicionais de entrevistado-entrevistador.

Por outro lado, a técnica escolhida trouxe imensa dificuldade para organização dos relatos orais. As *conversas qualificadas* por vezes saíram do foco, a entrevista mais curta durou 1h40min a mais longa 2h50min. Foram muitas horas de transcrição e muitas páginas de entrevistas. Enfrentamos um grande problema no momento inicial da pesquisa por causa desse ineditismo, somado à ausência de outras fontes. Eram muitas informações, por vezes confusas e controversas, sem possibilidades de cruzar fontes, poucas referências ou parâmetros para o estudo. Pierre Bourdieu assinala que:

[...] não podemos compreender uma trajetória (isto é, o *envelhecimento social* que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis.<sup>9</sup>

No colhimento das primeiras entrevistas, as falas dos trabalhadores se apresentavam e as possibilidades de interpretação eram muitas, havia a necessidade organizar e cruzar as entrevistas para entender melhor os contextos vividos e identificar o que das trajetórias dos trabalhadores era relevante para entender as relações sociais no mundo do trabalho na charqueada/frigorífico. Na verdade, só foi possível organizar sistematicamente as informações colhidas após o posterior acesso que tive a um material audiovisual<sup>10</sup> produzido no ano de 1975, em que pude visualizar o processo de trabalho e visualizar os trabalhadores. A partir disto, os relatos começaram a fazer sentido.

Foram realizadas cinco entrevistas para esta pesquisa, apesar de somente quatro aparecerem no texto do trabalho. Três dos entrevistados foram trabalhadores da charqueada/frigorífico São Domingos, e foram contemporâneos em determinado recorte temporal, mas uns ficaram mais tempo do que outros. Um dos entrevistados foi trabalhador de uma estância em Jaguarão, de um cooperado<sup>11</sup>, em que exercia a função de tropeiro; seu

---

<sup>9</sup> BOURDEIU, Pierre. A Ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 190.

<sup>10</sup> Adiante apresentarei o documentário.

<sup>11</sup> Como veremos mais adiante a propriedade da charqueada/frigorífico é de um grupo de grandes pecuaristas que administravam através de uma cooperativa.

contato com a unidade produtiva estudada é através do abastecimento de gado. O último entrevistado foi o produtor do audiovisual que conheceu e fotografou os processos produtivos no ano de 1975, além de ter relações pessoais com alguns cooperados.

A primeira entrevista foi realizada com o trabalhador Juan Dirley Silva Lopez (sr. Juan), em sua casa, graças à mediação de Nelson Corrêa, amigo e colega de curso, sobrinho do mesmo. Na verdade, estive por duas vezes com sr. Juan. A primeira vez foi só uma visita e apresentação (e um ótimo e agradável dia em sua chácara). Quando da realização da entrevista, estiveram presentes além de nós dois, mais duas pessoas, Nelson e minha companheira Milena, que me acompanharam a visita. Ele possui 71 anos, é casado, reside em Rio Branco, no Uruguai, fronteira com Jaguarão. Sr. Juan estudou até o 6º ano no Uruguai. Ele trabalhou nas charqueadas de 1960 a 1967, de seus 15 aos 22 anos. A chácara que Sr. Juan mora fica de frente às charqueadas/frigorífico, do outro lado do Rio Jaguarão, em região rural conhecida, em Jaguarão, como “Região de la Coronilla”. Essa pequena propriedade em que mora, segundo Sr. Juan, foi recebida por herança de seu pai, que recebeu de seu avô, um dos primeiros povoadores da região. Durante sua vida inteira morou naquela chácara. A ocupação que Sr. Juan exercia nas charqueadas era sazonal, entre três e quatro meses ao ano ele residia e trabalhava nas charqueadas, voltando aos fins de semana para sua chácara.

O segundo, já me era conhecido da cidade de Jaguarão, ele é diretor de um importante espaço de organização política e cultural da cidade, o clube social negro “24 de Agosto”, conhecido só como “24”, Natálio Cardoso Chagas (sr. Natálio). Nasceu em 25 de novembro de 1950, viúvo, natural da campanha jaguarense. Sr. Natálio começou a trabalhar com 8 anos de idade e circulou por diversos trabalhos na zona rural de Jaguarão. Ele foi empregado na fazenda Santa Izabel, de Rubem Marques, um dos cooperados, por volta do final dos anos 1950 e início dos 1960. A distância de seu local de trabalho à charqueada era de 20 quilômetros. Ainda criança fazia este trajeto, guiando o rebanho por seis horas com outros trabalhadores – foi tropeiro. Atualmente é aposentado, porém precisa continuar trabalhando, faz entregas em uma transportadora, quase 60 anos trabalhando. A entrevista foi realizada em sua casa, uma *conversa* muito agradável e *qualificada*.

Walmir dos Santos (sr. Walmir), o terceiro a ser entrevistado, foi-me apresentado por Andrea Lima, colega e pesquisadora de Jaguarão no século XIX, que também tem interesse na charqueada São Domingos. A entrevista foi realizada na casa de sr. Walmir pela Andrea e por mim, com a presença e participação de sua esposa. Sr. Walmir é funcionário público aposentado, casado e por muitos anos foi vinculado ao Instituto Histórico e Geográfico de

Jaguarão (IHGJ), ao Rotary Club e a maçonaria. O audiovisual foi produzido no contexto de um concurso cultural entre os confrades do IHGJ. O documentário é um compilado de fotografias feitas por ele na época (1975). São imagens que vão sendo transpostas com uma narração ao fundo, com o título: “Progresso aqui e agora: Cooperativa de Carnes e Derivados da Zona Sul Ltda. O material não está publicado, faz parte do arquivo do autor.<sup>12</sup> O documentário possui uma narrativa de exaltação do empreendimento da Cooperativa, na perspectiva do *progresso*. É fortemente influenciado pela perspectiva da historiografia produzida a partir do Instituto Histórico e Geográfico no Rio Grande do Sul, o *positivismo*.<sup>13</sup> As instalações frigoríficas, processos automatizados, a ideia de inovação tecnológico, representaria o progresso. A Cooperativa, segundo o documentário, inseriria Jaguarão em um contexto mais amplo através do desenvolvimento produtivo e das exportações da carne, do charque e outros derivados. A narrativa apresenta os trabalhadores como “inclusivos e felizes” com seus empregos, conformando uma relação harmoniosa entre os trabalhadores e o trabalho.

Aradir Bom (sr. Aradir), foi o quarto entrevistado. Ele é pai de Matheus Bom, outro colega de graduação. Tem 67 anos, casado e mora em Jaguarão. Passa parte do tempo em sua chácara e outra parte em sua casa. Começou a trabalhar aos 12 anos, em 1962, na charqueada São Domingos, teve várias admissões e saídas, entre o início até 1975, ano que foi para Rio Grande e entrou para a Brigada Militar. Estudou até a 4<sup>a</sup> série. O pai e mãe de sr. Aradir também trabalharam na charqueada. Ele nasceu na comunidade das Charqueadas, morou em uma casa de torrão e posteriormente mudou-se para a “vila”, construída pela Cooperativa para os trabalhadores. A entrevista foi realizada em sua casa com a presença de sua esposa. Foi uma conversa de 2h40min.

A última entrevista realizada aconteceu por contingência. Fui atrás de um ex-trabalhador do frigorífico que atualmente é funcionário de uma quadra de futebol. Este não quis ser entrevistado no momento devido a memórias afetivas dolorosas. Então, me indicou onde ficava a casa de outro trabalhador. Fui à casa de Alamir Espindola, chamei-o e ele me

<sup>12</sup> Foi gentilmente cedido pela Andrea Lima com a permissão de sr. Valmir.

<sup>13</sup> Para saber mais sobre a relação do positivismo, o Instituto Histórico e Geográfico e a historiografia sul-rio-grandense. Ver: GUTFREIND, Ieda. *A Historiografia Rio-Grandense*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992. Ver também: SILVEIRA, Daniela Oliveira. “*O passado está prenhe no futuro*”: A escrita da História no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920-1930). Porto Alegre: UFRGS, 2008. Dissertação (mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2016. Para saber mais sobre a relação em âmbito nacional: BOEIRA, Luciana Fernandes. Quando historiar é inventar a nação: uma reflexão sobre o espaço de atuação do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro na construção da ideia de nação brasileira no século XIX. *MARgem – Estudos, Uberlândia – Minas Gerais*, ano 1, n. 1, p. 86-95, jan./jun. 2008.

recebeu e prontamente aceitou conversar comigo. Nascido em 1949, é um pouco mais novo que sr. Aradir, chegou a ser amamentado pela mãe deste inclusive, já que sua mãe lactou por pouco tempo – são contemporâneos. Também nasceu nas Charqueadas e morou lá até 1970, quando saiu por um acidente de trabalho, que teve como consequência o desenvolvimento de um problema de saúde que não permitia a continuidade no frigorífico à época. O avô e o pai de sr. Alamir também eram trabalhadores da charqueada São Pedro e São Domingos, além de seu tio ter sido capataz e gerente do local. Depois de 1970, trabalhou em duas farmácias até se aposentar. Em uma escola nas Charqueadas havia estudado até a 4º série, já na cidade retornou a escola e concluiu o Ensino Médio.

As entrevistas foram muito ricas e proporcionariam a realização de muitos outros debates, além dos que serão feitos na monografia, houve a necessidade de recortar o mínimo para este trabalho e muitas questões presentes nas fontes não serão abordadas. Dialogar com os trabalhadores na dimensão das *conversas qualificadas* foi uma experiência de imensa aprendizagem, percebi a complexidade de suas visões de mundo, de suas interpretações, além da diversão das resenhas. No Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, tive acesso a outras fontes primárias, quando o prazo já não permitia me debruçar sobre elas (contingências de pesquisa!). Além das fontes orais e do audiovisual, tive acesso a alguns projetos arquitetônicos e a uma pasta de documentos que até então não me eram conhecidas, no qual havia relatórios de safra e uma série de outros documentos administrativos. Neste trabalho utilizei os relatórios de safra, informações dos projetos arquitetônicos e uma circular do Ministério da Agricultura. A dificuldade inicial, a ausência de fontes, posteriormente se inverteu, abundou-se fontes, apesar de ter tomado conhecimento tarde demais para explorá-las; ao menos pode ser objeto de estudos futuros.

### **Algumas considerações teórico-conceituais**

A proposta deste trabalho não é fazer nenhuma reflexão mais aprofundada sobre teoria da história, as minhas limitações não permitiriam. Esta monografia é um estudo de caso, no bojo dos estudos dos mundos do trabalho. Porém, é necessário fazer algumas considerações para situar o leitor. A abordagem que faremos do objeto deste trabalho é a partir do desenvolvimento conceitual do debate empreendido por E. P. Thompson com seus contemporâneos que negavam a importância da *classe* em realidades em que suas manifestações não estão nitidamente definidas, através de instituições de classe, ações coletivas de classe ou linguagem consciente de classe. Genericamente é atribuída a Thompson

uma concepção que reduz a existência da classe à consciência de classe, já que o autor negou a classe como estrutura/lugar, porém sua perspectiva é diametralmente oposta, a questão é entender os processos históricos, o autor pensa o fazer-se da classe em movimento, em diversos momentos.

Quando digo que classe e consciência de classe são sempre o último estágio de um processo real, naturalmente não penso que isso seja tomado no sentido literal e mecânico. Uma vez que uma **consciência de classe madura** tenha se desenvolvido, os jovens podem ser “socializados” em um sentido classista, e as instituições de classe prolongam as condições para sua formação. Podem-se gerar tradições ou costumes de antagonismo de classes que não correspondam mais a um antagonismo de interesses.<sup>14</sup> [grifo meu]

O autor britânico entendia a primazia da “luta de classes” à própria “classe”, para ele a “classe” não é um dado, mas um fenômeno histórico protagonizado por sujeitos, *ela* se constrói em suas “lutas” em um contexto específico:

Se o proletariado é verdadeiramente privado de consciência de si mesmo como proletariado, então não se pode definir assim. Para um historiador, e espero poder afirmar que isso vale para um historiador marxista, atribuir o termo “classe” a um grupo privado consciência de classe, ou de cultura de classe, e que não age nessa direção é uma firmação destituída de significado. Podemos dizer: “os pobres, ou a plebe, podem vir a ter consciência de si apenas como proletariado”, tal é a sequência histórica da formação de uma classe. Se, de fato, esse pobre ou essa plebe se alinham com outros grupos (proprietários de terra, mercadores, Estado) de um ponto de vista classista e se possuem uma consciência correspondente, que não é a de um “proletariado” maduro ou de uma classe operária, logo o problema histórico começa com a análise e definição desse específico processo de formação da classe.<sup>15</sup>

Ellen Wood, avaliando esse debate, resume que “sua intenção de demonstrar os efeitos determinativos de “**situações**” de classes até mesmo nos casos em que ainda não existam classes “maduras”.”<sup>16</sup> Neste sentido, a classe se manifesta na sociedade de classes de diversas formas, independentemente de sua manifestação autoconsciente, madura.

Apesar da negação veemente de Thompson à algumas categorias a partir da qual se pensava a classe em termos de “falsa consciência”, ou em termos marxianos, “classe em si” e “classe para si”, o autor britânico pensou a formação da classe a partir da ideia de

---

<sup>14</sup> THOMPSON, Edward Palmer. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In: NEGRO, Antônio Luigi.; SILVA, Sérgio. (orgs.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 274-275.

<sup>15</sup> IDEM, p. 275-276.

<sup>16</sup> WOOD, Ellen Meiksins. Classe como processo e como relação. In: \_\_\_\_\_ *Democracia contar capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 69.

“consciência imposta”. A classe madura se manifestaria quando a classe é uma autorreferência aos trabalhadores não uma categoria analítica.<sup>17</sup>

Uma das contribuições mais importantes de Thompson é tirar a questão da *ideologia* dos termos “base x superestrutura”. O esquematismo da elaboração economicista da formação da superestrutura ideológica enquanto uma consequência da base econômica até hoje causa nefastas consequências ao marxismo, pois grande parte das críticas feitas às abordagens desta corrente teórica é feita a partir de caricaturas do que teve de pior no legado de Marx – o estruturalismo e o stalinismo. E. P. Thompson assim elucida a questão:

[...] reflexões de tipo cultural e moral, aos modos em que o ser humano está imbricado em relações especiais, determinadas, de produção, o modo em que estas experiências materiais se moldam em formas culturais, a maneira em que certos sistemas de valores são consoantes com certos modos de produção e certos modos de produção e relações de produção são inconcebíveis sem sistemas de valores consoantes. Um não depende do outro. Não existe uma ideologia moral pertencente a uma superestrutura, o que existe são duas coisas que constituem as faces da mesma moeda.<sup>18</sup>

A perspectiva do autor compreendia, dessa forma, a consonância dos sistemas de valores e dos modos de produção. Neste sentido, o modo de produção capitalista teria sistemas de valores próprios de suas classes dominantes, no ponto de vista da hegemonia, que seriam impostos aos não-proprietários. Thompson resgata o que há de mais profundo na crítica de Marx ao idealismo Hegeliano. Agora, o que se entende como consciência imposta, não necessariamente teria o mesmo sentido de “falsa consciência”. Pois, os trabalhadores elaboram suas estratégias de luta a partir de suas próprias perspectivas que não necessariamente tem a ver com uma “falsa consciência”. A crítica ao trabalho alienado no capitalismo de Lukács na perspectiva ontológica do trabalho enquanto mediador do homem (ser humano) com a natureza e a própria sociedade, central no desenvolvimento do gênero humano, nada tem a ver com os usos vulgares do conceito de *falsa consciência*.<sup>19</sup> A “falsa consciência”, no seu sentido vulgar, assumia um papel normativo sobre as formas de classe na realidade histórica. Thompson realizou a empreitada de estudar as situações de classe, não do

---

<sup>17</sup> MATTOS, M. B. Classes sociais e luta de classe. In: \_\_\_\_\_ E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

<sup>18</sup> THOMPSON, Edward Palmer. Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad pré-industrial. Barcelona: Crítica, Grijalbo, 1979, p. 315.

<sup>19</sup> Ver: LUKÁCS, György. Parte 3. In: \_\_\_\_\_ Prolegômenos para uma ontologia do ser social. São Paulo: Boitempo, 2010.

ponto de vista da “consciência verdadeira” (socialista e revolucionária), mas dos significados que as lutas dos trabalhadores assumiam a partir de seus próprios códigos culturais.

Enquanto que os autores que escreveram sobre a revolução industrial, na Inglaterra, como a “causadora” do “surgimento” desta nova classe, Thompson identificou na cultura popular, nos costumes da classe trabalhadora, anteriores à industrialização, as principais referências na *formação* da (do fazer-se) classe operária, e suas lutas, que eclodiram durante a revolução industrial. Neste sentido, seus estudos complexificaram a vulgar utilização da “falsa consciência”, onde a resposta adequada às transformações produtivas de dominação, da classe burguesa, deveria ser enfrentada a partir de uma “consciência verdadeira”, que rompesse com essas estruturas. Thompson percebe a formação da classe a partir de uma perspectiva de continuidade de suas próprias tradições. Porém, é necessário ressaltar que o autor também se preocupou sobremaneira com as determinações objetivas do capitalismo industrial, ponderando a pressão estrutural da intensificação da exploração nos processos de resistência, de luta de classes.<sup>20</sup>

Neste sentido, Thompson diferenciou os momentos, o processo de formação de uma classe madura, mas de maneira não normativa. Para o autor, a classe é um acontecimento, não uma coisa ou uma estrutura, é fruto de relações sociais em situações determinadas, mediadas pela experiência. Thompson, em sua clássica citação amplamente reproduzida, assim coloca:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõe) dos seus. A experiência grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe.<sup>21</sup>

É na *experiência* que Thompson vai entender a *formação* do fenômeno da classe. A experiência, para Thompson, está situada entre as determinações das relações de produção e a

<sup>20</sup> A exploração que me refiro diz respeito a questão do controle do tempo, propriamente dita. Sobre isso ver: THOMPSON, Edward Palmer. *Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial*. In: \_\_\_\_\_ *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das letras, 1998. Thompson preocupou-se também com as formas que a classe trabalhadora passou a viver no capitalismo. Contrapondo os pensadores neoclássicos que defendiam uma melhora no padrão de vida da classe trabalhadora, Thompson rebate a “melhora” no padrão de vida não necessariamente significa uma melhora no *modo de vida*. O padrão de vida, (relacionado à quantidade) de consumo, poderia melhorar e ao mesmo tempo o modo de vida (relacionado à qualidade) poderia se deteriorar: saúde, educação, lazer, intensidade do trabalho, etc. Ver: THOMPSON, Edward Palmer. *Exploração*. In: \_\_\_\_\_ *A formação da classe operária inglesa. Vol 2 – A maldição de Adão*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988.

<sup>21</sup> THOMPSON, Edward Palmer. Prefácio. In: \_\_\_\_\_ *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 10.

consciência social. A *experiência* seria uma espécie de “filtro” entre a estrutura objetiva e consciência subjetiva, estando a *experiência* no “terreno” da cultura. Neste sentido, a classe só acontece historicamente (no processo histórico), nunca fora, como uma elucubração idealista ou categoria teórica abstrata. Outro ponto importante é a *relação*; a classe nunca acontece “independente de”, só se forma a “partir de” outra classe, ou seja, é um fenômeno histórico que acontece a partir das relações de produção (em sua perspectiva ampla – trabalho, valores, crenças, etc.). Neste sentido, a perspectiva thompsoniana de classe extrapola, e muito, as questões que concernem somente às relações de trabalho, mas abarcam uma série de situações que envolvem as *condições* de vida, tanto do ponto de vista material até o imaterial – valores, tradições e crenças.

Mesmo não concordando com o caminho percorrido para chegar ao conceito, proponho como instrumento analítico para pensar as condições de vida dos trabalhadores nesta monografia o conceito de *insegurança estrutural* de Mike Savage. Entendo que Savage tenha feito uma leitura esquemática do marxismo, o reduziu ao determinismo econômico e ignorou toda uma “tradição de crítica ativa do materialismo histórico”<sup>22</sup>, de autores como Lukács, Gramsci, Benjamin, entre outros. Além do mais, o próprio Thompson escrevia dentro da “tradição marxista”<sup>23</sup>. Porém, Savage, na tentativa de superar, segundo ele, um impasse, sobre a discussão da formação da classe, não comprometeu a qualidade analítica de seu conceito, assim elabora:

Desse modo, sublinho que o traço distintivo da vida operária não se apóia exclusivamente no processo de trabalho (como frisariam os marxistas) nem no mercado de trabalho (como frisariam os weberianos), mas na *insegurança estrutural* vivida por todos os trabalhadores. Na sociedade capitalista, a retirada dos meios de subsistência das mãos dos trabalhadores significa constrange-los a acharem estratégias para lidar com a aguda incerteza da vida diária, que deriva de seu estado de impossibilidade de reprodução autônoma reconhecer certas pressões estruturais sobre a vida operária, embora também pontue a urgência de examinarmos a enorme variedade de táticas que os trabalhadores podem escolher para cuidar de seus problemas – da luta contra seus empregadores à formação de cooperativas, à demanda de amparo estatal, à tessitura de redes de apoio nas vizinhanças e por aí vai. É tão relevante olhar para as estratégias de vidas atualizadas nos bairros urbanos e nos lares quanto para o processo de trabalho em si mesmo. Nesse olhar, o trabalho, enquanto emprego, não carece ser visto como o único ou o principal eixo da classe social.<sup>24</sup>

<sup>22</sup> Uma referência a leitura de Badaró sobre o marxismo, em que Thompson, para ele, estaria neste hall.. MATTOS, Op. Cit.

<sup>23</sup> Ver: THOMPSON, Edward Palmer. A prática do materialismo histórico. In: \_\_\_\_\_ *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

<sup>24</sup> SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, C. H. M.; SILVA, F. T.; FORTES, A. (orgs.) *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004, p. 33.

A *insegurança estrutural* é manifestação das determinações objetivas das estruturas de classe. Não entendo a *insegurança estrutural* como um lugar, uma coisa, mas com um processo estruturado, um “ traço distintivo” da condição de classe, daqueles que vivem da venda da força de trabalho, enquanto mercadoria, ou estão à mercê de questões mais amplas de uma sociedade estruturada em classes, as dinâmicas das relações de produção, que extrapolam as relações de trabalho, são consequências das expropriações, da condição não-proprietária, ou dos processos de acumulação de maneira mais ampla.

A partir desta tentativa de elaboração, a proposta do trabalho não é dizer se houve uma classe ou não houve uma classe no seu sentido madura. O problema conceitual de fundo que pretendo entender, não necessariamente desenvolvendo um debate teórico durante a monografia, é o que Ellen Wood chamou de **situações de classe**.<sup>25</sup> Interessa o processo histórico que constituiu as estruturas, os processos estruturados por um lado, e os antagonismos geradores de lutas e conflitos na formação social das relações de produção da charqueada/frigorífico. Entender a partir das **situações de classe** o desenvolvimento das “formas classe” na consciência social dos trabalhadores dentro das lógicas dos próprios trabalhadores. Por isso, entender o terreno da cultura é fundamental para a compreensão dos processos que vão se desenvolver no bojo das experiências dos trabalhadores.

## Apresentação do trabalho

No primeiro capítulo abordaremos, em perspectiva histórica, a economia charqueadora do Rio Grande do Sul e o processo de formação histórica da cidade de Jaguarão. Contextualizaremos a formação escravista das charqueadas jaguarenses durante o século XIX. Em seguida, apresentaremos a Cooperativa de Carnes da Zona Sul Ltda. e seu empreendimento de “modernização” tecnológica do maquinário e automatização dos processos de trabalho da charqueada, destacando alguns sujeitos das classes dominantes a frente da Cooperativa. Posteriormente, desenvolveremos o debate central do capítulo, a partir de uma abordagem comparativa, analisaremos as mudanças e continuidades da organização do trabalho na charqueada e o processo de estruturação do frigorífico, tentando entender as transformações estruturais e a manutenção de estruturas anteriores. Por fim, analisaremos a figura do capataz. Será um recorte que possibilitará compreendermos as relações de produção se transformando no tempo através de experiências de trabalhadores. Entender historicamente,

---

<sup>25</sup> WOOD, Op. Cit. p. 78.

no tempo, a constituição e movimento da charqueada ao frigorífico, será fundamental para a compreensão do “universo” compartilhado pelas pessoas no mundo do trabalho.

Pretendo fazer uma história dos trabalhadores da charqueada/frigorífico no segundo capítulo, tendo como inspiração a, nomeada por Harvey Kaye, “História vista de baixo para cima”. Não me interessa somente a perspectiva dos “de baixo” sem a compreensão das pressões estruturais incidentes sobre estes trabalhadores, o que Kaye definiu como visão “populista-radical” da História.<sup>26</sup> Por outro lado, não nos concerne somente compreender as estruturas produtivas, fazer uma História “sin gente”. A *Historia de abajo arriba* deve considerar dialeticamente, por um lado, as determinações estruturais, os processos estruturados, empreendidos pela ação humana (de classe), sobre os de baixo; e concomitantemente, se atentar às ações dos “de baixo” no bojo de suas próprias estratégias construídas em seus contextos históricos a partir de seus próprios referenciais. Definitivamente, não é uma missão simples, porém, é necessária para construir a história da classe trabalhadora.

Neste sentido, o percurso empreendido no segundo capítulo tentou compreender o que estava em disputa nos momentos decisivos no processo histórico de mudanças da produção charqueadora para as tecnologias frigoríficas e sua correspondente lógica de organização do trabalho e da vida. Diferenciaremos os momentos de mudança e as implicações na vida dos trabalhadores. Primeiramente, debateremos a proibição do cigarro na charqueada/frigorífico, no bojo da implantação de um novo sistema disciplinar, distinguindo as contraditórias e conflitivas formas de se relacionar com o tempo dos patrões (tempo imposto aos empregados) e dos trabalhadores (tempo de resistência). Após isso, discriminaremos, através de relatos dos entrevistados, a diversidade das condições materiais e de vida dos trabalhadores neste meio produtivo, e entenderemos como as diferentes situações foram determinantes em suas estratégias. Havia dispositivos de concessão de carne aos trabalhadores que serão interrompidos (com a industrialização), isto fomentará uma prática de “roubo” da carne. Discutiremos que, apesar das diferenças, os trabalhadores compartilharam de experiências comuns de resistência à nova lógica que lhes cerceavam a carne. Diante disso, analisaremos a apropriação da carne de “propriedade” da Cooperativa, exploraremos os diferentes tipos de subtração da carne, os seus significados para os trabalhadores, tendo central interesse nas bases que estruturaram essa ação de classe, a *cultura da carne*.

---

<sup>26</sup> KAYE, Harvey. La contribución colectiva. In: *Los historiadores marxistas británicos: un análisis introductorio*. Zaragoza: Universidad, Prensas Universitarias, 1989.

## **1. O MUNDO DO TRABALHO NA CHARQUEADA/FRIGORÍFICO SÃO DOMINGOS**

Pretendo fazer, neste capítulo, uma análise do mundo do trabalho das charqueadas São Pedro e São Domingos, que funcionaram em Jaguarão, tendo como parâmetro as charqueadas pelotenses do século XIX, que se constituiriam como principal polo charqueador do Rio Grande do Sul. O objetivo é entender as diferenças e semelhanças destes mundos do trabalho, dentro das limitações da fonte utilizada, o relato dos trabalhadores. Neste sentido, pretendo entender as transformações ocorridas na fundação, posteriormente, de uma segunda charqueada ao lado da São Pedro, a São Domingos. A fundação de outra charqueada, já no século XX, traz diferenças relevantes da charqueada anterior, porém, vamos identificar o que o “novo” carrega consigo do “velho”. Em 1950 há a união de grandes pecuaristas locais para a criação da “Cooperativa de Carnes da Zona Sul Ltda.”, e aquisição da Charqueada São Domingos. Posteriormente, constroem um complexo frigorífico acoplado à charqueada, para funcionarem de forma complementar. Esta centralização do abate dos rebanhos de criadores modificou em que proporção o trabalho e a organização produtiva? Surge então, a partir desta questão, se essa industrialização da produção da carne, com a implementação de câmaras frias, carrega consigo particularidades de ter sido implantada sobre uma unidade saladeiril. A formação social da cidade de Jaguarão – escravista, latifundiária, pecuarista – deixou marcas no desenvolvimento desta atividade produtiva? O que mudou? O que continuou? O que “continuou diferente”, ou seja, o que foi ressignificado?

Faremos uma breve contextualização da economia charqueadora projetando o contexto de Jaguarão. Em seguida, de maneira introdutória, pensaremos quem foram os agentes econômicos responsáveis pelas transformações na unidade produtiva. Para depois analisarmos as charqueadas São Pedro e São Domingos em perspectiva histórica tentando compreender suas transformações e continuidades. Devido à limitação do alcance das fontes orais para tal objetivo, faço um trabalho comparativo com a bibliografia referente às charqueadas em Pelotas. Por fim, me debruço sobre a figura do capataz, por compreender este seja uma possibilidade de entender as semelhanças e mudanças das charqueadas no século XIX e século XX. Além disso, este posto de comando é fundamental para compreensão das charqueadas pela sua centralidade no processo produtivo e nas relações de trabalho.

### **1.1 Breve contextualização histórica da economia charqueadora em Jaguarão**

A região da campanha gaúcha durante o século XIX possuiu grande relevância econômica na província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Em 1901, Lassance Cunha classificou como “1<sup>a</sup> classe” os campos “localizados na fronteira com o Uruguai, onde aparecem as melhores pastagens e os melhores gados, inclusive com importação de raças europeias”<sup>27</sup>. A efervescente atividade de criação foi um dos fatores que resultou no crescimento demográfico da região. Diferentes aspectos irão favorecer a atividade de criação na campanha gaúcha, especialmente em Jaguarão, como a demarcação da fronteira, que era estrategicamente fundamental do ponto de vista militar<sup>28</sup>. Outros importantes elementos para essa atividade na região é a proximidade do porto marítimo de Rio Grande e das repúblicas platinas, onde é frequente o contrabando. Destacou-se na atividade da criação bovina, desde os primórdios do século XIX:

Foi na região cujos campos são de “1<sup>a</sup> classe” que teve desenvolvimento a economia pecuário-charqueadora. Em cerca de 8 anos, entre 1814 e 1822, a população gaúcha aumentou cerca de 50% e, possivelmente, foi esta região que apresentou as maiores taxas de crescimento demográfico. Pelotas, em 1814, possuía 2419 habitantes, e em 1822, juntamente com Jaguarão e Cangussu, cerca de 20.040. Rio Grande, Mostardas e Piratini possuíam juntas, em 1814, cerca de 8400 habitantes; em 1822, possuíam 34.360. Em suma, a Campanha, que em 1780 tinha cerca de 8% da população gaúcha, terá cerca de 36% em 1822.<sup>29</sup>

Essa ocupação territorial de fronteira sul, ao menos do lado brasileiro, aconteceu, sobretudo, pelo latifúndio e com apoio do poder público. Ao contrário da região norte, a região sul foi construída através da doação de grandes extensões de terras para poucos proprietários para a criação de gado.<sup>30</sup> A relação da extensão da terra com a qualificação/produtividade da criação é explicada por Singer, quando argumenta a adequação do latifúndio para esta atividade: apenas um capataz e dez peões seria o suficiente para a criação de 10.000 cabeças de gado numa área de 13.000 hectares, por outro lado, extensões menores de terras não favoreceriam a criação, o que seria um aspecto importante para explicar

<sup>27</sup> CUNHA, Ernesto Antônio Lassance. *O Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1908, 35-36. Apud. FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Estagnação econômica da Campanha e a ascensão da Serra e do Planalto. In: \_\_\_\_\_ RS: *economia e conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p. 41.

<sup>28</sup> FRANCO, Sergio da Costa. Origens de Jaguarão. Porto Alegre: Institucional Estadual do Livro/RS e Universidade de Caxias. Apud. AL-ALAM, Caiuá Cardoso; Lima, Andréa da Gama. Territórios negros em Jaguarão: revisitando o centro histórico. In: BERGAMASCHI, Maria Aparecida; FRAGA, Hilda Jaqueline de; GASPAROTTO, Alessandra; Org(s). *Ensino de História no conesul: Patrimônio cultural, territórios e fronteiras*. Porto Alegre: Evangraf / UNIPAMPA Jaguarão, 2013, p. 262.

<sup>29</sup> FONSECA, Op. Cit., p. 42.

<sup>30</sup> IDEM, p. 51.

o predomínio de outras atividades – principalmente agrícolas – na parte norte do estado, principalmente na região da serra – colonizada com menores extensões de terra.<sup>31</sup>

Essa colonização do sul do Rio Grande, com predominância do latifúndio e da atividade pecuária, foi propícia para o desenvolvimento de charqueadas, já que estas poderiam centralizar o abate e agregar valor aos rebanhos transformando-os em diversos produtos para serem negociados no mercado<sup>32</sup>. Pesavento assinala que o processo de salgamento da carne foi a *inovação tecnológica fundamental* que proporcionou o principal produto da economia gaúcha no século XIX, o charque.<sup>33</sup> A autora argumenta a respeito da estagnação tecnológica do processo produtivo da indústria do charque durante o todo o XIX<sup>34</sup>, porém o período será palco de mudanças significativas do processo produtivo da indústria saladeiril<sup>35</sup>. O charque manteve-se como principal produto da economia rio-grandense até a última década do século XIX, quando começa demonstrar de maneira atenuada sua incapacidade de reprodução e expansão nas exportações, que se consolidará com a ascensão de outros produtos das regiões da Serra e do Planalto<sup>36</sup>. Dessa forma, sua baixa competitividade não será uma decadência, propriamente dita, mas uma falta de dinamismo que ocorre concomitante ao aumento da importância de outros produtos na balança comercial da província.

Outra característica fundante da indústria saladeril é sua profunda relação com o escravismo. Fernando Henrique Cardoso, em obra clássica, já datada, *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*, em debate travado com a bibliografia dominante da época, evidenciou a ampla utilização de

---

<sup>31</sup> SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. 2. Ed. Porto Alegre, Nacional, 1977. Apud. FONSECA, Op. Cit., p. 51.

<sup>32</sup> Muitos charqueadores tinham em suas posses grandes planteis de gado, principalmente bovino, e utilizavam suas charqueadas para o abate exclusivo de seus animais, porém, como veremos mais à frente, as charqueadas também poderiam ser alimentadas por rebanhos de criadores que não eram proprietários de charqueadas.

<sup>33</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *República velha gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre, Movimento/IEL, 1980, p. 16.

<sup>34</sup> Quadro que só se alteraria substancialmente com a entrada do capital estadunidense – com os grupos Armour, Swift e Wilson – e, principalmente, o capital inglês – através do *trust* Vestey Brother – através da indústria frigorífica, que reorganizaria as bases produtivas da indústria da carne no Rio Grande do Sul. Ver: PESAVENTO, Op. Cit., p. 308. Ver também: JANKE, Neuza Regina. *Entre os valores do patrão e os da nação, como fica o operário?* (O frigorífico Anglo em Pelotas: 1940 – 1970). 1999. 163 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1999.

<sup>35</sup> Exemplos disso são as graxeiras a vapor importadas da Europa na década de 1840. Ver: VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas margens do Atlântico: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2013. P. 241. Ver também: CORSETTI, Berenice. Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX. Niterói: ICHF/UFF, Dissertação de mestrado, 1983. Ver também: GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. *Negros, charqueadas & olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: UFPel, 2001.

<sup>36</sup> Ver: FONSECA, Op. Cit., p. 56-70.

mão-de-obra cativa nas charqueadas gaúchas.<sup>37</sup> Foi um importante contraponto a uma série de autores que diminuíram em importância a presença de trabalhadores escravizados no sul<sup>38</sup> e advogaram a existência de um tratamento “benevolente” dos senhores para com “seus escravos”, a partir de uma suposta “democracia rural”<sup>39</sup>. Apesar de muito revisitado este texto, e possuir diversos equívocos – sendo um deles, inclusive, a minimização da presença de cativos na região de fronteira –, tem fundamental importância em demonstrar as difíceis condições enfrentadas pelos trabalhadores negros escravizados e confrontar alguns mitos fundantes do Rio Grande do Sul.<sup>40</sup>

Jaguarão desde sua fundação, em 1802, estabeleceu-se como importante polo charqueador do Rio Grande do Sul, além de também dedicar-se a criação de gado *vacum* para abastecimento das Charqueadas de Pelotas. Inclusive, charqueadores pelotenses chegaram a possuir estâncias em Jaguarão para abastecimento de suas atividades produtivas em Pelotas<sup>41</sup>. Gustavo da Silva Gularde assinala que entre 1802 e 1834 funcionaram pelo menos quatro charqueadas às margens do rio Jaguarão, na região homônima. José Vieira da Cunha, proprietário de duas destas charqueadas, possuía em seu inventário um total 68 cativos e um rebanho de 15000 animais designados como “reses de rodeio de charqueada”.<sup>42</sup> Não deveriam ser todos os 68 trabalhadores negros escravizados que atuavam nas charqueadas, alguns

<sup>37</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional. O negro na sociedade escravocrata no Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

<sup>38</sup> Ver: GOULART, Jorge Salis. O problema das raças. In: \_\_\_\_ *A formação do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiros; Caxias do Sul: EDUCS, 1985. P. 177-195. Ver também: VIANA, Oliveira. Origens pastoris da democracia rio-grandense. In: \_\_\_\_ *Populações meridionais do Brasil: O campeador rio-grandense*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. P. 195-202.

<sup>39</sup> Goulart argumentava que as fazendas, ou estâncias, em seu processo histórico, forjaram os modos de relação harmônicos existentes na sociedade sulina. O latifúndio seria responsável por certos aspectos como, por exemplo, a disciplina fraternal do povo rio-grandense, pois diferentemente de outras sociedades que mantém sua organização pautada no autoritarismo militar, no sul seria diferente, aqui as relações comunais criadas no interior das fazendas seriam responsáveis pela formação social do gaúcho no que ele chama de “democracia rural”. A “roda de mate” seria significativo, pois, nela a hierarquia social desapareceria. Ver: GOULART, Jorge Salis. A democracia. In: \_\_\_\_ *A formação do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiros; Caxias do Sul: EDUCS, 1985. P. 27-49.

<sup>40</sup> Essa obra sofreu forte crítica devido à sua abordagem que analisou os trabalhadores negros escravizados a partir do prisma da coisificação. A historiografia dos anos 1960-70, na qual está inserido Cardoso, ao enfatizar a violência e os interesses econômicos, grosso modo, invisibilizou os protagonismos, as negociações, as mobilidades e a autonomia relativa dos escravizados. Ou seja, excluiu os escravizados da História. Silvia Lara ressalta a influência de Thompson na historiografia dos anos 1980 em diante, que se contrapôs a “corrente” historiografia que Cardoso esteve inserido. Ver: LARA, Sílvia Hunold. “Blowin in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil”. Projeto História, nº12, outubro 1995. Duas obras importantes desta historiografia influenciada em Thompson são: REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. E: CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>41</sup> Para saber mais sobre a expansão agrária da elite charqueadoras de Pelotas ver: VARGAS, Op. Cit. p. 284-304.

<sup>42</sup> Ver: GULARTE, Gustavo da Silva. *Fronteira do Jaguarão: unidades produtivas e trabalho escravo na formação de um espaço fronteiriço, 1801 – 1835*. 2015. 132 f. Dissertação (mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2015.

poderiam atuar em trabalhos domésticos, como criados e/ou serem utilizados em outras atividades econômicas, porém, provavelmente, a maioria trabalhou nas charqueadas e na criação, já que estas atividades exigiam quantidade significativa de força de trabalho.

A utilização do trabalho cativo não foi exclusividade da indústria saladeiril. A atividade agropastoril como um todo utilizou de mão-de-obra escravizada, principalmente na região de Jaguarão, no qual isso aconteceu de maneira disseminada desde os primeiros anos de estabelecimento<sup>43</sup>. Em três diferentes trabalhos, com recortes temporais variados – de 1845-1855, de 1802-1836 e 1802-1834 – Paulo Moreira<sup>44</sup>, Gabrial Aladrén<sup>45</sup> e Gustavo Gularde<sup>46</sup>, respectivamente, encontraram, ao analisar inventários *post-mortem*, uma estrutura de posse *democrática*<sup>47</sup> de escravos entre os senhores, que em sua maioria detinham de 1 a 9 cativos, com alguns grandes proprietários com a posse de 45 até 57 escravos<sup>48</sup>. Jaguarão, em meados do século XIX, tinha o trabalho escravizado disseminado na sua estrutura produtiva, desde grandes e pequenos proprietários, tendo, em 1859, índice percentual superior de trabalhadores negros escravizados à Pelotas e Rio Grande, sendo inferior somente a Porto Alegre<sup>49</sup>.

#### Sobre as charqueadas em Jaguarão:

No ano de 1854 funcionavam no município de Jaguarão 9 charqueadas, sendo que duas paralisaram suas atividades no ano seguinte. Esta diminuição não se refletiu, entretanto, no número das reses mortas nestes estabelecimentos, que passou de 35.163 para 41.697, um aumento de 15,67%.<sup>50</sup>

Cabe argumentar que esse aumento de reses mortas de 15,67% concomitantemente à paralisação de duas charqueadas indicam sumariamente duas coisas. Por um lado, a concentração da atividade charqueadora nas unidades produtivas. É razoável especular que

<sup>43</sup> Ver: GULARTE, Op. Cit. p. 93-119.

<sup>44</sup> MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Uma parda infância: nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança negra numa vila fronteiriça*. (Aurélio Veríssimo Bittencourt / Jaguarão, século XIX). *Anais do 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba: UFPR, 2009.

<sup>45</sup> ALADRÉN, Gabrial. Estancieiro escravistas na fronteiras rio-grandense: a estrutura de posse de escravos em regiões de pecuária (Jaguarão e Cachoeira, Rio Grande do Sul, 1799-1840). *Hermes e Clio*. Grupo de estudos e pesquisa em História econômica FEA/USP. Seminário de História Econômica. Agosto de 2011, p. 1-27. Apud. AL-ALAM; LIMA. Op. Cit, p. 262-263.

<sup>46</sup> GULARTE, Op. Cit.

<sup>47</sup> Expressão utilizada por Paulo Moreira. Ver: MOREIRA, Op. Cit., p. 5.

<sup>48</sup> O Tenente Jerônimo Batista Alencastro detinha um total 45 escravizados, no seu inventário de 1852. Ver: MOREIRA, Op. Cit. 2009, p. 5. Já Manoel Amaro da Silveira teve registrado em seu inventário a quantidade de 57 trabalhadores negros escravizados. Ver: ALADRÉN, Op. Cit. apud. AL-ALAM; LIMA, Op. Cit.

<sup>49</sup> DARONCO, L. J. *Sob as sombras do passado: histórias escravistas no noroeste rio-grandense do século 19*. In: MAESTRI, M.; ORTIZ, Helen (Orgs.). *Grilhão Negro: ensaios sobre a escravidão colonial no Brasil*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009, p. 275. Apud. AL- ALAM; LIMA, Op. Cit. p. 263.

<sup>50</sup> MOREIRA, Op. Cit., p. 6.

esse aumento de produtividade possa ter significado um desenvolvimento das forças produtivas destas charqueadas. Não é possível fazer afirmações positivas neste sentido pela ausência (ou desconhecimento) de fontes, porém, vinte anos antes da data de paralisação destas duas charqueadas em Jaguarão, eram importadas as primeiras caldeiras a vapor nas graxeiras para Montevidéu, que não tardou a chegar nas charqueadas de Pelotas.<sup>51</sup> Este é um momento de expansão do mercado do charque que em 1861 atingirá a incrível marca, junto com o couro, de três quartos do total de exportações do estado<sup>52</sup>, que por outro lado, não refletirá no aumento do número de charqueadas em Jaguarão.

Martins cita dois estabelecimentos charqueadores proeminentes de Jaguarão que datam de meados do século retrasado, a charqueada do coronel Zeferino Lopes de Moura e a Charqueada União. Esta última foi fundada em 1848 e manteve as atividades até o início do século passado com abate médio de 300 reses por dia<sup>53</sup>. Uma das charqueadas que existiam em 1854, nos registros encontrados por Moreira<sup>54</sup>, foi fundada em 1848 e continuou suas atividades, no mínimo, até a década de 1930, a Charqueada São Pedro. A data de fundação desta charqueada tem como referência a informação presente no material audiovisual produzido por Walmir dos Santos<sup>55</sup>, e a estimativa de permanência deste empreendimento é calculada a partir das idades e datas colocadas nas entrevistas concedidas pelos trabalhadores. Repare que há uma coincidência de datas na fundação das charqueadas União e São Pedro. Porém, em entrevista concedida, sr. Walmir não soube informar as fontes que embasaram a informação. Pode haver uma coincidência ou uma “confusão” entre as datas de fundação das duas charqueadas.

No mesmo lugar, onde hoje temos somente ruínas (uma chaminé e um cano), da antiga charqueada São Pedro, existe o complexo industrial onde funcionou posteriormente, já no século XX, outra charqueada, a São Domingos, que prosseguiu suas atividades até ao menos o final da década de 1970. Ou seja, primeiro foi fundada uma charqueada, ainda no século XIX (1848) – a São Pedro; em seguida, não tenho registro preciso de data, fundou-se a charqueada São Domingos; No início do século XX, ambas charqueadas coexistiram; a charqueada São

---

<sup>51</sup> VARGAS, Op. Cit., p. 98.

<sup>52</sup> SINGER, Op. Cit., p. 163. Apud. FONSECA, Op. Cit., p. 57.

<sup>53</sup> MARTINS, R. D. *A ocupação do espaço na fronteira Brasil – Uruguai: a construção da cidade de Jaguarão*. Universitat Politècnica de Catalunya. Escola Técnica Superior D’Arquitetura, 2001, p. 205. Apud. LIMA, A. G. *O legado da escravidão* Andréa Lima faz um importante trabalho que demonstra a centralidade dos trabalhadores negros na produção cultural jaguarense (1802-1888). Dissertação (mestrado em memória social e patrimônio cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. 2010, p. 65.

<sup>54</sup> MOREIRA, Op. Cit., p. 7.

<sup>55</sup> Ver introdução. *Progresso aqui e agora: Cooperativa de Carnes e Derivados da Zona Sul Ltda. Produção: Walmir dos Santos. Jaguarão, 1975*. Arquivo pessoal do autor.

Pedro é desativada na primeira metade do século XX, (estimo que sua paralisação tenha ocorrido entre as décadas de 1930 e 1940), mantem-se em funcionamento somente a charqueada São Domingos; nos anos 1960 inicia-se a implementação de câmaras frias, que culminará com uma instalação moderna de trabalho fabril; apesar da produção frigorífica, ainda produzir-se-á o charque.

## 1.2 Cooperativa de Carnes da Zona Sul Ltda: um empreendimento patronal

Enquanto que na década de 1910 teremos iniciativas e incentivos de frigorificação da carne com a entrada do capital externo de um lado e a iniciativa de criação do frigorífico nacional por outro<sup>56</sup>, a charqueada São Domingos ainda “engatinhava” no desenvolvimento das suas forças produtivas até a primeira metade da década de 1960. As limitações estruturais para o desenvolvimento da charqueada São Domingos, tendo como principal obstáculo o fornecimento de eletricidade para a região, afastada a 8 km da área urbana, terá neste período mudanças decisivas. Sr. Aradir relaciona o alcance da rede elétrica no bairro da Charqueada com a construção da primeira câmara fria – 1964. Quando criança (1949-1962)<sup>57</sup> já havia eletricidade, porém o fornecimento era feito pela charqueada:

[...] era um gerador, gerador a motor. O motor tá lá até hoje, todo enferrujado, caindo aos pedaços. É um motorzão quase como essa peça assim [se referindo à sala de estar em que estávamos]. Ele funcionava com óleo diesel. Volta e meia dava problema, né. Daí depois quando mudou pra frigorífico, aquele motor não podia mais porque a hora que ele pifava, no caso, a carne congelada ia descongela toda, aí foi a eletricidade daqui [da área urbana pela rede elétrica].<sup>58</sup>

Em fevereiro de 1950, será fundada a Cooperativa de Carnes e Derivados da Zona Sul Ltda.<sup>59</sup> Foi a partir desta iniciativa de grandes pecuaristas de Jaguarão, com participação de alguns de Arroio Grande e Herval, que acontecerá as principais transformações na charqueada São Domingos e na infraestrutura do bairro Charqueadas, que foi construído ao redor da antiga São Pedro e da São Domingos. Segundo sr. Juan, antes de ser adquirida pela cooperativa, a charqueada pertencia ao “velho. Radunz”, único proprietário.<sup>60</sup> A Cooperativa foi constituída a partir de uma assembleia, no salão nobre da prefeitura municipal. A organização hierárquica foi concebida como uma diretoria eleita com mandato de 3 anos. A

<sup>56</sup> Ver: PESAVENTO, Op. Cit. Ver também: JANKE, Op. Cit.

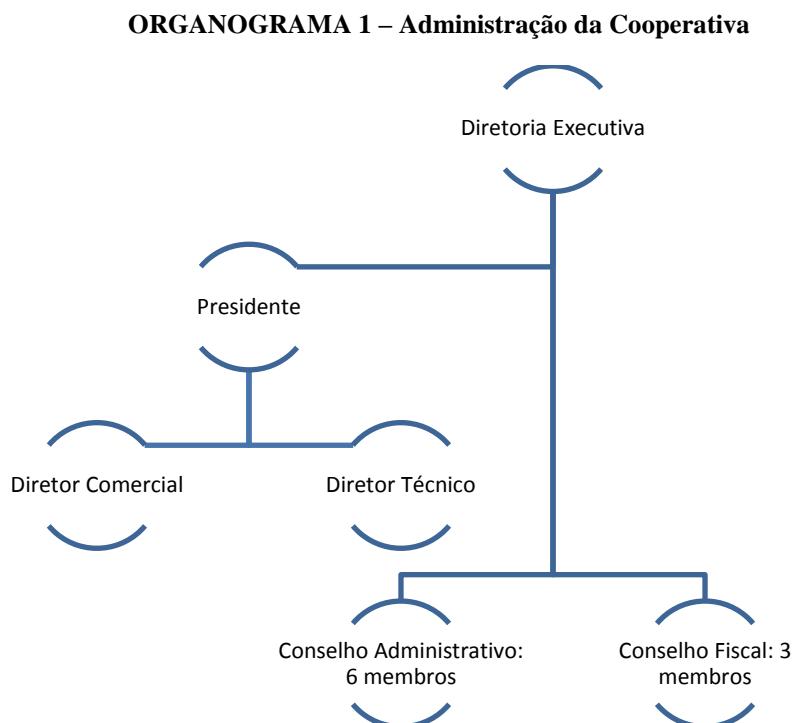
<sup>57</sup> Me refiro ao período de 1949, data de nascimento, e 1962, ano que começou a trabalhar, ainda com 12 anos, na Charqueada São Domingos.

<sup>58</sup> BOM, Aradir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão. 2016.

<sup>59</sup> A ata de fundação da Cooperativa faz parte do acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

<sup>60</sup> LOPEZ, Juan Dirley da Silva. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Rio Branco-Brasil. 2016.

diretoria executiva tinha a função de operacionalizar as atividades da charqueada São Domingos, nela haviam os cargos de presidente, diretor comercial e diretor técnico. Paralelo, porém intercalado, haviam o conselho administrativo – com 6 membros; e o conselho fiscal – com 3 membros. Só poderiam compor a diretoria os pecuaristas cooperados. Assim ficou o organograma:



Fontes: Relatórios de safra. Acervo Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Autoria Própria

Em agosto de 1950, ano de fundação da Cooperativa, o projetista Maximiliano Cremonese, da Construtora e Cia Ltda., finaliza o primeiro “Projeto de Reforma e Aumento da Charqueada São Domingos”<sup>61</sup>. No ano seguinte, em junho de 1951, a mesma empresa havia entregue um “Projeto para duas câmaras frias e matança no primeiro andar da charqueada São Domingos”<sup>62</sup>, o que se concretizaria somente em 1964<sup>63</sup>.

Apesar do precário fornecimento de energia elétrica e da organização, ainda rudimentar, no que concerne à tecnologia empregada na produção, percebe-se que esta Cooperativa, desde os primeiros anos de fundação, tinha o projeto de desenvolver a charqueada São Domingos, a partir da instalação de tecnologias frigoríficas. Apesar de diversos documentos da unidade não terem paradeiro conhecido, há uma pasta no Instituto

<sup>61</sup> Título de um projeto arquitetônico. Acervo Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

<sup>62</sup> Título de um projeto arquitetônico. Acervo Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

<sup>63</sup> O ano de 1964 é a data que se refere a inauguração da primeira Câmara fria, segundo os entrevistados. A segunda câmara fria só foi inaugurada em 1968.

Histórico e Geográfico de Jaguarão somente com projetos de “reforma e aumento”, projeto de câmaras frias, plantas baixas, plantas altas, etc. Muitos destes projetos e plantas não estão datados, porém, os que estão, basicamente, referem-se a três séries de anos: 1950 1954 e 1958. São referentes aos pavilhões e seções de produção. Ainda, foi encontrada uma planta da São Domingos de 1964, o que corrobora com a data colocada pelos trabalhadores da instalação da primeira câmara fria. Essas séries de documentos nestes três momentos diferentes indicam a paulatina e processual reorganização da charqueada em frigorífico.

No Relatório de safra aos cooperados, de 1953, o diretor do Conselho Fiscal Carlos Gonçalves da Silva, na gestão do presidente Alcindo Corrêa Silveira, dava seu parecer de conformidade para aprovação das contas da diretoria executiva. Podemos identificar esse processo paulatino de modernização em suas palavras:

Prosseguindo no seu plano de melhoramentos foi adquirido um prédio nesta cidade, que foi adaptado para sede da Cooperativa e **instalação de um açougue modelo**, e dado andamento a **diversas outras obras que estão sendo executadas na charqueada**, algumas já concluídas e outras iniciadas.<sup>64</sup> [grifo meu]

As avaliações das diretorias nos relatórios 1951 à 1956, excetuando 1955 ausente no IHGJ, indicam desde os primeiros anos positivas avaliações de produtividade e dos ganhos para os cooperados. E mesmo nestas condições favoráveis, a instalação da primeira câmara fria só acontecerá em 1964 (tendo sido demonstrado interesse desde 1951, pelo menos). Isso nos diz primeiro que sem a união destes pecuaristas seria improvável em condições normais de mercado, sem intervenção do poder público, a implantação de um frigorífico por qualquer pecuarista de Jaguarão. Segundo ponto, a cooperação da fração pecuarista permite não só a reprodução de seus capitais, mas a própria ampliação de seus rebanhos.

Em 1952, o então presidente da diretoria executiva da Cooperativa, Carlos Alberto Ribas, escrevia no Relatório aos cooperados, referente à safra de 1952, em sua despedida do mandato de 3 anos, que:

Está, pois, findo o trabalho que nos outorgastes. Cabe aos nossos sucessores prosseguimento desta obra, na fase final da planificação inicial e projetar uma nova etapa, pois que, terminada esta, projetar, é verdadeiramente escencial, certamente devemos voltar os olhos para um melhor aparelhamento industrial, que permita tirar melhor proveito dos “Derivados”.<sup>65</sup>

---

<sup>64</sup> Relatório de safra de 1953. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

<sup>65</sup> Relatório de safra de 1952. Acervo Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

Essa empresa da carne é uma iniciativa com intuito de centralizar o abate do gado de grandes criadores da cidade e aumentar a produtividade. Além disso, essa preocupação de Carlos Alberto Ribas de “tirar melhor proveito dos derivados” indica a tentativa de aproveitar as partes das reses abatidas que não estavam sendo negociadas. Ou seja, além de poder aumentar os rebanhos com aumento da capacidade de abate, os “derivados” serão novos produtos que podem ter permitido ampliação do capital dos pecuaristas de Jaguarão.

Os nomes de três cooperados foram lembrados por sr. Alamir nas entrevistas, quando perguntei se havia controle por parte dos patrões na vida dos trabalhadores:

Não, os cooperado que ia, o sr. Geci Dutra da Silveira, que é falecido, o dr. Carlos Gonçalves da Silva, que era, os diretor da Charqueada lá, Alcides Silveira d’Ávila, era uma pessoa muito boa. Eles eram legal. Eles davam até carona pra nós quando ia pro colégio as vezes, eles paravam a caminhonete e nós tudo ali pra dentro.<sup>66</sup>

Interessante notar que dois dos três pecuaristas cooperados possuem o mesmo sobrenome, “Silveira”<sup>67</sup>, que pode indicar algum tipo de parentesco. Além disso, “D’Ávila” é um sobrenome tradicional de Jaguarão, que teve Henrique D’Ávila como conselheiro do governo de Carlos Barbosa. Carlos Gonçalves da Silva, este que foi diretor da Cooperativa, além de pecuarista, também possuía relevantes atividades voltadas à agricultura, sendo um dos fundadores do Grupo Quero-Quero, dedicado principalmente à produção de arroz e sua industrialização. Em sua genealogia do lado materno está Francisco José Gonçalves da Silva, comendador português, grande proprietário de terras instalado na fronteira<sup>68</sup>, do lado materno, o farroupilha Bento Gonçalves da Silva, além do próprio Carlos Barbosa<sup>69</sup>.

Andrea Lima, em sua dissertação, analisou as “estâncias fortificadas” na zona rural de Jaguarão, sendo parte destas, ex-propriedades de Francisco José Gonçalves da Silva. A autora demonstra a relevância deste comendador e sesmeiro português, que em seu inventário possuía 15 propriedades e 32 cativos. As propriedades do comendador foram repartidas por 11 herdeiros, uma delas, conhecida atualmente como “fazenda da Glória”, foi herdada por Ana Joaquina e seu marido João Rodrigues.<sup>70</sup> Na entrevista realizada com sr. Aradir, o nome de João Rodrigues foi citado como um dos mandatários das Cooperativa de Carnes e

<sup>66</sup> ESPINDOLA, Alamir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão-Brasil. 2016.

<sup>67</sup> Poder ser só uma grande coincidência, mas um dos maiores “proprietários de escravos” de Jaguarão foi o estancieiro Manoel Amaro da Silveira, mesmo sobrenome deste. Ver: AL-ALAM; LIMA., Op. Cit. p. 263.

<sup>68</sup> Ester Gutierrez em *Estâncias Fortificadas* (2009, p. 181) identificou, no inventário do comendador português Francisco José Gonçalves da Silva, o registro de 15 propriedades e 32 escravos. Ver: LIMA, A. G. Op. Cit. p. 59.

<sup>69</sup> Os vínculos familiares de Carlos Gonçalves da Silva podem ser consultados em: <<http://arrozqueroquero.com.br/>> Consultado em 30/05/2017.

<sup>70</sup> LIMA, Op. Cit., p. 62.

Derivados da Zona Sul Ltda, ele foi lembrado por sua rigidez com os trabalhadores, e por ter sido um dos que trabalharam na “modernização” da Charqueada:

[...] Depois pegou um diretor, aí já chamava diretor, finado João Rodrigues, é morto também. [...] Aquele foi que fez funcionar. Aquele homem tinha uma força de vontade de trabalhar e administrar. Pegou uma força aquilo ali, coisa muito linda. Foi ele que colocou o caminhão pra pegar o pessoal pra levar e trazer. [...] E o diretor é quem administrava tudo, né. Aliás, pegou uns caras ali que eram... João Rodrigues mesmo era um. Ah, ele fazia funcionar, senão trabalhava ia embora, ele mandava embora e pronto, né. E a gente queria trabalhar tinha que fazer as coisas direitinho, né.<sup>71</sup>

Por não ser o objetivo central desta monografia, debater os proprietários e seus lugares sociais, não houve uma investigação mais aprofundada sobre essas figuras de comando. Mas diante destas evidências, tenho como hipótese que a Cooperativa, além de aglutinar a fração pecuarista da “elite” econômica da cidade, também aglutinava importante setor de uma tradicional “elite” política de Jaguarão. O projeto da Cooperativa de centralização do abate e desenvolvimento tecnológico da organização produtiva, neste sentido, seria um projeto de um setor do próprio poder público municipal, já que havia correspondência entre a fração pecuarista e a classe política. O filho do supracitado, diretor do Conselho Fiscal, Carlos Alberto Ribas, é pai de Fernando Ribas, que posteriormente será prefeito de Jaguarão. Isto explica o motivo de que, após a aquisição da charqueada São Domingos, por parte da Cooperativa, o poder público se preocupou em alcançar as Charqueadas (bairro) no fornecimento de eletricidade, pré-requisito para o maquinário frigorífico.

### 1.3 Charqueadas São Pedro, São Domingos e Frigorífico: mudanças e continuidades

Apesar da perda de importância do charque e do couro, e de outros produtos da economia charqueadora da região da campanha gaúcha,<sup>72</sup> e da reorganização da indústria da carne, que acontecerá com a inserção tecnológica de maquinário industrial para a produção de carne frigorificada, nas duas primeiras décadas do século XX no Rio Grande do Sul, a charqueada São Pedro permaneceu funcionando. Durante todo o tempo de funcionamento destas charqueadas (São Pedro/São Domingos), evidentemente, estas modificaram-se

<sup>71</sup> BOM, Aradir. Entrevista concedida para Allan Mateus Cereda. Jaguarão. 2016.

<sup>72</sup> Pesavento argumenta que o charque platino chegava aos Portos gaúchos com melhores preços e com qualidade superior à do charque gaúcho. A única forma de garantir o charque na economia nacional seria através de uma política protecionista neste setor da economia. Porém, devido ao centro do poder – economia cafeeira de São Paulo e Rio de Janeiro – ser o principal importador do charque gaúcho, não foi possível a implementação desta política. Ver: PESAVENTO, Op. Cit., p. 43-44. O ano de 1927 será o marco da ascensão do norte do estado na balança comercial gaúcha, quando do total de exportação a banha ultrapassará o charque, que nunca mais retomará sua liderança. Ver FONSECA, Op. Cit., p. 63.

dialogando com questões do seu próprio tempo. Transformaram-se impulsionadas pelas conjunturas específicas e ações dos sujeitos envolvidos nas charqueadas, porém, estas carregaram consigo certas particularidades de seu processo de formação social, algumas continuidades que não são facilmente identificadas por marcos históricos generalizantes. Foram identificadas importantes semelhanças nas etapas de desmontagem dos animais descrita pelos trabalhadores entrevistados com as etapas de produção nas charqueadas de Pelotas no século XIX, ainda sob a égide do trabalho cativo<sup>73</sup>.

A organização espacial da Charqueada São Domingos (excluindo as câmaras frias e a instalação frigorífica instalada posteriormente) é parcialmente contemplada pela tipologia geral proposta por Gutierrez:

Os pisos cerâmicos e paredes de tijolos e telheiros eram o material de construção mais utilizado. A mangueira de matança, a cancha e os galpões de salga formavam um único segmento e podiam apresentar diferentes tamanhos. Relativamente afastados destas encontravam-se a graxeira e a barraca dos couros. Na beira do rio, a alguns metros da charqueada, havia um pequeno trapiche por onde os iates eram carregados. A proximidade das águas também servia para que nela se jogassem todos os detritos não aproveitados no processo de fabricação do charque e dos seus sub-produtos. A paisagem se completava com um extenso pátio ocupado pelos varais onde a carne salgada era exposta ao sol.<sup>74</sup>

Não é possível afirmar se há correspondência com o material de construção descrito por Gutierrez com as instalações da Charqueada São Domingos, porém, segundo relato de sr. Aradir, o chão era cimento batido, ao invés de pisos cerâmicos<sup>75</sup>. Outra questão é sobre o escoamento da produção, que, segundo entrevistado, acontecia através de caminhões que levavam as mercadorias até o porto de Rio Grande. Já a produção da charqueada São Pedro (fundada em 1848) era escoada pelo rio Jaguão até o porto de Rio Grande.

Tanto nas charqueadas no século XIX em Pelotas quanto nas charqueadas São Pedro e São Domingos (até meados da década de 1960), os espaços onde ocorriam as etapas da produção do charque, em resumo, eram as mesmas: 1. A mangueira recebia o gado trazido pelos tropeiros, onde o rebanho era concentrado, para posteriormente ser conduzido ao abate; 2. A cancha, lugar que o animal era esfolado, esquartejado e charqueado (retalhamento da carne do animal); 3. A salga, espaço que comportava os tanques de salmoura, onde se salgava

<sup>73</sup> A descrição do processo produtivo feito por Vargas foi baseada nos relatos de viajantes estrangeiros que circularam nos espaços das charqueadas de Pelotas durante o século XIX – os franceses Nicolau Dreys (1839), Louis Couty (1880) e o norte-americano Herbert Smith (1882). Ver: VARGAS, Op. Cit. p. 192-206.

<sup>74</sup> GUTIERREZ, Op. Cit. Apud. VARGAS, Op. Cit., p. 194.

<sup>75</sup> Infelizmente não foi possível entrar nas instalações da Charqueada São Domingos e do frigorífico. Esse espaço é de propriedade privada e conta com alguns trabalhadores que cuidam do espaço que tem ordem de não permitir a entrada de visitantes. Consegui conhecer somente pelo lado de fora das instalações.

a carne, já então charqueada; 4. O galpão, lugar de armazenamento do charque já salgado empilhado, conhecido pelos trabalhadores como “pilha de inverno”. A pilha era alternada em uma camada de carne e outra de sal; 5. Os varais, que ficavam a céu aberto, onde se secava o charque durante a entressafra para ser comercializado depois de um ano.<sup>76</sup>

Em sua tese de doutoramento, Joana Aires da Silva organiza teoricamente alguns conceitos que podem ser importantes para pensarmos aspectos da dinâmica produtiva e das identidades dos próprios trabalhadores – que será discutido capítulo posterior. São estes conceitos aparentemente antagônicos, mas que podem convergir quando pensados historicamente – o campo e a cidade e os conceitos de urbano e rural. Enquanto que o campo e a cidade estariam relacionados mais especificamente com o espaço e sua organização, o rural e o urbano se refeririam as dinâmicas imputadas aos espaços. Comumente o campo estaria relacionado a modos de vida rurais, a medida que a cidade se ligaria a dinâmicas sociais urbanas. Porém, o que Joana faz ao analisar a agricultura urbana em Teresina, Piauí, é identificar que a constituição histórica do espaço analisado não acompanhou estes pressupostos e houve permanências do rural na cidade através da constituição de modos vida rurais, agenciado por pessoas oriundas do campo, que sobrepunderam o rural sobre a cidade em contraponto à cidade que se expandiu por sobre o campo<sup>77</sup>.

Apesar da permanência de uma organização do trabalho rudimentar na Charqueada São Domingos até meados da década de 1960, em termos tecnológicos, note que o próprio desenvolvimento da organização do trabalho nas Charqueadas aconteceu a partir de uma lógica proto-fabril, em termos de aglutinação de trabalhadores em espaço para maior segmentação e fragmentação do trabalho. O próprio Henry Ford inspirou-se nos matadouros de Chicago no final do século XIX para pensar a linha de montagem fordista<sup>78</sup>. A segmentação e fragmentação do trabalho, a “desmontagem” da rês, propiciam maior produtividade e estão intrinsecamente relacionadas a uma lógica fabril de controle do tempo e disciplina do trabalho. A organização da empresa charqueadora em galpões, com capatazes para gerenciar a produção, também é significativa disto. Neste sentido, o trabalho era rudimentar em relação às instalações industriais, que foram implementadas no início do

---

<sup>76</sup> O processo de trabalho foi descrito longamente pelos trabalhadores nas entrevistas.

<sup>77</sup> SILVA, Joana Aires da. Agricultura como permanência do rural na cidade. In: \_\_\_\_\_ *Agricultura urbana em Teresina: o rural que permanece na cidade*. 2016. 231 f. Tese (doutorado em geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2014.

<sup>78</sup> FORD, Henry. Os princípios da prosperidade. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1964, p. 65-66. Apud. BOSI, Antônio Pádua. Uma história social comparada do trabalho em frigoríficos: Estados Unidos e Brasil (1880-1970). Revista: *História e Perspectivas*. Uberlândia (51): 277-311, jul/dez. 2014.

século, mas com isso não estou insinuando que o ritmo de trabalho não tivesse exigências tipicamente fabris.

As Charqueadas São Pedro e São Domingos eram um híbrido de trabalho rural com trabalho urbano, de pecuária com fábrica, de permanências de sua gênese escravista com inovações da indústria moderna. É difícil precisar através das fontes consultadas e dos relatos dos trabalhadores quando que a charqueada São Pedro encerra suas atividades e quando a São Domingos inicia suas atividades. O que podemos afirmar é que a São Pedro era menor que a São Domingos e possuía métodos mais rústicos de produção. Outra questão é que o início de uma não significa o fim da outra, não é linear. As duas coexistem por certo período de tempo e inclusive há trabalhadores que atuaram concomitantemente nas duas charqueadas. Além disso, existe continuidade de mão de obra – trabalhadores que atuaram na São Pedro e posteriormente trabalharam na São Domingos. Porém, de uma charqueada para outra percebemos mudanças.

**FIGURA 4 – Charqueada São Pedro e charqueada/frigorífico São Domingos**

Ao lado direito temos a chaminé que pertencia a antiga charqueada São Pedro.  
Notem a paisagem rural em torno.



Fonte: Imagem retirada da internet. Autor: Hiram Reis Silva,  
2016.18.03.

Sr. Aradir assim descreveu o processo produtivo na Charqueada São Pedro, onde seu pai trabalhou:

Eles ilaçavam o animal. Tinha um carretel de madeira com uma manivela assim, nem ferro era. Então os caras usavam uma manivela e aquele animal via vindo contra um poste – enorme assim. Quando ele calçava a cabeça ali, com uma lança eles nucavam o animal. Aí ele já caia numa zorra, que chamava, uma caixinha de madeira com dois trilhos de trem – endendesse? – que nem esses que atravessa as ruas [referência aos trilhos de trêm presentes em Jaguarão]. Aquele trilho ia da mangueira até lá dentro dos galpão. O boi caia ali em cima morto e os cara puxavam pra lá. Iam pra um lado e pra outro e os caras já carneavam no chão; no chão assim: piso de cimento. Daí ia pros tanque de salmora, fazia o charque. Aquele charque que era carneado este ano só ia ser vendido ano que vem. Depois tinha que secar direitinho, passava 1 ano e coisa. Era um charque preparado pra durar 15-20 anos sem estragar, né, depois disso aqui, aí exportava. Tanto ia pra cá [Rio Grande do Sul], pra Bahia, pro Recife, como ia pro Canadá, pros Estados Unidos, pra vários países do mundo, né. Saía daqui de caminhão e depois embarcava nos navio [Porto marítimo de Rio Grande].<sup>79</sup>

Essa técnica de “nucar” o animal com uma lança, narrada por sr. Aradir, carrega incrível semelhança com a descrição Nicolau Dreys presente na tese de Vargas, no qual refere-se ao período compreendido entre 1817 e 1827 em que este residiu na província:

O gado cercado no curral era “impelido na direção de dois corredores separados um do outro por uma espécie de esplanada” que estava erguida a 7 ou 8 palmos do chão. Quando o boi aparecia num destes corredores estreitos, um peão, de pé sobre a esplanada, o laçava. A corda usada pelo peão estava atada fora do recinto a uma roda de *ferralho* (uma engrenagem, como um torno) manejada por dois escravos. Laçado, o animal era puxado pela força do torno até encostar a cabeça no cercado onde, do lado de fora, um especialista (“ordinariamente um capataz”), sobre uma espécie de pedestal, cravava uma faca na nuca do boi, que ficava privado dos seus movimentos.<sup>80</sup>

Sr. Juan, trabalhador da cancha, entre os anos de 1960-1967, observa que as mudanças mais substanciais ocorreram no final da década de 1960 e meados da década de 1970, quando já não trabalhava lá. Neste período, de organização frigorífica da produção, o trabalhador uruguaio sr. Juan assinala que se carneava o animal no segundo piso, “porque já tava mais moderno e crio [creio] que as coisas já caia tudo no lugar que ia ficar”.<sup>81</sup> Algumas mudanças foram acontecendo ainda no período que sr. Juan trabalhou na cancha, como o guincho elétrico, instalado nos seus últimos anos de trabalho, que facilitou seu trabalho na cancha: “[...] después com o guincho elétrico tu puxava uma corda asi e ia lá e largava em cima a vaca

<sup>79</sup> BOM, Aradir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão. 2016.

<sup>80</sup> DREYS, Nicolau. Notícia descritiva da Província do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: IEL, 1961, p. 133-134. Apud. VARGAS, Op. Cit., p. 196.

<sup>81</sup> LOPEZ, Juan Dirley da Silva. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Rio Branco-Brasil. 2016.

do trilho e tinha que ver, essas duas roldaninha que correr, se acabou a pança essas coisa”.<sup>82</sup> A referência “a acabar a pança essas coisa” diz respeito a eficiência no que sr. Juan chama de “despançar”, que nada mais é que o esquartejamento do animal. Porém, na entrevista, assim foi resumida a atividade que executava na cancha:

Porque não era processo... Vê se eu entendi: não era processo automático. A vaca pra ir dum... Por exemplo: eu carneei, ai pra ir pra ti, hoje ela vai mecanicamente, mas antigamente quem fazia esse trabalho era o tio Juan. Ele carregava num trilho pra ti, quem ia cortar a cabeça, arrancar a cabeça fora era tu, ai ele tinha que passar pra um outro que ia tirar as pata, era o tio Juan que fazia também. O processo automático era ele que fazia<sup>83</sup>.

Desta forma, o trabalho realizado na cancha era um processo extremamente manual, ao menos durante o período de sr. Juan na charqueada São Domingos. O uso de guinchos manuais que se locomoviam através dos trilhos é tecnologia utilizada desde meados do século XIX, nas charqueadas em Pelotas, segundo as descrições contidas na tese de Vargas. Evidentemente, já que os processos de trabalho e organizações espaciais, que variavam de charqueada para charqueada em Pelotas, a São Domingos também era diferente. Não quero deixar a entender que eram iguais, porém, no que tange à tecnologia empregada na produção e à organização do trabalho, as diferenças não eram medulares.

---

<sup>82</sup> LOPEZ, Juan Dirley da Silva. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Rio Branco-Brasil. 2016.

<sup>83</sup> Essa entrevista foi realizada com a presença de mais duas pessoas além de sr. Juan e eu. Um deles é Nelson Correa, parente de sr. Juan, que nos apresentou e contribuiu com a entrevista. Neste momento sr. Juan estava me explicando suas atividades na cancha e eu estava com dificuldades de entender. Nelson sintetizou a explicação de sr. Juan, enquanto ele balançava a cabeça concordando.

**FIGURA 5 – Trabalhadores de uma charqueada em Jaguarão**



Fonte: Autor e data desconhecidos. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.<sup>84</sup>

Em termos tecnológicos só haverá mudanças profundas na produção a partir das instalações frigoríficas. Em 1964, segundo os três entrevistados, inaugurou-se a primeira câmara fria na Charqueada São Domingos. Esta primeira câmara fria seria uma câmara de menor porte, das que posteriormente foram construídas, porém, a partir da possibilidade de resfriamento da rês abatida, alterou-se o produto principal da charqueada. No período anterior ao resfriamento, toda a carne do animal era direcionada à produção do charque, inclusive as partes nobres, já com esta primeira câmara fria, com capacidade de armazenamento para 10.000 reses, haverá um período de transição. Após a instalação da primeira câmara fria haverá uma complementariedade entre o frigorífico e a charqueada – parte das reses abatidas era salgada, para produção do charque, e outra parte resfriada. A partir de 1968, com o funcionamento da segunda câmara fria e o aumento da capacidade de resfriamento, a produção do charque será subsumida a partes menos nobres do animal, como as miudezas. Ou seja, a produção do charque terá importância secundária. É importante que fique evidente que a centralidade do frigorífico não se resume ao resfriamento simplesmente, mas a uma maior automatização e organização dos processos de trabalho no sentido da ampliação da produtividade.

---

<sup>84</sup> Apud. LIMA, Op. Cit., p. 65.

Este período é um marco em termos de “desenvolvimento” organizativo. A partir deste momento, foi identificada a execução de medidas de controle do trabalho e disciplinamento dos trabalhadores. Em 1964 será proibido o fumo dentro dos ambientes de trabalho, é possível que haja questões sanitárias envolvidas, mas também é um momento de reorganização da produção. Proibir o fumo é também a imposição de uma lógica fabril na atividade, maior controle dos movimentos, do próprio trabalhador. Além de mudanças em termos de gestão da higiene e qualidade dos produtos:

Aí, depois sim, com o frigorífico já mudou, mudou tudo. Tinha que trabalhar com roupa branca, bota branca, tudo, cabelo cortado, a barba feita todos dia. Naquele tempo de charqueada ia tudo assim de qualqué jeito. Porque o charque, dizia eles, que o sal matava tudo e qualquer doença. E tem outro detalhe, ó: que aquela época salgava toda a carne; **depois o frigorífico tinha os veterinário, quando o animal era abatido eles revisava toda a carne, quando o animal era doente, não podia congelar pra vender, fazia charque.** Aquele charque depois era consumido, não tinha problema, né. Aí veio a higiene, e começou a aperta e aperta. [...] Agora, depois que começou o frigorífico mudou e ficou bonito. O animal era carneado e pendurado já. A buchada caia numa mesa de esteira, uma mesa inox que tava sempre girando, aí os veterinários tudo do lado, um pegava o fígado, outro pegava o mondongo, ia examinando e liberando. Por exemplo, o fígado já entrava numa calha de inox e caia lá numa sala lá em baixo, onde tinha as mulher trabalhando; mondongo na outra. Ali cada um fazia uma parte, né.<sup>85</sup> [grifo meu]

Este relato de sr. Aradir traz alguns elementos importantes. Primeiro, é a perspectiva sanitária, de inspeção da carne que passa pelo frigorífico, a partir do resfriamento e da reorganização, os animais doentes, ou a carne que não passava pela “revisão” do veterinário “não podia congelar para vender, fazia charque”. Isto indica a coexistência de duas lógicas sanitárias, a primeira é a lógica da charqueada, “que o sal matava tudo e qualquer doença” e a segunda é da produção da carne resfriada a ser consumida que necessitava de inspeção. O segundo elemento que destaco é o nível de organização de uma “linha de desmontagem”, em que há a existência de uma esteira que encaminha o trabalho até o trabalhador, alterando o trabalho a partir da lógica de maior segmentação e fragmentação do trabalho. O terceiro elemento importante, desta fala de sr. Aradir, é a proeminência do elemento da mudança, ressalta que “mudou tudo”, em que começa argumentando sobre suas próprias vestimentas, da atividade laboral, das técnicas utilizada e da tecnologia fabril .

Sr. Aradir resume as etapas de produção do frigorífico:

Aí foi tudo modernizado alí. Fizeram as câmeras frias, direitinho. [...] Aí os animal passava pelo um banheiro de água e chegava banhadinho no lugar que ia ser

---

<sup>85</sup> BOM, Aradir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão. 2016.

abatido. Tinha uma caixa de ferro e eles entravam alí e aguardavam com uma marreta na cabeça – o animal caía. Aí pendurava num guincho. Aquele guincho tinha as roldana e tinha uns trilho assim. Tudo moderno já! Ali cada um fazia um pedaço: um carneava uma mão, outro uma pata, até que ele chegava no fim. Quando ele chegava carneado lá, já ia sem o couro, sem a buchada, é claro, e entrava pras câmera fria. Passava por um processo de resfriamento por 12 horas e depois ia congelar, porque se congelasse ele assim – a carne quente – ela queima e não dura. Aí ia pro congelamento, ficava 24 horas e depois ia pra estocagem. A estocagem também, era uns galpão enorme, tudo com trilhos; ficava tudo pendurado alí – 45-50 graus alí. Nós trabalhava alí de macacão, de luva, capuzi, uns tamancão de madeira que hoje não existe mais, né, a madeira em baixo e couro em cima pra ficar quentinho. [...] Aí depois, essa carne sim, era comercializada, às vezes, até 15-20 dias depois. Ou às vezes, 1 mês ou 2, depende do comércio. Aí chegava os caminhão e ia tudo na roldana do trilho, lotava o caminhão e ia embora. É assim que funcionava.<sup>86</sup>

É possível identificar mais semelhanças da charqueada São Pedro com as charqueadas do século XIX em Pelotas, na organização do trabalho, provavelmente por ter iniciado suas atividades ainda no século XIX. O primeiro ponto que chama a atenção é a presença do trabalho noturno nos dias de matança em ambos os espaços. Segundo Gutierrez, as jornadas iniciavam meia noite e se estendiam até meio dia, de novembro a maio, período que o gado está mais robusto e o clima favorável nas charqueadas pelotenses.<sup>87</sup> Sr. Juan, quando indagado sobre seus tios carneadores, que estabeleciam vínculos com as duas charqueadas (a São Pedro e a São Domingos), me explica – “porque fazia uma coisa e havia uma que começava mais cedo. Antes carneavam de noite, não era de dia, era de noite.”<sup>88</sup> Este trabalho noturno na matança foi extinto com o fim da charqueada São Pedro. O acúmulo de jornadas de trabalho era uma estratégia, principalmente dos carneadores, já que seus trabalhos dependiam do número de gado que seria abatido por dia. Sua remuneração era de acordo com o número de abate. Assim, em dias que havia menos matança em uma charqueada, podia-se trabalhar nas duas.

Vargas escreve que o “hasteamento de uma bandeira vermelha na entrada da charqueada era um sinal entendido por todos”<sup>89</sup>. Esse costume de utilizar uma bandeira vermelha para inaugurar os trabalhos do dia foi carregado pela São Pedro até por volta dos 1940-1950, período de uma geração anterior de familiares de sr. Juan, que trabalharam nesta charqueada:

No sobradinho que tem ali, porque no tempo que trabalhou meus tios ai não era todo dia. Tinha uma bandeira. O cara tinha que ver se a bandeira tivesse vermelha não

<sup>86</sup> BOM, Aradir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão. 2016.

<sup>87</sup> GUTIERREZ, Op. Cit., p. 212. Apud. VARGAS, Op. Cit. 194.

<sup>88</sup> LOPEZ, Juan Dirley da Silva. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Rio Branco-Brasil. 2016.

<sup>89</sup> VARGAS, Op. Cit., p. 195.

havia vaca, não sei. Tinha duas cor e dependendo da cor que tava no mastro que havia vaca o não havia. Después si, quando eu trabalhei só se parava quinta-feira, que não carneava, esse dia era pra limpeza geral da charqueada.<sup>90</sup>

Já na charqueada São Domingos, podemos perceber uma reorganização. Diferentemente do período anterior, que havia dias que se abatia gado e dias que não, havia trabalho todos os dias. Não só isso, a bandeira da São Pedro não era utilizada pela São Domingos. Nesta segunda charqueada, soava um alarme acoplado a uma chaminé, acionado pelo vapor da caldeira. Apitava todas as manhãs para marcar o horário que os trabalhadores deveriam iniciar os trabalhos do dia. Posteriormente às instalações frigoríficas esse alarme a vapor será substituído por um alarme elétrico acionado por um botão.

A partir destas pistas, é simbólico pensarmos que o sentido desta transformação da charqueada passa por algumas características produtivas identificadas com momentos históricos. O hasteamento da bandeira identificada com a produção do século XIX, associado ao trabalho escravo e uma produção rudimentar, enquanto o alarme a vapor como um elemento de transição e o elétrico um aspecto tipicamente fabril. Outro ponto citado anteriormente, é o abate do animal feito através de uma perfuração de sua nuca, que corresponde a uma técnica de matar a rês, que perdura desde o século XIX, que posteriormente, foi substituída por uma marreta, já em uma organização do trabalho segmentada e fragmentada, uma “linha de desmontagem”. O fim da matança noturna, típica de charqueadas do XIX, para uma organização diurna, também são elementos de diferenciações. Esses marcos coexistiram com a existência concomitante das duas charqueadas, percebemos que o processo de transformação mais substantivo, de rompimento com elementos identificados à charqueada escravista, foi a partir das câmaras frias e as transformações que a acompanharam.<sup>91</sup> Sintetizando, o movimento de mudança é significativo, porém, traz consigo continuidades concernentes à própria formação social da unidade produtiva: Primeiramente, a permanência da produção do charque e lógicas anteriores à industrial; depois, outra continuidade é a existência do capataz, figura central, que permanecerá existindo na charqueada São Domingos, mesmo no momento de funcionamento do frigorífico. Podemos visualizar essas questões melhor no quadro abaixo:

---

<sup>90</sup> LOPEZ, Juan Dirley da Silva. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Rio Branco-Brasil. 2016.

<sup>91</sup> No segundo capítulo analiso as relações de trabalho que se transformam com a organização do trabalho.

**QUADRO 1. Permanências e Continuidade na Organização do Trabalho nas Charqueadas e no Frigorífico.**

SÃO PEDRO	SÃO DOMINGOS	FRIGORÍFICO
Trabalho noturno	Trabalho diurno	Trabalho diurno
Hasteamento de bandeira	Alarme a vapor	Alarme elétrico
Nucar o animal com lança	Marreta	Marreta
Pouco gerenciamento da produção	Maior segmentação do trabalho	Segmentação e fragmentação do trabalho
Tecnologia manual e hidráulica	Tecnologia manual e hidráulica	Processos automatizados com instrumentos elétricos
Produção exclusiva do charque	Refrigeração e salga da carne como funções complementares	Produção do charque permanece, porém de maneira secundária, principal produto se torna carne congelada.
Capataz	Capataz	Capataz

Fontes: Entrevistas realizadas e as informações contidas na tese de doutoramento de Jonas Vargas.<sup>92</sup> Autoria própria.

Neste quadro aparece o ofício do capataz, possuidor de um papel central em todos os momentos das charqueadas São Pedro, São Domingos, inclusive em seu momento de frigorificação da carne na charqueada São domingos. Porém, é importante pensarmos que a manutenção do capataz não necessariamente significa a reprodução da mesma função no mundo do trabalho, porém, simbolicamente representa continuidade, ao menos em termos de nomenclatura e imaginário dos trabalhadores. Entendo que o capataz é central para pensarmos as relações de mudanças e continuidades, por isso analisaremos mais longamente os seus significados.

#### **1.4 Um olhar sobre o capataz: mudanças e continuidades**

O papel do capataz dentro da produção escravista no século XIX é um papel controverso, poderia assumir diferentes funções, de acordo com o contexto específico. Enquanto que ao feitor caberia o controle dos escravos, ao capataz estaria designada a chefia de pessoal, o gerenciamento e também execução do trabalho. Marques diferencia essas funções e assinala outras chefias na hierarquia produtiva nas charqueadas pelotenses, como o

<sup>92</sup> VARGAS, Op. Cit.

sota-capataz (assistente do capataz) e o mestre (supervisor das etapas produtivas)<sup>93</sup>. Porém, em outros estudos percebemos que essas funções poderiam se misturar, em algum posto de comando, na organização do trabalho, principalmente do capataz. Al-Alam analisa um processo-crime relativo à morte de um capataz, assassinado por escravizados, no qual também era feitor.<sup>94</sup>. De acordo com o tamanho da unidade produtiva, para além das próprias charqueadas, poderia ser acumulada a função do feitor ao próprio capataz.

O capataz, mesmo nas grandes unidades produtivas, como as charqueadas pelotenses do XIX, também tinha responsabilidade direta sobre os trabalhadores negros escravizados. Em primeiro lugar, era superior na hierarquia de comando aos feitores, logo, era responsável direto pelo trabalho do próprio feitor, do controle dos trabalhadores cativos. Segundamente, em seu trabalho, na vida cotidiana, lidava diretamente com os escravizados. Denise Ognibeni, em estudo mais detalhado do papel do capataz nas charqueadas, demonstra em sua argumentação a relação dos capatazes com os trabalhadores escravizados, que apesar de seu posto de administrador geral do empreendimento, estavam em contato direto com os escravizados por serem pessoas da mais alta confiança dos charqueadores. Uma das cartas do charqueador Domingos José de Almeida<sup>95</sup>, estudadas pela autora, evidencia essa relação. A carta do charqueador é direcionada a sua esposa, no qual demandam ordens a serem repassadas ao “comadre Rolino”, capataz de sua charqueada. É possível também entender um pouco mais da função do capataz na organização da charqueada:

Porto Alegre, 25 de abril de 1835.

De novo te recomendo que admoestes ao comadre Rolino muita vigilância aos escravos, concórdia entre todos, que não deixe de receber gados de costeio, ainda mesmo por menos do que correr, que ponha vigia na mandioca e que nas falhas cuide da plantação da chácara, (...)<sup>96</sup>

Desta forma, as atribuições administrativas do capataz estavam relacionadas às diversas atividades da charqueada, desde o controle dos escravizados e de seus trabalhos, ao

<sup>93</sup> MARQUES, Alvarino da Fontoura. *Evolução das Charqueadas Rio-Grandenses*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1990. Apud. OGNIBENI, Denise. *Charqueadas pelotenses no século XIX: Cotidiano, estabilidade e movimento*. Doutorado (História das sociedades hibéricas e americanas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2005. P. 118.

<sup>94</sup> AL-ALAM, Caiuá Cardoso. *A Negra força da princesa: Polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)*. Dissertação (mestrado em história) – Escola de Humanidades, Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo: 2007. P. 182.

<sup>95</sup> Caiuá Al-Alam indica que Domingos de Almeida foi juiz de paz em região de Pelotas que arbitrou um processo de 1832 analisado pelo autor. Em outro momento assinala que Domingos também foi, além de líder liberal, vereador, deputado provincial e Ministro da Fazenda Do Interior e da Justiça da República Rio-Grandense Ver: AL-ALAM, Op. Cit., p. 56; p. 118.

<sup>96</sup> Anais do AHRS. Vol. 3, 1978. Apud, OGNIBENI, Op. Cit., p. 118.

recebimento e envio do gado, ou seja, à viabilização das atividades comerciais, até mesmo a chefia de outras áreas produtivas das propriedades, como o “cuidado com a plantação da chácara”<sup>97</sup> de Domingos José de Almeida.

Caiuá Al-Alam, ao estudar um processo de assassinato de um capataz, descrito como feitor do escravizado que executou-o, disserta sobre os prejuízos do charqueador decorrentes desta ação. A principal questão é a existência de expectativas nas relações de mando, entre capatazes e escravizados, que eram forjadas na relação de ambos. Isto não significa relações sociais de poder “democráticas” (nada próximo a isso), mas expectativas que deveriam ser supridas pelas partes. Até o feitor conquistar o “respeito” dos escravizados e serem forjadas as expectativas, o pleno funcionamento da propriedade escravista poderia estar ameaçado.<sup>98</sup> O capataz era, neste sentido, fundamental aos interesses da manutenção da própria ordem dominante ao garantir os lucros da classe charqueadora e o controle dos negros escravizados – ampla maioria entre os trabalhadores das charqueadas. Assim, simbolicamente, ao atacar o capataz, atacava-se o próprio Sistema.

As expectativas de mando também estiveram presentes nas relações sociais de trabalho entre os capatazes e trabalhadores na charqueada/frigorífico. Sr. Juan, certo dia, foi à venda para beber com seus companheiros de trabalho. Quando de saída, comprou fiambre para comer.<sup>99</sup> Chegou na “peça”<sup>100</sup>, que morava, e foi comer. Ao cortar o embutido aconteceu um acidente – sr. Juan cortou o dedo. No outro dia, conversou com o capataz da cancha, argumentando que o sal agrediria seu ferimento, porém, também não queria ir ao hospital. Sr. Izolino (capataz da cancha), segundo o trabalhador uruguai, respondeu: “ah, vá pro mato cortar embira pra fazer vassoura”. Sr. Juan assim relata: “Fiquei no mato lá cortando embira, fazendo hora, pra fazer vassoura. Ganhei as 8 hora [risos]. Ganhei sem trabalhar [risos].”<sup>101</sup> O capataz do setor permitiu que sr. Juan não trabalhasse com o sal de maneira informal, correspondendo à uma expectativa do trabalhador, contrariando os interesses dos seus patrões. Neste sentido, os capatazes estão numa posição que transita entre os administradores e os trabalhadores. Ao mesmo tempo em que possui expectativas dos seus superiores, também as

---

<sup>97</sup> Jonas Vargas constatou na sua tese “a busca de autossuficiência das unidades produtivas no que diz respeito ao transporte fluvial e marítimo, ao abastecimento de alimentos para os cativos e de gado para a charqueada”. Porém, discorre sobre a impossibilidade disto em relação ao abastecimento de gado. Ver: VARGAS, Op. Cit., p. 210.

<sup>98</sup> AL-ALAM, Op. Cit., p. 182-183.

<sup>99</sup> Trata-se de um embutido consumido no Uruguai.

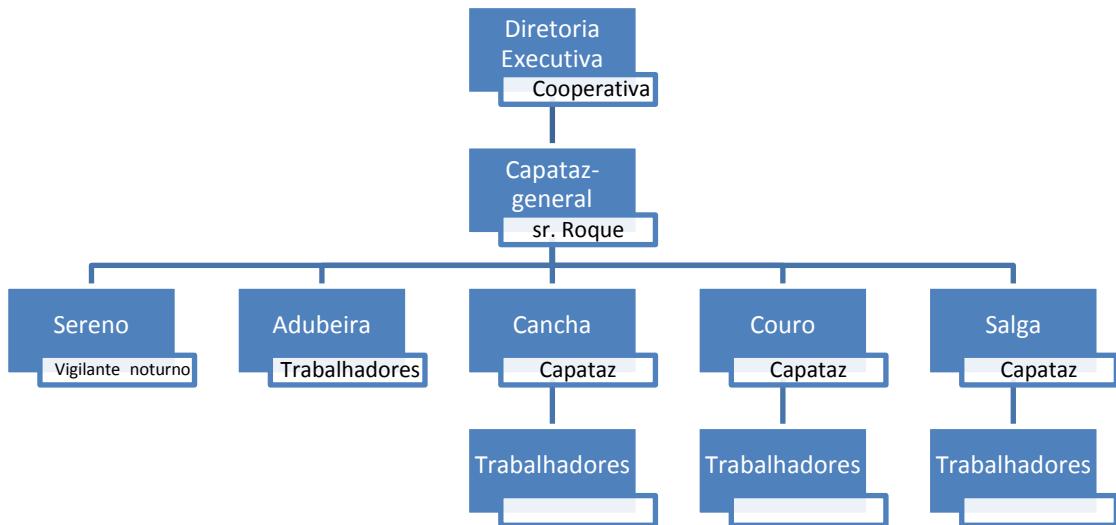
<sup>100</sup> Peça é umas das formas de se referir ao cômodo de uma residência, linguagem comum em regiões no Rio Grande do Sul.

<sup>101</sup> LOPEZ, Juan Dirley da Silva. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Rio Branco-Brasil. 2016.

tem de seus subordinados. Apesar de sua função ser os olhos do patrão, seu cotidiano é com os trabalhadores.

A existência da função de capataz, com essa nomenclatura, no topo da estrutura hierárquica organizacional – do ponto de vista operacional – das charqueadas São Pedro e São Domingos, inclusive com a reorganização frigorífica da unidade produtiva, nos anos 1960, é um dos elementos de continuidade das charqueadas do século retrasado. A estrutura frigorífica instalada sobre a charqueada, herdeira do XIX, carregou a marca do capataz, enquanto que outros frigoríficos tiveram em “encarregados”, “gerentes”, ou cargos do tipo, na função de chefia operacional da atividade produtiva. Porém, devemos analisar mais profundamente as consequências da existência do capataz, os significados do capataz e as diferenças desta figura na charqueada do XIX e do XX. De imediato, a partir das reflexões anteriores, o capataz da charqueada no século XX e no frigorífico já não significa um pilar do regime escravista, esta é a ruptura mais profunda. A partir das entrevistas realizadas com os trabalhadores foi possível elaborar o organograma do ponto de vista da organização do trabalho na charqueada/frigorífico:

#### ORGANOGRAMA 2 – ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO



Fontes: Entrevistas concedidas pelos trabalhadores da charqueada/frigorífico.<sup>102</sup> Autoria própria.

<sup>102</sup> Este organograma é uma estimativa a partir dos relatos dos trabalhadores. A organização da Charqueada é complexa e possui muitos pavilhões e espaços de trabalho e armazenamento e de circulação. O que consegui sintetizar a partir das entrevistas são três capatazes de seção que coordenam o trabalho em três espaços estratégicos, já em outros setores os próprios trabalhadores eram encarregados, ou na verdade, não tinham capatazes. Na “adubeira” trabalhavam os empregados fixos – que continuavam com vínculo na entressafra.

Retomando a carta de Domingos José de Almeida à sua esposa, em que apresenta orientações ao seu capataz a respeito da organização trabalho em suas propriedades, reparemos ao tratamento de *compadre* a que se refere ao capataz Rolino. Era comum a criação de vínculos de compadrio ou vínculos de apadrinhamentos, mais profundos do que relações unicamente profissionais entre capatazes e proprietários, devido à própria centralidade do trabalho do capataz. Por um lado, era importante para o proprietário esse estreitamento na relação para garantir os seus interesses em suas propriedades, já que, parafraseando Jonas Vargas, as mãos do capataz deveriam ser a cabeça do senhor, tendo em vista que um capataz insatisfeito poderia não garantir uma conduta convergente aos interesses senhoriais.<sup>103</sup> Por outro lado, essa relação de compadrio poderia assegurar garantias ao capataz e estabilidade para sua própria família. Denise Ognibeni apresenta o caso do charqueador José Antônio Moreira, o Barão de Butui, que em seu testamento deixou diversos legados a pessoas de seu convívio e afilhados.<sup>104</sup> Ser *compadre* de um grande charqueador também significava proteção e status social.

A relação de proximidade do capataz com o proprietário da charqueada poderia render regalias e benefícios diferenciados dos outros trabalhadores da empresa. Esses vínculos estreitos perduraram na São Domingos de outra forma, já que o patrão não era mais “o” proprietário, e sim uma cooperativa que elegia uma diretoria a cada três anos. Sr. Alamir viveu o momento das transformações mais medulares da Charqueada São Domingos, entre a segunda metade dos anos de 1950 e início dos 1960: a instalação da primeira câmara fria; a construção, pela Cooperativa, da vila para os trabalhadores<sup>105</sup>; e a chegada da rede elétrica às Charqueadas (comunidade/bairro). O trabalhador relata que, ao ter que sair da casa de torrão onde morava, para ir morar na vila operária<sup>106</sup>, sr. Rosalino, seu pai, percebeu a existência de alguns inconvenientes. O pai de sr. Alamir então dispôs-se a agenciar essa questão ao seu favor e então vai buscar providências. Assim é narrado:

---

Porém haviam mais setores. O “sereno” refere-se a um trabalhador que tem a função de fazer a vigilância do patrimônio da Charqueada durante a noite e madrugada, por isso os trabalhadores o conheciam como “sereno”.

<sup>103</sup> “A cabeça do senhor, as mãos do capataz: as transformações no mundo do trabalho nas charqueadas escravistas na segunda metade do oitocentos” é o título de um subcapítulo da tese de Jonas Vargas. VARGAS, Op. Cit., p. 9.

<sup>104</sup> OGNIBENI, Op. Cit., p. 19.

<sup>105</sup> Esta vila operária é um conjunto de 16 residências que foram construídas para substituir os ranchos feitos de torrão (basicamente, paredes feitas com barro prensado e teto com palha). Esta demanda faz parte das exigências sanitárias do poder público para instalação industrial frigorífica.

<sup>106</sup> A terminologia vila operária está sendo usada por mim, talvez arbitrariamente, já que os trabalhadores e moradores do bairro chamavam aquele conjunto de residências apenas de “vila”. Chamo de vila operária por ser familiar aos estudos dos mundos do trabalho e situar o leitor.

O pai não quis ir pra lá e falou com eles lá, e o nome do pai era Rosalino, [Cooperativa] – “a gente entende sr. Rosalino”, como pai era bem assim dos homem, né, porque era empregado antiquíssimo, né, trabalhou desde a época da charqueada São Pedro, a primeira charqueada que teve lá, que eu nem existia. Ele trabalhava desde os 16 anos, na parte da noite era que ele trabalhava. Tinha muita experiência de charqueada e meu tio era o capataz lá, administrador geral era o tio Roque. [...] Não quis se mudar pra lá por causa da fofocagem que ia rolar lá, porque era mesmo. Todo mundo se dava bem, mas também eles faziam fofoca, né. E ai ele [fala] – “eu não vou praquela vila, eu não vou” e ficou, ai falou com os homi e os outros duvidavam que iam fazer, “ah, vão fazer nada”, aí já tavam fazendo, né. Uma baita de uma casinha.<sup>107</sup>

Percebe-se que este vínculo, de ser “dos homem”, conferiu ao sr. Rosalino o benefício especial de ter uma casa construída apartada da “fofoca da vila”, problema identificado por ele. Sr. Rosalino, apesar de não ser capataz, possuía autoridade entre os trabalhadores, decorrente de sua longa trajetória e experiência na lida do trabalho na charqueada. Tinha também, confiança da chefia, além de seu parentesco com o capataz-general da charqueada – sr. Roque. Sr. Alamir explicou que para ele e sua família não houve dificuldade em conseguir ocupar um posto de trabalho na charqueada, já que o “pai já trabalhava lá, já mandava e só falava lá e mandavam chamar a gente [...]”<sup>108</sup>. Essa questão é importante para pensamos as diferenciações que existiam entre os próprios trabalhadores da charqueada e do frigorífico<sup>109</sup>. Este trabalhador recebia em seu holerite o mesmo valor e ocupava o mesmo posto de trabalho que os outros trabalhadores, porém, por uma diferença geracional e vínculos de reciprocidade, e até mesmo parentesco, com a chefia, possuía um status diferenciado. Sua possibilidade de escolher onde morar e poder indicar trabalhadores, minimamente, deveria conferir algum tipo de expectativa do outro lado da relação, na chefia. Provavelmente, tenho como hipótese que sr. Rosalino cumpria um papel de extensão da “cabeça do patrão e braços do capataz” e deveria atuar de maneira convergente aos interesses da Cooperativa ou ao menos demonstrar isto em momentos que lhe fosse conveniente.

Por outro lado, não é só de regalias que se faz um posto de chefia na charqueada. Uma das expectativas do proprietário, no caso a diretoria da Cooperativa, é o reconhecimento. A diretoria reduzia-se a um número limitado de diretores, que se alternavam, conhecidos do capataz Roque Uzandizaga – tio de sr. Alamir. Ao conferir benefícios diferenciados ao capataz, e principalmente, condições minimamente estáveis para reprodução material de sua

<sup>107</sup> ESPINDOLA, Alamir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão-Brasil. 2016.

<sup>108</sup> ESPINDOLA, Alamir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão-Brasil. 2016.

<sup>109</sup> Sr. Rosalino trabalhou até 1974 no frigorífico quando se aposentou.

vida e família, um laço de dependência também é criado. Assim poderia ser severo o tratamento com o próprio capataz:

[...] ele tinha um medo dos chefe dele lá, que ele tirava o chapeuzinho, que era um, como que vou te dizer, ele não chamava de gorro, é um troço tipo daqueles militar de antigamente que era pontudinho aqui e aqui atrás, ele tirava e botava embaixo do braço e ele falava – “sim, sim”, concordava com tudo – “sim, sim, sim, sim”. Precisava ver ele bem humilde.<sup>110</sup>

O capataz notadamente é privilegiado em relação aos outros trabalhadores, porém, pode ser uma posição problemática. A função “capataz” está localizada em uma posição frontal para os interesses da classe dominante. Enquanto que no escravismo é figura central para manutenção do regime, controle da produção e dos trabalhadores negros escravizados, no “trabalho livre” o capataz é a linha de frente do Capital nos conflitos com o Trabalho. Jonas Vargas relaciona a demanda de aumento da produtividade, a política monetária de incentivo para aumento da produção nas charqueadas de Pelotas e a retração do contingente de trabalhadores escravizados ao aumento de crimes cometidos, por escravizados, contra capatazes na cidade. Na década de 1830 há o registro de 5 assassinatos à feitores e/ou capatazes, mantendo-se essa proporção na década de 1840. Já nos anos de 1850, com o aumento de cobrança dos trabalhadores escravizados, há um *boom* com mais de 20 assassinatos, sendo essa proporção numérica mantida nas duas décadas seguintes, somente retrocedendo para 10 mortes na década de 1880<sup>111</sup>.

Os capatazes, para garantirem os interesses dos charqueadores, quando a motivação econômica não bastava, utilizavam a violência como “incentivo” para aumento da produtividade. A questão é que essa coerção não aconteceu sem que houvesse consequências. Vargas, analisando qualitativamente os crimes, chega à conclusão que os assassinatos tinham como principal causa os excessivos castigos aplicados aos escravizados, não só por má conduta, mas por falhas no trabalho das charqueadas. Um dos processos mostrava o caso do escravizado Antônio de 40 anos – cozinheiro e carneador – que foi castigado por não ter conseguido preparar o couro corretamente.

Dois casos são emblemáticos da relação entre produtividade e revolta:

Em janeiro de 1873, Feliciano matou o capataz por ele o haver “mandado trepar para cima de uma pilha de carne verde para trabalhar e ele réu lhe dissera não poder fazê-lo por ter os pés e as mãos ardidas do sal”. O escravo Matheus, citado acima,

---

<sup>110</sup> ESPINDOLA, Alamir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão-Brasil. 2016.

<sup>111</sup> VARGAS, Op. Cit. p. 253-254.

também revoltou-se com o capataz pois não queria trabalhar “no valo” que cercava o terreno da charqueada, alegando estar com os pés rachados.<sup>112</sup>

A violência seria um “argumento” para a imposição dos interesses senhoriais nas charqueadas pelotenses do século XIX. Sua legitimidade era mais do que interesses econômicos imediatos da classe charqueadora, ela tinha como “pano de fundo” a própria ordem escravista, que teimosamente insistia em ser reproduzida. O elemento da violência é ponto de ruptura da figura do capataz do XIX com o do XX, pois com desagregação do escravismo e a consolidação da reconfiguração do regime, a partir do marco da República, a legitimidade do uso da violência pelo capataz para assegurar os interesses de classe é diluída. O capataz ainda será central na organização do trabalho, será as “mãos do charqueador”, porém, agora essas mãos não mais segurarão o “chicote”. Neste sentido, haverá uma transformação das expectativas entre os trabalhadores e os capatazes, em que haverá o predomínio do elemento do consenso, no qual anteriormente a coerção física, em última instância, estava presente na dinâmica (não sem resistências, evidentemente).

A função do capataz como “interlocutor” entre contraditórios interesses de classe, agora uma figura mais amena, do ponto de vista da violência, necessitará de outros elementos na atuação. Paulo Fontes, ao investigar experiências operárias de imigrantes nordestinos em São Miguel Paulista, nos anos 1950, percebe duas características importantes na figura da chefia industrial, que pensaremos como uma analogia ao capataz. A primeira característica tem a ver com a legitimidade da chefia:

“[...] a autoridade do chefe não advinha somente do poder que a empresa lhe conferia, mas também da imagem de um operário bem-sucedido, que, graças aos seus méritos pessoais, conseguia ascender na empresa. Nesse sentido, seria um exemplo a ser seguido pelos demais trabalhadores.”<sup>113</sup>

A segunda característica da chefia, na verdade, o limite desta chefia, está relacionado com a perda da legitimidade do uso da violência, não necessariamente física, mas sanções desproporcionais aos possíveis erros:

“Além disso, chefes e outros ocupantes de cargos intermediários estavam sujeitos à influência das redes sociais estabelecidas pelos trabalhadores na empresa e no bairro. Um chefe autoritário que, periodicamente, ultrapasse os limites considerados toleráveis poderia sofrer sanções, por vezes violenta. [...] Algumas vezes, porém, o

<sup>112</sup> VARGAS, Op. Cit., p. 255.

<sup>113</sup> FONTES, P. Migração nordestina e experiências operárias: São Miguel Paulista nos anos 1950. In: BATALHA, C. H. M.; FORTES, A.; SILVA, F. T. (orgs.). *Culturas de classe: Identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p. 378.

preço que os chefes pagavam por suas arbitrariedades não era somente a violência, mas a rejeição da comunidade operária.”.<sup>114</sup>

O uso desta analogia é limitado em diversos aspectos, porém é útil para pensarmos nosso objeto, o capataz. Uma das questões é a restrita possibilidade de mobilidade social. A legitimidade da autoridade do capataz, no caso da charqueada estudada, estaria mais próxima de um trabalhador bem sucedido do que a possibilidade do trabalhador se tornar um capataz, pois, de acordo com as entrevistas, sr. Roque, capataz (gerente geral), e outros chefes (capatazes de secção), se aposentaram em seus postos. A possibilidade de se fazer carreira, “ascender” na charqueada/frigorífico para capataz, seria contar com a morte do chefe e estabelecer vínculos próximos com a chefia a ponto de ser indicado ao posto. Improvável. A relação de mando do capataz com os trabalhadores estava calcada também no fato de que todos os capatazes de secção da São Domingos foram carneadores. Sr. Roque Uzandizaga, o *capataz-general*<sup>115</sup> que administrava toda a unidade produtiva, chegou inclusive a trabalhar na charqueada São Pedro<sup>116</sup>.

A legitimidade da autoridade de sr. Roque extrapolava seu conhecimento sobre o trabalho, seu tempo de serviço, ou autoridade conferida pelo posto. A própria relação dos trabalhadores com as charqueadas se apresentava estruturada numa conexão mais ampla na perspectiva da própria cultura<sup>117</sup>, de forma que é apresentada numa perspectiva transcendental, a profundidade do vínculo de sr. Roque com a charqueada na narrativa de sr. Juan:

E o pai dele... A última vaca que mataram na safra... Morreu a última vaca, morreu o pai do Roque. É. O basco. Que passava... Ele tinha uma religião ai que de noite [risos] ia ali pra dentro da charqueada, porque ele morava ali na charqueada mesmo, e tinha como 3 ou 4 cachorros, pero, era pequeninho os cachorros que ele tinha, o pai do Roque.<sup>118</sup>

Não me interesso em que nível de “realidade” está assentada essa história de sr. Juan, a questão é o imaginário compartilhado pelos trabalhadores em relação ao capataz, que além de ser um “operário bem sucedido”, na ideia de Fontes, o capataz se apresenta como um “filho

---

<sup>114</sup> IDEM.

<sup>115</sup> Nomenclatura utilizada por sr. Juan. LOPEZ, Juan Dirley da Silva. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Rio Branco-Brasil. 2016.

<sup>116</sup> Nas entrevistas não houve consenso entre os trabalhadores sobre a quantidade de capatazes e suas respectivas secções. Havia uma fragmentação grande do trabalho na Charqueada, porém, nem todo ambiente de trabalho havia um capataz. O consenso mínimo das entrevistas são 3 secções com capatazes: onde se retalhava o animal (cancha), onde se salgava a carne e onde se limpava e preparava o couro e mais um capataz geral, o sr. Roque.

<sup>117</sup> Essa questão será examinada no segundo capítulo.

<sup>118</sup> LOPEZ, Juan Dirley da Silva. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Rio Branco-Brasil. 2016.

espiritual da charqueada". Por outro lado, Ognibeni conclui seu raciocínio acerca da mobilidade social para se tornar um capataz, poderia possuir o feito diametralmente oposto numa charqueada do século XIX, quando negros escravizados ou alforriados alcançavam a função de capataz ou feitor ocupando espaço social no mundo dos brancos obtendo vantagens, "suas vidas eram marcadas pela violência e pela não aceitação tanto no meio dos escravizados como no meio dos brancos."<sup>119</sup> Nesta dimensão do prestígio pela ascensão social, o capataz estaria mais próximo ao encarregado da fábrica do que do capataz-feitor.

Apesar de terem se passado mais de quarenta anos que os trabalhadores entrevistados saíram da charqueada/frigorífico São Domingos, as falas em relação ao capataz-general, sr. Roque Uzandizaga, conferiram-lhe autoridade e respeito, por vezes parecia até que o "espírito" do capataz estava ouvindo a entrevista. Foram falas muito cuidadosas que evidenciaram que o comando de sr. Roque era exercido com pulso firme, porém, com certa justiça. Isso é apresentado nas falas de um trabalhador. Sr. Juan, quando perguntado sobre a chefia do capataz-general, afirma – "[risos] Si, si. Ele era... Tinha que respeitar porque senão a gente..."<sup>120</sup>. Se por um lado havia reconhecimento da autoridade e a constatação que o capataz general poderia ser severo e tinha poder sobre os trabalhadores, por outro, sr. Roque poderia ser cuidadoso no tratamento para com os trabalhadores. Isto se coloca com exigência para si mesmo, porque apesar de seu posto de comando, e ser próximo aos patrões, ele ainda é um trabalhador e vive com os trabalhadores nas Charqueadas (comunidade/bairro), e possui vínculos de reciprocidade com os trabalhadores da charqueada. Sr. Alamir relata uma história de família que indica um pouco mais sobre a relação entre os trabalhadores e os capatazes de seção e o capataz-general:

**Allan:** E como que era, os capataz, eles mandavam, brigavam com as pessoas?

**Sr. Alamir:** De vez em quando, quando fazia uma coisa errada, eles vinham e dava uma galopiada [chamada de atenção] na gente – "tem que prestar atenção", "não sei o que tem".

**Allan:** Pros finalmente [briga física] não chegava os capataz com os funcionários?

**Sr. Alamir:** Não. As vezes chegava assim, eu tinha um irmão meu que era todo brabo e esse meu tio [Roque], as vezes, pegava no pé bastante, desafiou ele e chamou ele de "basco guampudo [guampa significa chifre], pula lá pra fora que eu te quebro a cara!". Daí o véio não foi, véio modo de dizer, tinha 40 e poucos anos aquela época, meu irmão tinha 19-20. João era brabo, sempre foi, e não gostava muito dele. **Bom, eu também não gostava muito do meu tio porque ele era muito assim de chamar atenção da gente que era parente e dos outros não. Se tava trabalhando eu com outro e o outro fazia uma cagada de deixar cair a carne no**

<sup>119</sup> OGNIBENI, Op. Cit., p. 126.

<sup>120</sup> Após essa frase o trabalhador faz um silêncio dando um sentido de severidade no contexto de sua elaboração argumentativa. LOPEZ, Juan Dirley da Silva. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Rio Branco-Brasil. 2016.

**chão ele vinha dizer pra gente.** Já o pai era tranquilaço que nem eu assim. Se tinha que falar ele vinha e falava, mas nada de tá, **humilhação**.

**Allan:** E acontecia muito isso ai, as vezes?

**Sr. Alamir:** É, é, acontecia.

**Allan:** Principalmente quando fazia cagada no serviço?

**Sr. Alamir:** É. Mas as vezes uma bobagenzinha assim e já...<sup>121</sup> [grifo meu]

Como já debatido anteriormente, a função de capataz significa poder de indicar trabalhadores para postos de trabalho, o que decorria na indicação de familiares. O caso de sr. Alamir é emblemático, de sete pessoas que compunham seu núcleo familiar – pai, mãe e quatro irmãos – quatro pessoas trabalhavam na charqueada. Primeiramente, este trecho da entrevista nos mostra uma responsabilidade do capataz, por um lado, de manter seus indicados “na linha”. Comportamentos inadequados, do ponto de vista da Cooperativa, de seus familiares replicariam negativamente para o próprio capataz, do ponto de vista do seu capital social. Por outro lado, essa situação nos dá uma pista de uma possível estratégia do capataz-general para manter e reproduzir sua autoridade: chamar a atenção de seus familiares, a quem se tinham vínculos mais profundos, mais difíceis de serem rompidos. Seria uma forma de mostrar sua severidade para os outros trabalhadores sem colocar em jogo as expectativas de mando. Não precisa o capataz ser severo com os trabalhadores, para ser reconhecida sua autoridade, há somente a necessidade dos trabalhadores cogitarem essa possibilidade, o medo de ser humilhado. Evidentemente, que isso não acontece sem consequências. O “desafio” de João à sr. Roque foi resultado desta estratégia de Roque, foi um momento de estopim em que João resiste a dominação do capataz. Porém, essa tática de Roque conforma um tratamento ameno, mais cuidadoso, para o restante dos trabalhadores, fundamental para a manutenção de sua autoridade e reconhecimento.

O capataz é um cargo remanescente na charqueada que perdura no século XX, inclusive no frigorífico, trazendo sentido na sua existência, porém, com mudanças na sua função. Ele possui um papel central na garantia dos interesses de classe, dos proprietários, sendo assim, é um profundo conhecedor dos processos produtivos da unidade, comumente um antigo trabalhador. É um homem de confiança, possuidor de privilégios em relação aos outros trabalhadores (cativos ou livres). Sua função estratégica na confirmação dos interesses da classe dominante coloca-o em posição delicada que exige perspicácia, porque, apesar de “seus braços serem as cabeças da Cooperativa”, ele ainda compartilha dos mesmos espaços de sociabilidade dos trabalhadores fora da produção. Diferentemente do período escravista onde sua legitimidade se asseguraria, em última instância, na dinâmica entre consenso e coerção, na

---

<sup>121</sup> ESPINDOLA, Alamir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão-Brasil. 2016.

violência física, agora, o capataz necessita ter sua autoridade reconhecida sem o uso de castigos corporais. Evidentemente, que o consenso também era necessário nas relações com o capataz do XIX, como debatido anteriormente, porém, neste outro momento, de “trabalho livre”, esse elemento possui mais centralidade nas expectativas de reciprocidade entre trabalhadores e chefia. Se simbolicamente o capataz-feitor era a base da reprodução do escravismo, o capataz no mundo do trabalho, onde a força de trabalho é uma mercadoria, possui um papel central no controle do trabalho social, ou seja, medular na produção do valor e sua espoliação. Porém, apesar das profundas diferenças entre as duas “formas capatazes”, a sua existência demarca continuidades, principalmente pelas particularidades do espaço que compartilha esses dois mundos do trabalho (livre/cativo), a charqueada. Essa relação de continuidade aparece na fala de sr. Aradir:

**Allan:** E o frigorífico pagava melhor?

**Sr. Aradir:** Pagava, porque aí já começou a vir as leis trabalhistas, né. Depois do Getúlio Vargas era obrigado a pagar. **Na época que meu pai era novo não tinha salário, não tinha nada.** Eu tinha uma firma, pegava um funcionário, chegava o fim do mês e eu pagava o que queria pra ele pronto. Ele não tinha o que reclamar nem nada. Aí depois não, aí mudou, né. Domingo e feriado, isso aí não tinha, todo mundo trabalhava como se fosse um dia normal. Hoje não, pah. Hoje o cara pega e: “tenho direito a isso e aquilo”. Os ricos de hoje em dia na época não gostava do Getúlio Vargas, da época da ditadura, como é que chamam. A melhor coisa que teve. Ninguém tinha salário, ninguém tinha sábado nem domingo. **Era tudo o patrão que mandava, os coronel**, no caso. **A gente era praticamente escravo.** Antes de mim, no caso, um pouquinho. Ai começou a vir as leis e os empresários começaram a brigar. E hoje tão mudando tudo e a aposentadoria já querem mudar pra aumentar a idade. Salário mínimo, já vi um comentário, querem congelar por 20 anos [referência a PEC 241]. Onde se viu, com uma inflação enorme dessa? Acho que isso aí não vai passar, mas...<sup>122</sup> [grifo meu]

Nesse depoimento de sr. Aradir é possível identificarmos a presença de um imaginário da escravidão. A elaboração de uma narrativa histórica que imbui a “Getúlio Vargas, na época da ditadura<sup>123</sup>” o rompimento com relações de trabalho escravistas, ou análogas a escravidão, através da implantação de direitos trabalhistas, é significativa para entender os seus complexos parâmetros de compreensão da realidade. Ele desloca o seu pai a esse mundo sem direitos, no qual “os coronel” mandavam e os trabalhadores eram “praticamente escravos”. Sr. Aradir nasceu nas Charqueadas (comunidade/bairro), assim como muitos trabalhadores à época, “neste mundo” tão próximo do cativeiro, onde as memórias do cativeiro aparecem nas ruínas da charqueada São Pedro, no chefe imediato denominado “capataz”, nas histórias de

<sup>122</sup> BOM, Aradir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguariaíva. 2016.

<sup>123</sup> A ditadura que sr. Aradir se refere é ditadura civil-militar que iniciou em 1964, período, em que as leis trabalhistas foram sistematicamente implantadas na unidade produtiva. O trabalhador faz uma miscelânea de referências históricas.

precariedade (relacionado à escravidão). Diante disso, as relações de mudanças e permanências não estão presentes somente na charqueada (unidade produtiva), se manifestam nas subjetividades dos trabalhadores que compartilharam esse mundo do trabalho rural e a própria comunidade/bairro ao redor. Há uma relação de pertencimento a esses mundos, o trabalhador se coloca temporalmente no “mundo dos direitos”, mas o seu pai em um “mundo praticamente escravo”, há uma percepção de proximidade entre os tempos, independente do marco de 1988, colocado pela historiografia tradicional. Contudo, não quero deixar subentendido que os trabalhadores eram escravizados ou estavam em condições análogas a escravidão, não posso elementos para tal afirmação, mas ressaltar a percepção, a leitura feita por sr. Aradir sobre condição. As marcas da charqueada escravista e o mundo do trabalho de direitos se articulavam de forma complexa na formação das subjetividades destes trabalhadores a partir da precariedade vivenciada neste mundo rural em que viviam. No próximo capítulo, analisaremos as mudanças e continuidades na charqueada/frigorífico São Domingos do ponto de vista das implicações na vida dos trabalhadores tentando entender suas subjetividades e estratégias para lidar com as questões colocadas.

## 2. O MUNDO DO TRABALHO PARA OS TRABALHADORES: EXPERIÊNCIA E RESISTÊNCIA DE CLASSE

As transformações ocorridas no meio produtivo não aconteceram sem a inferência dos trabalhadores. As mudanças na lógica do controle do tempo e disciplinamento da força de trabalho, demandada pelas alterações estruturais na organização produtiva, não aconteceram fora da zona de agência dos próprios trabalhadores, que interferiram e se utilizaram dos elementos e situações que estiveram em suas possibilidades nos momento de disputas. As transições não aconteceram sem minimamente haver correspondência de expectativas dos trabalhadores. Importante perceber que as mudanças substanciais da organização da produção e do trabalho não transpuseram relações sociais, econômicas e culturais estabelecidas nas charqueadas; não se realizaram fora do tempo e do espaço. A paulatina mudança da estrutura predial, da reorganização do trabalho, e instalação de maquinário frigorífico, aconteceu de maneira lenta e processual. Essas são indicações das diretorias nos relatórios de safra e os relatos das entrevistas<sup>124</sup>. Não há evidências positivas que constatem o ritmo das transformações, porém, algumas evidências foram narradas pelos trabalhadores entrevistados, no que tange a proibições de alguns seus hábitos e cerceamento de direitos imemoriais que fossem antagônicos à nova ordem produtiva, que diz respeito a uma nova lógica traduzida nas legislações sanitária e trabalhista, intensificação do ritmo de trabalho, aumento da divisão do trabalho, controle dos trabalhadores e contingenciamento de gastos.

Debateremos neste capítulo, do ponto de vista das relações de dominação e resistência, as consequências das transformações produtivas empreendidas pela classe charqueadora no mundo do trabalho, em seu sentido de fundo, com intuito de pensarmos o que esteve em jogo, no concernente às dinâmicas sociais pré-estabelecidas nestes momentos de transformações. Para tentar organizar de maneira inteligível, estabelecerei alguns marcos históricos a partir dos vestígios acessados. Mais do que estancar balizas no solo da História e separar momentos distintos, meu objetivo é, a partir da constatação da coexistência de rationalidades distintas, como já argumentado, ordenar as evidências dispersas para pensarmos algumas questões. Três marcos serão estabelecidos, sendo dois destes com correspondência temporal, e outro sem lastro cronológico. O primeiro diz respeito ao ano de 1964, data de inauguração da primeira

---

<sup>124</sup> Como já dito, os relatórios condizem aos anos de 1950 à 1956, com ausência de 1955; a abrangência temporal da atuação dos trabalhadores entrevistados inicia-se em 1960, ano de ingresso do mais antigo trabalhador, sr. Juan, e se estende até 1975, ano de saída de sr. Aradir; porém, o alcance temporal é maior que a atuação destes, já que dois deles nasceram nas Charqueadas (bairro), pois seus pais trabalharam nas charqueadas, tendo sr. Alamir um avô que atuou na Charqueada.

câmara fria, em que foi proibido aos trabalhadores o fumo do tabaco e do cigarro. O ano de 1968 foi significativo na absoluta exigência da formalização dos trabalhadores, indeferindo o vínculo empregatício com a charqueada São Domingos sem a carteira de trabalho, e a implantação de uma segunda câmara fria de maiores dimensões que a primeira. Outro marco em que podemos observar a mudança de racionalidade do trabalho é a restrição à concessão de carne aos trabalhadores.

Antes de iniciarmos nossa análise sobre as relações de dominação e resistência na charqueada no bojo das transformações – e continuidades – mais substanciais das relações sociais de produção, apresentarei três aspectos teóricos que coordenam nossa investigação. Não se tratam de pressupostos, mas de ferramentas utilizadas para a interrogação dos vestígios do passado. Esses aspectos estão sendo arbitrariamente separados para melhor inteligibilidade, mas de maneira alguma podem ser cognoscíveis isoladamente. Os três pontos são questões já discutidas nesta monografia, porém, é relevante a sistematização destes elementos para a melhor compreensão: 1. As relações sociais de produção na charqueada/frigorífico possuem características peculiares devido a sua composição híbrida de características rurais e urbanas; 2. As expectativas contidas nas relações de mando no mundo do trabalho impõem em alguma medida, podendo variar de acordo com a configuração da relação, a negociação, mesmo que de forma não evidente na superfície das relações. 3. Toda relação de dominação é também uma relação de resistência, neste sentido, este ponto está dialeticamente relacionado com o segundo.

## **2.1 “Eu não fumava, mas comprava um cigarro pra... [risos], pra pegar os 5 minutos [risos]”: a disputa em torno do tempo**

Michelle Perrot é uma boa porta de entrada para iniciarmos nosso debate:

[...] Ora, é preciso lembrar que nunca um sistema disciplinar chegou a se realizar plenamente. Feito para triunfar sobre uma resistência, ele suscita imediatamente uma outra. O regulamento sempre é mais ou menos contornado, e sua leitura não pode dar conta da vida cotidiana da fábrica ou da oficina.<sup>125</sup>

As mudanças em curso nas relações sociais de produção versam centralmente sobre uma nova disciplina de trabalho que significa a eliminação de atividades não produtivas – a apropriação do “tempo livre” na jornada de trabalho. Essa nova lógica, na charqueada/frigorífico São

---

<sup>125</sup> PERROT, Michelle. As três eras da disciplina industrial na França do século XIX. In: *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. P. 55.

Domingos, fica evidente em 1964 com a proibição do fumo<sup>126</sup>. A razoável justificativa da Cooperativa para esta restrição é o cumprimento de critérios higiênicos demandados pelas leis sanitárias. Realmente, as leis sanitárias se apresentavam em escala ascendente à charqueada São Domingos a partir de sua “modernização”. Em 1957, o inspetor chefe do D.I.P.O.A<sup>127</sup>, órgão do Ministério da Agricultura, notificava ao presidente da diretoria executiva da Cooperativa<sup>128</sup> a necessidade de normalização do envio das amostras de sebo industrial para análise, de acordo com o artigo 310 do Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal<sup>129</sup>. Não podemos ignorar essas motivações para entender as transformações. Porém, o que está em jogo com a proibição, para além de exigências legais, é a relação do trabalhador com o tempo vendido como mercadoria, enquanto força de trabalho.

Importante um parêntese de que a intenção não é fazer nenhum tipo de apologia ao cigarro, tendo em vista que está mais que comprovado os inúmeros malefícios causados pelo seu uso. O intuito é investigar os significados do fumo no contexto analisado do ponto de vista dos próprios trabalhadores. Ora, o momento em que o trabalhador pausava a execução de sua tarefa produtiva para fumar um cigarro é também a parte de seu tempo vendido para o patrão que ele retoma em suas mãos. O consumo de fumo pelos trabalhadores tratava-se do cigarro industrializado e do cigarro “bolado”, o “enroladinho” – fumo enrolado manualmente em pedaço de papel de seda. Vejamos, o ato de fumar não se resumia simplesmente ao ato em si, propriamente dito, mas também a todo o processo artesanal de confecção do cigarro. Enquanto que o cigarro industrial possui pólvora, que acelera o consumo o seu consumo e impede o apagamento da brasa, o “enroladinho” está suscetível à interrupção além de queimar mais devagar. O “enroladinho”, por não se consumir compulsoriamente e não estar pronto, abre a possibilidade de manipulação do trabalhador prolongando o seu tempo de fumo. Por outro lado, aquele que fumava o cigarro industrializado poderia fumar mais de um cigarro para acompanhar o outro fumante.

A proibição do fumo aos trabalhadores, no horário de serviço, fez parte de um projeto mais amplo, o que Perrot chamou de “sistema disciplinar”, na perspectiva de uma lógica de produção fabril, tipicamente urbana-industrial.<sup>130</sup> Contudo, este disciplinamento do

---

<sup>126</sup> Quando falar de fumo refiro-me sobretudo ao tabaco, aquele fumo enrolado na seda, o famoso “enroladinho”, em menor medida ao cigarro industrializado.

<sup>127</sup> Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

<sup>128</sup> O presidente de nome Antônio tem seu sobrenome inteligível neste documento.

<sup>129</sup> Circular 518 do Ministério da Agricultura. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

<sup>130</sup> PERROT, Op. Cit. Não é possível afirmar a existência de um código disciplinar em papel e os trabalhadores entrevistados também não afirmaram a existência de um. Mas, independente da existência de um ou não, a questão é que haviam regras e era cobrado o cumprimento delas aos trabalhadores.

trabalhador não ocorre de maneira automática, esmagando suas relações anteriormente estabelecidas; a condição de fumante, ou seja, a *sua* relação com o tempo, impõe expectativas de mando que não podem ser ignoradas. Sr. Juan nos explica como se conformou esse novo ordenamento neste trecho da entrevista, quando pergunto se: – “podia fumar lá?”, ele responde: – “A princípio sim, después proibiram. [...] Uma hora te davam 5 minutos pra fumar. Eu não fumava, mas comprava um cigarro pra... [risos], pra pegar os 5 minutos [risos]. Se não fumasse tinha que seguir trabalhando [risos]. Ganhava 5 minutinhos.”<sup>131</sup>. A Cooperativa não pôde esmagar o costume dos trabalhadores sem abrir concessão. Não pretendo “comemorar” esses “5 minutinhos” *em si* como se fosse uma vitória dos trabalhadores, não foi, porém, demonstra a dinâmica de expectativas de mando. Outra questão a ser pensada é que a formalização do que sr. Juan chamou de “5 minutinhos” não necessariamente significam 5 minutos literalmente, mas o reconhecimento de uma demanda dos trabalhadores em utilizarem parte do seu tempo vendido, enquanto força de trabalho, *para si*. Na verdade, pensando logicamente, muito difícil algum trabalhador conseguir fazer uma pausa de apenas 5 minutos, já que a proibição do cigarro tem como justificativa esse ato não ser higiênico para fazer no mesmo ambiente em que manuseavam a carne, nos galpões em que produziam. Os trabalhadores tinham que sair dos setores em que trabalhavam para fumarem do lado de fora. Sair do pavilhão em direção ao ambiente externo, enrolar o cigarro para quem fumava “enroladinho”<sup>132</sup>, fuma-lo, retornar ao pavilhão e reiniciar a produção é inviável em “5 minutinhos”.

Outro aspecto importante do trecho supracitado da entrevista de sr. Juan é a demonstração do agenciamento deste trabalhador a partir dos regramentos impostos. Sr. Juan, apesar de não ser fumante, “comprava um cigarro para pegar os 5 minutos”. Esta estratégia de sr. Juan faz parte de uma ação elaborada para contrapor o movimento de mudança da lógica do uso tempo em sua jornada de trabalho. Provavelmente, isto não faria sentido em um momento anterior da proibição, pela própria intensidade da produção que permitia que um trabalhador parasse para fumar um cigarro, ou até mesmo fumasse enquanto realizava sua tarefa, porém, com a imposição de outro ritmo de trabalho, outra forma de se relacionar com o tempo, sr. Juan desenvolve uma forma de resistência à essa nova concepção de tempo. Ele se utiliza do “acordo” decorrente das expectativas de mando presente no ambiente de trabalho

---

<sup>131</sup> LOPEZ, Juan Dirley da Silva. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Rio Branco-Brasil. 2016.

<sup>132</sup> É costume de um fumante esperar o outro. Além disso, a possibilidade de execução desta estratégia de sr. Juan é ausência de um vigia neste momento em que fumavam, o que torna mais plausível a efetivação deste costume.

para conseguir, como ele mesmo nomeou, “ganhar 5 minutinhos”. Debrucemo-nos rapidamente sobre essa fala de sr. Juan. Interessante, notarmos que a terminologia “ganhar” denota a obtenção de algo que não lhe pertencia. Já o objeto do verbo “ganhar” são os “minutinhos”, ou seja, o tempo. É nítida a capacidade de leitura deste trabalhador de sua condição, de alguém que vende sua força de trabalho durante determinado tempo. Com isso, não afirmo que sr. Juan articule discursivamente esta questão, mas é inegável que isto está presente em sua subjetividade. Percebemos que o significado mais profundo de sr. Juan comprar cigarro, carrega-lo e pausar a tarefa designada a ele, não se resume à expressão da preguiça ou indisposição para o trabalho (o que também poderia estar presente), mas como uma estratégia de resistência à dominação, de recuperar parte do seu tempo vendido à Cooperativa. O modo como expressou esta situação é um indicativo disto, suas risadas denotam uma postura debochada de sua ação em relação às regras. Demonstra a sua opinião sobre as regras disciplinares. A necessidade empurra-o para a venda de seu tempo, porém, a ânsia por autonomia o faz disputar o tempo perdido, e na margem das possibilidades, busca “ganhar” de volta seu tempo. Este caso, apesar de ser particular, é significativo para entender a dinamicidade das possibilidades de estratégias de resistência dos trabalhadores nas mudanças que afetam suas dinâmicas de relação com a vida. Como bem sintetizou Perrot, citada anteriormente, um sistema disciplinar feito para “triunfar sobre uma resistência [...] suscita imediatamente uma outra”<sup>133</sup>.

Podemos pensar a relação com o tempo a partir das próprias dinâmicas rurais de relação com a vida. É fundamental definir o que exatamente estou falando quando me refiro a dinâmicas rurais da vida e sua equivalente concepção de tempo. Jacques Gélis, ao discutir “a individualização da criança”, a partir de referências europeias, analisa a progressiva sobreposição de uma consciência individualizada, cada vez mais restrita a interesses privados, dos núcleos familiares sobre grupos comunitários voltados à perpetuação da linhagem, em que os indivíduos possuíam vínculos de pertencimento determinados e determinantes à reprodução da existência coletiva; de comunidades para famílias reduzidas e fragmentadas. Neste texto de Gélis, o que nos interessa é a concepção de tempo analisada pelo autor que se faz importante para prosseguirmos nossa análise. No campo pré-moderno, prevalecia uma “consciência naturalista”, onde as referências eram os ciclos da natureza, o nascer e pôr do Sol que ocorria todos os dias. “Ano após ano a natureza representava a mesma peça; as

---

<sup>133</sup> PERROT, Op. Cit.

estações se sucediam sem cessar e o mundo seguia esse movimento sem fim.”<sup>134</sup> Era uma percepção de tempo cíclica, de eterno retorno. Agora, a Modernidade, herdeira das cidades, será marcada por:

Uma consciência mais linear, mais segmentaria da existência progressivamente sucede a consciência de um ciclo de vida circular primeiro nas classes abastadas, depois nas categorias sociais menos favorecidas; primeiro nas grandes cidades, depois nos burgos e, mais lentamente, no campo.<sup>135</sup>

Essa consciência, “mais linear, mais segmentária”, é oriunda da lógica urbana-industrial de organização social. A dinâmica urbana está calcada nos termos da Modernidade, a cidade como lugar das invenções, do futuro, marcado pela evolução, pela pressa e velocidade de alcançar o progresso<sup>136</sup>.

Em *Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial*, Thompson resgata a orientação do tempo nas sociedades camponesas baseadas nas tarefas diárias, ao invés de horários estabelecidos pelo controle através do relógio. Não há a noção central de produtividade, controle do tempo e maximização dos lucros, mas antes de tudo a reprodução da vida material. Uma das questões colocadas pelo autor inglês é que “parece haver pouca separação entre “o trabalho” e “a vida”. As relações sociais e o trabalho são misturados – o dia de trabalho se prolonga ou se contrai segundo a tarefa – e não há grande senso de conflito entre o trabalho e “passar o dia”<sup>137</sup> Substancial para a organização da lógica fabril é o extermínio do tempo não produtivo do trabalhador, o “passar o dia”, ou na realidade, o “passar o tempo”. O tempo da produção não é o tempo da vida, não é o tempo “natural” da vida, mas o tempo controlado a partir da disciplina do trabalho e do trabalhador. São dois tempos que possuem:

[...] uma distinção entre o tempo do empregador e o seu “próprio” tempo. E o empregador deve *usar* o tempo de sua mão de obra e cuidar para que não seja desperdiçado: o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. **O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta.** [grifo meu]<sup>138</sup>

---

<sup>134</sup> GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: ARIÈS, Phillippe.; CHARTIER, Roger. (orgs.). *História da vida privada v. 3*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 305.

<sup>135</sup> IDEM, p. 310.

<sup>136</sup> Uma crítica a concepção de progresso parida pela Modernidade, em termos evolucionistas, pode ser vista em: BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Editora brasiliense, 1987. 3 ed.

<sup>137</sup> THOMPSON, *Tempo, disciplina de trabalho...* Op. Cit., p. 271-272.

<sup>138</sup> IDEM, p. 272.

O sentido profundo do “ganhar 5 minutos”<sup>139</sup> em contrapartida à necessidade de vender sua força de trabalho e “perder” seu tempo para produzir mercadorias durante a jornada de trabalho para outra pessoa que não a si mesmo fica evidente na fala de sr. Juan. Contudo, essa disputa em torno da concepção de tempo que contrapõe à lógica urbano-industrial não é fruto simples e direto da imposição desta nova lógica. Ela é uma resistência que possui um significado complexo elaborado a partir dos códigos disponíveis para os trabalhadores em seu contexto sociocultural. Mais que um contraponto automático ao tempo industrial, uma resposta “espasmódica”, a concepção de tempo deste trabalhador decorre do próprio contexto do campo, em termos de pertencimento espacial, desta charqueada/frigorífico. A dinâmica de relações sociais rurais é parte constitutiva das relações sociais destes trabalhadores, que processualmente experimentam a imposição de dinâmicas sociais urbanas. Porém, a tentativa de imposição do tempo da fábrica não acontecerá sem maiores consequências, já que os próprios trabalhadores experimentavam as duas lógicas, analisavam-nas e elaboravam suas estratégias de reprodução da vida a partir destas experiências.

## **2.2. Insegurança estrutural: Mobilidade; dependência e autonomia; e mercado de trabalho**

Guinter Tlaija Leipnitz, na sua tese de doutoramento, debate conceitualmente o que ele chamou de “dinâmica familiar/campesina”. A perspectiva é apresentada a partir do conceito *chayanoviano* de campesinato<sup>140</sup>, que se caracteriza pela composição “família-produção-trabalho”, ou seja, uma unidade produtiva familiar.<sup>141</sup> A “exploração do trabalho”, nesta dinâmica, estava subsumida à fadiga do corpo e as demandas da família – “unidade familiar de produção e consumo”<sup>142</sup>. A questão central da “lógica familiar campesina” é o avesso da perspectiva “tempo é dinheiro”, e a consequente exploração ampliada para aumento de produtividade e lucro. O tempo para este trabalhador é a vida e não outra coisa. Neste sentido, a “estratégia de fumar”, no contexto de contrapor a imposição de uma concepção de seu

<sup>139</sup> Lembrando que “5 minutos” não significa necessariamente 5 minutos literalmente, mas utilizei a expressão para reforçar a terminologia do próprio trabalhador.

<sup>140</sup> CHAYANOV, Alexander V.. Sobre la teoría de los sistemas económicos no capitalistas. In: \_\_\_\_\_. CHAYANOV, Alexander V. et. Al. Chayanov y la teoría de la teoría de la economía campesina. México: Siglo XXI, 1981, pp. 49-79. Apud. LEIPNITZ, Guinter Tlaija. Ser proprietário ou dependente de alguém: o mundo do trabalho e os vínculos de dependência na campanha. In: \_\_\_\_\_. *Vida independente, ainda que modesta: dependentes, trabalhadores rurais e pequenos produtores na fronteira meridional do Brasil (c. 1884 – c. 1920)*. 2016. 285 f. Tese (doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2016. P. 7

<sup>141</sup> CHAYANOV, Op. Cit. apud. LEIPNITZ, Op. Cit., p. 109.

<sup>142</sup> IDEM, p. 107.

próprio tempo, por parte de sr. Juan, é uma elaboração engendrada no tempo vivido, no tempo do campo.

Como já apresentado anteriormente, sr. Juan trabalhou na charqueada de forma sazonal, somente em períodos de safra, entre 3 e 4 meses por ano. No restante do ano, sua atividade laboral principal era a lida do campo. Trabalhava na chácara de propriedade de sua família, vizinha da charqueada São Domingos à margem oposta do rio Jaguarão, no Uruguai, podendo fazer outras atividades remuneradas por jornadas. Na verdade, ele ainda trabalha, só que agora proprietário da chácara herdada. Infelizmente, na entrevista, não perguntei a respeito das atividades realizadas na chácara em seu período de charqueada, porém, pude constatar que devido às limitações do tamanho da propriedade não deve ter sido drasticamente diferente na década de 1960. Atualmente, são basicamente: criação de alguns bovinos, de dois ovinos, uma porca, algumas galinhas, algumas árvores frutíferas e uma horta cultivada. Até hoje, sr. Juan organiza seu dia de acordo com as tarefas na chácara. Evidentemente, que não se trata de uma organização pré-moderna – não capitalista –, mas a lógica organizativa de seu tempo, da reprodução da vida de seu núcleo familiar – ele e a esposa – é dissonante da lógica fabril experienciada na charqueada São Domingos. Ainda que *modesta*, devido ao pertencimento a uma família camponesa, este possui uma vida relativamente *independente*, parafraseando Leipnitz.<sup>143</sup> Porém, ser proprietário rural, ainda que de uma pequena propriedade, não necessariamente era a realidade de todos os trabalhadores da Charqueada.

A mobilidade no mundo do trabalho rural não é uma exclusividade de sr. Juan, nem própria a trabalhadores solteiros com vínculos paternais. Leipnitz, ao analisar os trabalhadores rurais, em Uruguiana, no século XIX, percebe que estes poderiam se enquadrar em diversas categorias profissionais, como jornaleiros, criados e lavradores. Constatou-se que estas categorias não eram estanques e poder-se-ia circular entre essas categorias com certa fluidez. Apesar da mobilidade característica nesta região da fronteira oeste, o autor assinalou, através da análise de processos crimes, que esta circulação evidenciou, mais do que uma categoria de trabalhadores errantes, uma estratégia das famílias nestes trabalhos de jornadas.<sup>144</sup> Com a devida ponderação, já que sr. Juan não era um *jornaleiro* e sim um trabalhador sazonal da Charqueada, percebemos que o pertencimento familiar proporciona uma margem de autonomia em relação à dependência ao patrão.

Essa questão da relativa autonomia, devido a vínculos familiares e acerta mobilidade do mundo do trabalho rural, já se apresentou como problema para os charqueadores do século

---

<sup>143</sup> Referência ao título da tese supracitada de Guinter Tlaija Leipnitz.

<sup>144</sup> LEIPNITZ, Op. Cit.

XIX, em Pelotas. Apesar da predominância do trabalho escravo e a insistência da classe charqueadora em não abrir mão deste sistema, indo de encontro à “onda abolicionista” da segunda metade do século XIX, o trabalho assalariado foi também uma realidade nas charqueadas pelotenses. Jonas Vargas enumera diversas questões problemáticas, na perspectiva dos charqueadores, para a manutenção do “trabalhador livre”. Uma delas diz respeito à sazonalidade, pois dever-se-ia manter os “trabalhadores por perto e em tempo disponível na safra”, ou seja, a criação de algum vínculo de dependência<sup>145</sup>. A sazonalidade, nestes termos, impelia os patrões a proporcionarem condições minimamente “favoráveis” aos trabalhadores, caso contrário, estes buscariam outras estratégias de sobrevivência.<sup>146</sup>

Porém, podemos pensar essa autonomia somente de maneira relativa, porque, se para um trabalhador como sr. Juan – camponês – a autonomia é mais evidente, pois teria a possibilidade de abrir mão do trabalho na Charqueada e se dedicar à propriedade familiar, ainda que sua vida se tornasse mais *modesta*, para outros trabalhadores a situação de dependência da charqueada seria maior. Vejamos o caso de outro trabalhador que não possuía uma propriedade rural e trabalhou na charqueada São Domingos, inclusive no período de frigorífico, e circulou por diversos trabalhos na zona rural da região – sr. Aradir. Sua família morava em um rancho de torrão, em terreno cedido pela Cooperativa, já que seu pai trabalhava lá há muitos anos. Não perguntei ao sr. Aradir sobre a qualidade da estabilidade no emprego de seu pai na charqueada, se era sazonal ou fixo, porém analisando sua carteira de trabalho, podemos constatar que sr. Aradir orbitou por diversos tipos trabalhos, desde granjas à fazendas de arroz, tendo registros de maiores e menores tempos no serviço. Além de seu pai “ter de trabalhar há muitos anos”, sua mãe também possuía vínculo de trabalho com a charqueada. A Cooperativa cedeu o terreno para a construção do rancho sem cobrar nenhum tipo de taxa ou aluguel, segundo sr. Aradir, o que demonstra o interesse de manter por perto estes trabalhadores. Foi um mecanismo utilizado pela Cooperativa para criar vínculo de dependência com, ao menos, dois trabalhadores e uma trabalhadora<sup>147</sup>, para o período de safra<sup>148</sup>.

---

<sup>145</sup> Esta foi uma característica do trabalho assalariado nestas charqueadas.

<sup>146</sup> VARGAS, Op. Cit., p. 243.

<sup>147</sup> Na cancha havia uma atividade que era designada majoritariamente para as mulheres, a caranchada. Elas com a faca elas limpavam o osso de alcatra, o pescoço, a cabeça, entre outras partes. Ganhavam por quilo do que conseguiam nesse desossamento. Essa carne foi nomeada de *carancha* por sr. Alimir e por *guisado* por sr. Juan.

<sup>148</sup> Sobre o controle da mão de obra através do monopólio da moradia ver: ALVIM, Rosilene.; LOPES, José Sérgio Leite. Vila operária e cidadania: sobre um processo exemplar de transformação de uma situação de imobilização da força de trabalho pela moradia. *Revista de Sociologia e Política*. Universidade Federal do Paraná, Nº 2, 1994. <<http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39409/24223>> Data de acesso: 19/06/2017.

Se, por um lado, o vínculo de dependência mantinha próximas as famílias trabalhadoras e exercia poder sobre elas, por outro, essas famílias poderiam entender esta relação de maneira positiva, diante das outras possibilidades do mundo do trabalho rural. Além de terem um teto sobre suas cabeças, manter-se empregado na charqueada poderia ser a melhor das alternativas, mesmo tendo esta difíceis condições laborais.<sup>149</sup> Nas palavras de sr. Aradir: “Ah, um trabalho pesado, duro! Um trabalho, bah, uma coisa impressionante aquilo!”<sup>150</sup>. Contudo, quando perguntado sobre quais seriam as outras possibilidades de atividades remuneradas ele responde:

Só as lavoura de arroz. Aí o bixo pegava, como dizia, porque era mais difícil, né. A lavoura de arroz emprega pouca gente e também é um serviço que... [retoma de raciocínio] Hoje é uma moleza, com máquina tudo eletrônica, mas antigamente era com a pá, era cavando no chão, cortando arroz com foice, aquelas coisas. Não era pra qualquer um fazer. Era mais difícil, né. Ah, saia da charqueada ali, ficava um bom tempo sem trabalhar. Não tinha em que trabalhar.<sup>151</sup>

O parco e “pesado” mercado de trabalho na zona rural de Jaguarão, diante do exposto, incitava a família trabalhadora ao vínculo com a charqueada devido às outras possibilidades de trabalho, como as lavouras de arroz, ou pior, o desemprego. Na verdade, a situação da família trabalhadora despossuída exorta-a a busca de vender sua força de trabalho para sua própria sobrevivência, independentemente do trabalho. O próprio sr. Aradir empregou-se por vezes em lavouras de arroz. Desde muito cedo, devido as condições materiais precárias de reprodução da vida, trabalhou, em outros lugares além da Charqueada/Frigorífico: “[...] eu trabalhava nas lavouras de arroz. Não parei nunca, depois dos 12 ano nunca fiquei sem serviço. Quando não tinha lavoura de arroz, tinha lenha ali pra cortar, a gente cortava lenha pra vender.”<sup>152</sup>

Diante da grande demanda de mão de obra no período de safra, existia maior probabilidade de se conseguir “serviço” neste período, porém, como assinala sr. Aradir, havia outras estratégias de sobrevivência, como cortar e vender lenha. Contudo, cortar lenha para vender significava estar à mercê da sorte. Essa situação descrita até o momento é, na verdade, o traço distintivo de sua própria condição de classe, da *insegurança estrutural*, nos termos de Savage. Isto é, na sociedade capitalista os meios de subsistências são retirados dos

---

<sup>149</sup> A natureza árdua do trabalho na São Domingos é consenso entre todos trabalhadores entrevistados.

<sup>150</sup> BOM, Aradir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão. 2016.

<sup>151</sup> BOM, Aradir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão. 2016.

<sup>152</sup> BOM, Aradir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão. 2016.

trabalhadores e isso os constrangem a encontrarem estratégias – que podem ser muitas – para lidar com incerteza diária da vida.

Devido às limitações deste trabalho monográfico não pretendo desenvolver nesta pesquisa sobre o mundo do trabalho na charqueada/frigorífico São Domingos uma reflexão a partir da questão da formação da classe. Este problema de pesquisa é muito complexo e necessitaria uma abordagem que extrapolasse as relações sociais de trabalho (foco deste estudo), o que não é possível na estrutura de um trabalho de conclusão de curso. Seria necessário me debruçar sobre importantes questões que surgiram na produção das fontes orais, que além de indicarem a existência de outras fontes<sup>153</sup>, assinalaram a existência de um time de futebol composto pelos trabalhadores da charqueada, de um baile auto-organizado pelas famílias trabalhadoras, de vínculos profundos de reciprocidades entre as famílias, a vila operária, o papel central da socialização destes trabalhadores nas “vendas”<sup>154</sup>, onde se reuniam quase todos os dias para a beber e resenhar; e evidentemente me posicionar historiograficamente neste debate da formação da classe<sup>155</sup>. Porém, independentemente da formação ou não de uma classe, propriamente dita, a condição de classe, de *insegurança estrutural*, é marcada na experiência<sup>156</sup> destes trabalhadores e ficará mais evidente durante o desenvolvimento do capítulo.

Por outro lado, conseguir vínculo de trabalho durante a entressafra<sup>157</sup> na charqueada poderia significar maior *segurança* para estes trabalhadores, no sentido material. A natureza do trabalho na entressafra era também bastante diferente do trabalho no período de matança. Quando perguntado sobre o ritmo de trabalho na São Domingos, se havia a possibilidade de “dar uma paradinha para descansar”, sr. Alamir me responde:

**Tempo de matança** não dava, mas quando era **tempo de charque** dava pra dar uma paradinha. Uma matadinha de serviço. Até dizia – “vamos descansar um pouco” porque o serviço pesado o dia todo, né. E eu me lembro que tempo de matança saia do lugar que eu tava trabalhando pra tomar café, a gente ia tomando café de acordo

---

<sup>153</sup> Principalmente a existência do time São Domingos, duas vezes campeão do campeonato de várzea da de Jaguarão que possui documentação no acervo do IHGJ, registros nos jornais da cidade e o livro “A história do futebol jaguarense em 100 anos”, de Orcelli, ao qual não tive acesso, por enquanto. Além disso, outros trabalhadores foram indicados pelos entrevistados.

<sup>154</sup> Estabelecimento comercial que vendia itens básicos, como alimentos, bebidas e roupas.

<sup>155</sup> Com isso não quero dizer, que o *acontecimento* da formação da classe foi algo concreto do objeto deste estudo. Não há possibilidade de fazer nenhuma afirmação ou negação sem maior levantamento e produção de fontes. As limitações do próprio autor não permitiriam, no momento, fazer este estudo.

<sup>156</sup> *Experiência* com um conceito de junção entre modo-de-produção e consciência social. O que Thompson definiu como experiência vivida (sentido semelhante a definição de *insegurança estrutural*) e experiência percebida (fundamental para a conformação da consciência de classe). Ver: MATTOS, Op. Cit., p. 84-88.

<sup>157</sup> Todo período do ano que não fosse de safra, a matança propriamente dita. É o momento que se prepara o charque e que se demanda menor quantidade de mão-de-obra.

com que ia se livrando. Ninguém para tudo ao mesmo tempo, parava lá onde tava matando o boi, ia toma café, depois a matança seguia, quando chegava no meu setor que aquilo terminava eu lavava as mão, mal e porcamente nos tanque de água merno, sempre com um pouco de sangue nas mão e ia tomar café assim mesmo porque em seguida já tava recomeçando tudo de novo.<sup>158</sup> [grifo meu]

No “tempo de charque” (entressafra) podiam até dar “uma matadinha de serviço”, diferentemente do “tempo de matança” (safra). Muito curioso o sr. Alamir se referir a esses dois períodos distintos por *tempo de charque* e *tempo de matança*, porque além das próprias tarefas que são diferentes, está implícito a mudança na organização do tempo na atividade laboral. No *tempo de matança* a produção “nunca” parava, “ninguém para tudo ao mesmo tempo”, os trabalhadores, conforme iam se livrando de algumas tarefas, “tomavam seu café”. Vejamos, que, a despeito do ritmo de trabalho no *tempo de matança*, sr. Aradir ainda assim indicou piores condições de trabalho nas lavouras de arroz.

No *tempo de charque*, havia maiores possibilidades para a socialização dos trabalhadores. Ao perguntar ao sr. Alamir se eles conversavam durante a execução das tarefas, ele me responde:

Ah, conversava. Inclusive, a gente sempre trabalhava em dupla, né, por causa do peso. Quando ia estende charque no varal mesmo, tinha um monte de varas lá, e a gente, aquelas vara tinha que rapar, as vezes, tirava o dia só pra rapar aquelas varas com arquinho, né, pra tirar a sujeira. E quando ia estender a carne tinha que ser dois porque pra pegar uma manta daquela de carne pesada um só não dá. Tem que saber pegar também porque se o charque romper ela já deixa de ser uma carne de primeira pra ser uma carne de segunda. Tem que tirar ela inteirinha.<sup>159</sup>

Constatamos que outra dinâmica de trabalho de menor intensidade, concomitantemente a outros trabalhos executados, proporcionavam melhores possibilidades para a socialização dos trabalhadores. Podemos até pensar em boas condições de trabalho, se o parâmetro for lavouras de arroz, cortar lenha ou desemprego. Inclusive, a perspectiva de sr. Aradir em classificar a lavoura de arroz como um lugar pior, onde o “bixo pegava”, pode estar influenciada com a dinâmica de trabalho mais individualizada. Apesar da organização produtiva da charqueada possuir diversos elementos identificados com o mundo rural, de alguma forma ela também possui características de trabalho próximas ao trabalho fabril, como a concentração de trabalhadores em um espaço para a realização de um trabalho por vezes segmentado e fragmentado, que proporciona uma maior socialização, inclusive no *tempo de matança*.

---

<sup>158</sup> ESPINDOLA, Alamir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão-Brasil. 2016.

<sup>159</sup> ESPINDOLA, Alamir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão-Brasil. 2016.

A *insegurança estrutural* vivida pelos trabalhadores, apesar de ser traço constitutivo destes enquanto classe, não é uma condição homogênea compartilhada. A qualidade da *insegurança estrutural* poderia variar de acordo com uma série de fatores: relações familiares<sup>160</sup>, redes de solidariedade, vínculos com patrões, nacionalidade, etc. Enquanto sr. Juan, uruguai, todas as vezes que se empregou na charqueada foi sem vínculo formal, sr. Aradir e sr. Alamir, brasileiros, trabalharam todos os momentos com registro em carteira. Sr. Juan não soube me informar se acessava os mesmos direitos garantidos aos brasileiros, mas, no mínimo, a informalidade da relação de trabalho leva a crer que não, ou pelo menos isso lhe acarretava menor *segurança jurídica*<sup>161</sup>. Neste caso específico, sr. Juan participava de uma família camponesa, porém, outros uruguaios que trabalhavam na charqueada que não fizessem parte de um núcleo familiar camponês, poderiam estar mais expostos às “intempéries da condição de classe” devido à nacionalidade. Mas, independentemente do nível de *insegurança estrutural*, a precariedade não era “privilégio” de nenhum destes trabalhadores. Até mesmo o trabalhador que possuía mais *segurança*, sr. Alamir, sobrinho do capataz e filho de um trabalhador antigo e de confiança da Cooperativa, só a tinha através de um vínculo de dependência, o que o fez refém desta condição.

Sr. Alamir, diferentemente do sr. Aradir, não circulou no mundo rural do trabalho em Jaguarão. Começou a trabalhar com 14 anos na Charqueada São Domingos, ainda de maneira informal, tendo sido registrado pela primeira vez em 14 de março de 1965, com 15 anos, na extinta “carteira de trabalho do menor”. Nos seus primeiros anos de trabalho, sr. Alamir foi admitido na safra e demitido fora dela. Porém, em 14 de setembro de 1966, foi admitido e permaneceu com registro em carteira até 30 de junho de 1969, último ano que trabalhou na charqueada/frigorífico São Domingos. Sua saída foi compulsória devido a um acidente que sofreu na charqueada, quando levava uma tábua de madeira suja de sangue para lavar na beira do rio junto a outro trabalhador. Quando executavam esta tarefa, a tábua caiu no peito de seu pé causando uma lesão permanente, desenvolvendo reumatismo, o que impedia a plena realização das tarefas na unidade produtiva. Apesar de este trabalhador ter possuído estabilidade em seu vínculo empregatício, proporcionada por relações familiares, quando saiu da São Domingos lesionado, não foi indenizado.

---

<sup>160</sup> Como no caso de sr. Alamir, sobrinho do capataz da charqueada, que conseguiu privilégios em relação aos outros trabalhadores.

<sup>161</sup> Não há relato que isso fosse fundamental, já que todos os entrevistados sugeriram que a Cooperativa cumpria com todas as obrigações que lhe eram devidas. Agora, se os trabalhadores conheciam profundamente quais eram as obrigações da Cooperativa para com eles é outra história.

Esta questão não foi devidamente explicada por sr. Alamir, porém, durante a entrevista, em diversos momentos ele demonstrou conhecimentos relacionados aos seus direitos, como quando ficou 14 dias no “seguro” por ter cortado o dedo, ou durante os 3 meses finais que trabalhou, depois do acidente, que afirma por diversas vezes ter ficado de atestado. Inclusive, quando perguntei ao sr. Aradir (amigo e contemporâneo de sr. Alamir) sobre os acidentes, ele enfatiza que:

Ah, a firma indenizava, né. É um tanto de dinheiro, não sei quanto que era, e fica recebendo sempre. Ai depois quando a firma quebrou já não sei como que fica isso aí. Se o governo assume... Não tenho ideia como fica isso aí.<sup>162</sup>

Diante do conhecimento exposto por sr. Alamir, relativo a direitos trabalhistas, e a relação que possuía com sr. Aradir, tenho como hipótese que o que impediu de buscar uma indenização, além da própria dificuldade que isso representa para quem não tem recursos, foi a relação de sua família com a Cooperativa. Inclusive, seu pai permaneceu trabalhando na charqueada/frigorífico. Assim ele retrata o momento de sua demissão.

Diminuíram bastante o pessoal e quem era mais novo foi tudo [demitido]. Aí eu tava com reumatismo, artrite naquela época, e eu vivia de atestado. O pai era meio capataz também lá, todos os meus irmãos trabalhavam lá também. O pai se aposentou por lá. Ficou até 70 e pico, até 74, e se aposentou em 74.<sup>163</sup>

Se por um lado, a dependência de sua família em relação à Cooperativa ocasionou melhores condições para ele e sua família, por outro lado, quando demitido por sua lesão, essa dependência o impediu de procurar seus direitos na justiça. Neste sentido, apesar das diferenças materiais entre os trabalhadores, a condição de classe, de insegurança estrutural se manifestou para todos os trabalhadores.

Trabalhar na Charqueada, para sr. Juan, era uma possibilidade de remuneração extra que poderia proporcionar para si e sua família melhor qualidade de vida durante todo o ano, acessar uma condição de maior *segurança*<sup>164</sup>. Evidentemente, a qualidade da *segurança* não se resumia à questão salarial, porém, a renda possui centralidade na vida das famílias trabalhadoras, enquanto sobrevivência. É uma questão básica. Sr. Juan, no contexto da entrevista em que a remuneração na charqueada se coloca em relação à renda de sua família nas atividades produtivas da chácara, afirma: “Naquele tempo era um soldo bom.”<sup>165</sup> Porém, em outro contexto, quando ele está analisando o salário dos trabalhadores em geral, em sua

<sup>162</sup> BOM, Aradir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguári. 2016.

<sup>163</sup> BOM, Aradir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguári. 2016.

<sup>164</sup> Enquanto um contraponto a sua condição de *insegurança estrutural*.

<sup>165</sup> LOPEZ, Juan Dirley da Silva. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Rio Branco-Brasil. 2016.

perspectiva: “Havia o carneador, a maioria deles, era por cento de quantia de animais. Por cem vaca. No mas quase tudo era o soldo mínimo, no.”<sup>166</sup> Ora, o “soldo bom” se transformou em “soldo mínimo”, porém, o mínimo não necessariamente deixa de ser bom neste contexto. Constatamos nas falas de Juan que em relação ao mundo do trabalho rural de Jaguarão era “bom o soldo”, mas em contraponto à capacidade de pagamento da Cooperativa era um “soldo mínimo”. Sr. Juan faz uma leitura do mercado de trabalho, ao mesmo tempo entende as relações desiguais de classe em seu trabalho vendido como mercadoria para outra classe. Consegue, a partir de sua vivência e de como percebe-a, ou seja, sua experiência, entender as complexas relações de classe exposta na síntese de Savage das tradições weberiana e marxista do debate sobre classe social.

### 2.3. Agora sim frigorífico

O ano de 1967 foi o último de sr. Juan na Charqueada São Domingos, pois, a partir de 1968, houve a imposição da formalização das relações de trabalho na unidade produtiva. Na palavras de sr. Juan: “Justamente o último año, 68, ai me exigiam um documento e fui no consulado e me saia 20 mil pesos e achei que era muito dinheiro e não fiz. Hoje eu tô arrependido [risos].”<sup>167</sup> Este documento trata-se da “carteira de trabalho para estrangeiro de país limítrofe”. Sr. Juan, avaliando a partir da perspectiva econômica, entendeu à época que não deveria continuar trabalhando na Charqueada. Por ora, surge uma questão: por que a imposição da formalização das relações de trabalho? Sr. Juan nos dá algumas pistas narrando as mudanças, do ponto de vista do processo disciplinar direcionado aos trabalhadores, neste trecho da entrevista:

**Allan:** E cigarro foi [proibido] a partir de quando, o senhor sabe?

**Sr. Juan:** Sei, sei, foi em 63-64<sup>168</sup>.

**Allan:** Durante 3 anos pelo menos que o senhor trabalhou podia, né, depois não podia mais?

**Sr. Juan:** É, é. Depois não podia mais. Nos últimos anos tinha que trabalhar de camisa branca.

**Allan:** E antes podia ir... [interrupção]

**Sr. Juan:** Com a roupa que quisesse. Despues que tinha que ir de camisa branca.

**Allan:** Ah, então lá em 64 já começaram a proibir o cigarro, aí botar uniforme camisa branca, né. Já tava mudando, né?

---

<sup>166</sup> LOPEZ, Juan Dirley da Silva. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Rio Branco-Brasil. 2016.

<sup>167</sup> LOPEZ, Juan Dirley da Silva. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Rio Branco-Brasil. 2016. Essa questão foi desenvolvida em outro momento da entrevista, esse arrependimento é de natureza financeira, segundo sr. Juan.

<sup>168</sup> Anteriormente quando debatemos um pouco a questão do fumo, estabeleci o ano de 1964 porque ele se repete na entrevista em outros momentos. Acredito que se foi em 1963 ou 1964 é uma questão menos importante, gostaria de destacar mais o processo das transformações do que delimitar datas.

**Sr. Juan:** Inclusive, nos últimos anos que eu não alcancei de conhecer também, as botas de borracha tinha que ser branca também.

**Allan:** Isso na Charqueada ainda ou já era frigorífico?

**Sr. Juan:** Sim, isso, não sei. Já havia... Después disto porque trabalhei, **o último ano que trabalhei, a câmara fria era pra 10 mil cabeças, después fizeram uma mais grande**, não sei se era só fazer congelada ou fazia um pouco de charque também.<sup>169</sup> [grifo meu]

Podemos constatar que, concomitantemente à demanda de registro em carteira dos trabalhadores, em 1968, foi inaugurada uma nova câmara fria maior que a primeira. Ou seja, ocorre paralelamente, e de maneira processual, o movimento de industrialização do processo de trabalho, de obrigatoriedade de formalização da relações de trabalhistas e determinação de outra lógica de trabalho, um novo sistema disciplinar.

Quando pergunto a sr. Juan se tratava-se de uma charqueada ou um frigorífico nos últimos anos em que trabalhou, repare que sua resposta é hesitante, imprecisa e oscilante: “Sim, isso, não sei.” Primeiramente, se a argumentação até aqui procurou demonstrar que a mais fundamental característica desta unidade foram as continuidades, as mudanças paulatinas e a coexistência de diferentes lógicas e sistemas disciplinares, tecnologias rudimentares e aprimoradas, a pergunta feita por mim foi demasiadamente imprecisa. Definitivamente, como disse anteriormente, os marcos estabelecidos tratam-se somente de uma separação arbitrária para organizarmos uma série de informações dispersas. Tendo dito isto, me arrisco a reforçar o arbítrio e propor que se tivesse que responder a questão: “quando que a charqueada São Domingos “se tornou realmente” frigorífico”? Responderia: em 1968, pois neste ano se consolida duas mudanças centrais no que diz respeito à tecnologia de resfriamento da carne e às relações de trabalho. Este foi um ponto de inflexão no mundo do trabalho. Segundamente, a elaboração da pergunta é devida ao desconhecimento de um debate que tomei ciência posteriormente à construção da fonte, sobre a dificuldade de definição da indústria alimentícia.

Essa indefinição da atividade laboral da charqueada/frigorífico não é uma peculiaridade desta indústria, evidentemente, que esta possui particularidades, mas é uma característica própria de diversos setores da indústria alimentícia. Fernando Teixeira da Silva, em *“Justiça de classe”*: *tribunais, trabalhadores rurais e memórias*, discute as ambiguidades presentes em um dissídio em torno da caracterização de cortadores de cana de usinas de açúcar enquanto trabalhadores industriais ou rurais. Essa matéria foi palco de contradições nas disputas judiciais. A Confederação dos trabalhadores da Indústria conseguiu anular um acordo

---

<sup>169</sup> LOPEZ, Juan Dirley da Silva. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Rio Branco-Brasil. 2016.

coletivo, prejudicial aos trabalhadores, feito por um sindicato ligado à Confederação dos Trabalhadores Rurais, com a alegação de ser uma “aberração jurídica” o acordo ter sido feito por aquele sindicato. É evidenciada pelo autor, a estratégia de um proprietário de fazendas e usina de tentar desvincular a fazenda da usina, como se a primeira fosse mera produtora de matéria prima para a segunda, quando, na verdade, tratava-se de um complexo industrial. Essa estratégia de desvinculação foi no intuito de impedir o acesso dos trabalhadores rurais aos direitos de celetistas. Ou seja, fica evidente toda uma disputa judicial entre trabalhadores e patrões em torno da caracterização da atividade laboral destes trabalhadores da cana.<sup>170</sup>

A atividade frigorífica, apesar de trazer enormes diferenças, carrega consigo certa semelhança com a indústria da cana no que tange a essa dificuldade de conceituação da atividade dos trabalhadores. Trata-se de uma atividade econômica antiga e consolidada que se transforma com o emprego de maquinário e da implementação de uma lógica industrial na produção. Ela traz à convivência a mais “primitiva” marretada no crânio do gado para seu abate com gigantescas câmaras frias para congelamento da carne animal, em um lugar que há pouco tempo convive com uma estrutura de rede elétrica. Nas palavras do advogado comunista Ibiapaba de Oliveira Martins, envolvido nos dissídios discutidos por Silva, se referindo à indústria alimentícia: “como o nome indica, une toda uma categoria profissional que oscila entre a roça e a fábrica, entre a máquina moderníssima e a enxada medieval”<sup>171</sup>. Cabe assinalar que esse binômio fazenda-usina, no que se refere à indústria do açúcar e do álcool, poderia ser pensada por analogia com as atividades de charqueada-frigorífico. Sendo assim, qualquer raciocínio esquemático para analisar o mundo do trabalho na charqueada/frigorífico me parece insuficiente para compreender a realidade.

Devemos rejeitar caracterizações positivas como: “deste ponto em diante é frigorífico, não mais charqueada” ou “agora são trabalhadores fabris não mais rurais”, pelas próprias continuidades presentes, a cultura dos trabalhadores, o próprio espaço em que está localizada a unidade produtiva, ou seja, sua característica formação social. Contudo, essas questões não podem tornar nebulosa nossa capacidade analítica. As transformações são profundas, apesar das questões supracitadas, e impactaram substancialmente a vida dos trabalhadores. Primeiramente, do ponto de vista produtivo, gostaria de destacar: 1. As mercadorias, que agora são outras - não mais o charque somente. O congelamento é uma profunda inflexão

---

<sup>170</sup> MARTINS, Ibiapaba. Proletariado e Inquietação rural. *Revista brasiliense*, 42, jul-ago. 1962. Apud. SILVA, Fernando Teixeira. “Justiça de classe”: tribunais, trabalhadores rurais e memória. *Revista mundos do trabalho*, Universidade Federal de Santa Catarina, vol. 4, nº 8, julho-dezembro, 2012, p. 134-137.

<sup>171</sup> SILVA, Op. Cit., p. 136.

tecnológica em relação ao salgamento da carne; 2. A divisão social do trabalho será alterada de maneira substancial. A segmentação e fragmentação do trabalho, a partir de esteiras eletrônicas e automatização dos processos, eliminarão postos de trabalho e extinguirão uma profissão especializada, o carneador, para a generalização “por baixo” dos trabalhadores, ou seja, carnear o animal será função de muitas mãos e máquinas.<sup>172</sup> 3. A imposição de outra lógica de controle do tempo e disciplinamento do trabalho baseada no aumento da intensidade de trabalho; 4. A maximização dos lucros, calcada na “racionalização” da relação com os trabalhadores, avançando no sentido da mercantilização. Esta questão fica evidente em dois pontos, o primeiro é o empreendimento da Cooperativa com a criação de uma “venda”, onde os trabalhadores compravam itens de primeira necessidade e eram descontados nos seus salários. O segundo, sobre o qual pretendo me debruçar, é a restrição de concessão da carne aos trabalhadores, o que era um costume na relação dos trabalhadores com a charqueada.

**FIGURA 6 – Trabalhadores guiando o rebanho pela mangueira.**

Notem as roupas sem padrão e o aspecto rural do trabalho.



Fonte: Imagem retirada de: *Progresso aqui e agora: Cooperativa de Carnes e Derivados da Zona Sul Ltda.*  
Produção: Walmir dos Santos. Jaguarão, 1975. Arquivo pessoal do autor.

<sup>172</sup> O fenômeno que têm sido chamado, por diferentes pesquisadores, de “reestruturação produtiva”, juntamente com a ascensão de estudos identitários, tem fomentado pesquisas recentes nas áreas da história, sociologia e antropologia do trabalho sobre “trabalhos tradicionais”. Não discutirei a extinção do carneador porque acredito que esta pesquisa mereça ser desenvolvida mais longamente em outro momento.

**FIGURA 7 – Trabalhador se preparando para abater o animal**

Perceba que o trabalhador está uniformizado, porém, o método de abate é demonstra continuísmo.



Fonte: Imagem retirada de: *Progresso aqui e agora: Cooperativa de Carnes e Derivados da Zona Sul Ltda.*  
Produção: Walmir dos Santos. Jaguarão, 1975. Arquivo pessoal do autor.

**FIGURA 8 – Trabalhadores na “linha de desmontagem”**

Reparem a automatização, segmentação e fragmentação do processo de trabalho.



Fonte: Imagem retirada de: *Progresso aqui e agora: Cooperativa de Carnes e Derivados da Zona Sul Ltda.*  
Produção: Walmir dos Santos. Jaguarão, 1975. Arquivo pessoal do autor

**FIGURA 9 – Trabalhadores na “linha de desmontagem” 2**

Neste setor os trabalhadores lidam com as partes do boi, não mais sua carcaça. São vários setores como este.



Fonte: Imagem retirada de: *Progresso aqui e agora: Cooperativa de Carnes e Derivados da Zona Sul Ltda.*  
Produção: Walmir dos Santos. Jaguarão, 1975. Arquivo pessoal do autor

**FIGURA 10 – Trabalhador controlando o painel de controle**

Perceba a tecnologia de controle das temperaturas da câmara fria, entre outros processos da produção. Não se trata do capataz, mas note a diferenciação deste trabalhador para como os outros.



Fonte: Imagem retirada de: *Progresso aqui e agora: Cooperativa de Carnes e Derivados da Zona Sul Ltda.*  
Produção: Walmir dos Santos. Jaguarão, 1975. Arquivo pessoal do autor

**FIGURA 11 – “Pilha de inverno” – charque de fígado**

Este é um aspecto de continuidade da charqueada em relação ao frigorífico. O charque era produzido em menor quantidade neste período, mas ainda era presente.



Fonte: Imagem retirada de: *Progresso aqui e agora: Cooperativa de Carnes e Derivados da Zona Sul Ltda.*  
Produção: Walmir dos Santos. Jaguarão, 1975. Arquivo pessoal do autor

#### **2.4. “Roubos” e “roubadinhas”: a *cultura da carne* e resistência de classe**

Um dos motivos que tornava atraente o trabalho na charqueada São Domingos, além da remuneração e das outras possibilidades no mercado de trabalho, era o acesso à carne. Esse alimento tem central relevância na cultura alimentar brasileira, em especial no Rio Grande do Sul, e possui diversos significados que extrapola a básica necessidade alimentar. Para as classes populares, principalmente trabalhadores braçais, a importância deste alimento pode ganhar uma dimensão ainda maior. Em algum momento, não definido com precisão temporal, a carne que antes estava presente, podendo ser abundante, na mesa das famílias de trabalhadores e trabalhadoras da charqueada, começou a escassear em suas alimentações, devido a mudança de política da empresa. Esta nova lógica administrativa que impunha a restrição na concessão da carne, enquanto elemento novo na relação Cooperativa-trabalhadores, não foi negligenciado pelos trabalhadores. Apesar de não terem se manifestado formalmente contra a retenção da carne, os trabalhadores disputaram esta questão empreendida pela classe charqueadora. Se a condição de *insegurança estrutural* é a distinção central da condição de classe dos “de baixo”, o desenvolvimento de estratégias para buscar *segurança* é a resposta de classe dos que vivem do trabalho. A resposta dos trabalhadores veio

através do “roubo”<sup>173</sup> da carne ao revés da classe charqueadora e seus interesses. Nesta seção, analisaremos esta questão a partir dos relatos dos trabalhadores e do diálogo com outros autores que pensaram as questões que envolveram a disputa em torno da carne.

Em sua magistral obra, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, Engels<sup>174</sup> examina o nascimento do proletariado, uma classe sem precedentes na História, como consequência do desenvolvimento da indústria na Inglaterra.<sup>175</sup> Ele percebe as origens materiais das ações coletivas e individuais dos trabalhadores a partir de suas condições de vida. Engels relaciona o roubo, entre outras “delinquências”, com o desenvolvimento industrial na Inglaterra, que impõe circunstâncias desumanas, brutalizando assim os trabalhadores.<sup>176</sup> Esta ação seria uma resposta “natural” da classe operária, devido, primeiramente, a sua condição que *poderia ser* de necessidade extrema, e levaria os trabalhadores ao roubo. Outro ponto levado em consideração por Engels em relação à motivação do roubo, “crime” à propriedade, na verdade, é o ódio que os trabalhadores teriam de serem tratados como *coisa* e serem obrigados a viver em condições “desumanas”. Neste sentido, o crime à propriedade, para Engels, por se “opor à burguesia”, é também um ato humanizador do operário. Porém, a abordagem que Engels faz do roubo está contextualmente introduzido no exame que faz do desenvolvimento dos Movimentos operários. Ele assim analisa:

Mas em breve os operários tiveram de constatar a ineficácia<sup>177</sup> deste método. Com os seus roubos, os delinquentes não podiam protestar contra a sociedade senão isoladamente, individualmente; todo o poderio da sociedade caia sobre cada criminoso e esmagava-o com a sua enorme superioridade. Além disso, o roubo era a

<sup>173</sup> Mais adiante discutirei esta terminologia que também era alvo de disputas.

<sup>174</sup> Algumas vezes por desconhecimento, outras por má fé, são imputadas à autores como Engels, e principalmente Marx, uma visão de classe que não corresponde as perspectivas elaboradas em suas obras. Nesta obra Engels demonstra como a classe trabalhadora na Inglaterra não era homogênea, tanto do ponto de vista material, de gênero e geracional. Evidentemente, a partir dos trabalhos destes autores, se desenvolveram marxismos dogmáticos, economicistas, evolucionistas, por vezes autoritários, porém, Marx e Engels não tem responsabilidade dos maus usos de seus textos.

<sup>175</sup> Engels tem o mérito de ser o primeiro autor a abordar o desenvolvimento industrial na Inglaterra a partir do conceito de “revolução industrial”. À época isso era somente uma tese nos círculos socialistas, que o autor desenvolve mais longamente nesta obra. Ver: ENGELS, Friedrich. Prologo. In: *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra*. Porto: Afrontamento, 1975.

<sup>176</sup> Sobre essa ênfase do movimento operário ser um “filho” da revolução industrial, Thompson assinala que a “ênfase excessiva sobre o caráter inovador das tecelagens pode levar ao menosprezo da continuidade das tradições políticas e culturais na formação das comunidades operárias.” Ver: THOMPSON. *Exploração*. Op. Cit., p. 16.

<sup>177</sup> Na tradução de B. A. Schumann, da Boitempo editorial (2010) ao invés de “ineficácia” está escrito “não serve para nada”. Ver: ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 248. Optei pela tradução de Anália C. Torres, da editora portuguesa Afrontamento, pois me parece mais coerente com o restante do texto de Engels, que apesar de entender o roubo como uma ação ineficiente em relação às ações coletivas, não menosprezou o ato criminoso, quando executado contra a propriedade privada.

forma menos evoluída e consciente de protesto e, por essa simples razão, nunca foi a expressão geral da opinião pública dos operários, mesmo que eles a aprovavassem tacitamente. A *classe operária* começou a opor-se à burguesia quando resistiu violentamente à introdução das máquinas, como aconteceu logo no início do movimento industrial.<sup>178</sup>

Antes de qualquer crítica mais radical, necessitamos ponderar as limitações deste texto, que se trata de uma obra de juventude do autor, que tinha apenas 24 anos, além de ter sido escrita entre 1844 e 1845, 150 anos atrás. Sua perspectiva está imersa no seu próprio contexto histórico e carrega consigo todas as limitações (e vantagens) que isso possa significar para seu estudo. Primeiramente, se analisarmos a partir do prisma do autor, há de se concordar que o roubo, mesmo sendo uma ação de resistência, é ineficiente do ponto de vista, de “opor-se à burguesia”, do ponto de vista da radicalidade, no sentido de romper com sua *situação de classe*. Outro ponto que Engels leva em consideração é a punição decorrente desta ação, que poderia significar ser “esmagado pela sociedade”. De acordo. Mas Engels não entendeu o significado do roubo para os próprios trabalhadores no seu contexto, talvez por esse não for o foco de sua pesquisa.<sup>179</sup>

Gostaria de destacar o aguçado senso analítico de Engels que já percebe no crime, mais especificamente no roubo, uma atitude de resistência da classe trabalhadora. Porém, por vezes durante o texto, Engels enquadraria os trabalhadores enquanto “delinquentes”, como na passagem citada; em outros momentos, por um lado, ele afirma que a situação da classe trabalhadora não foi escolhida, porém, por outro lado, classifica a classe como “degradada” moralmente, pelas condições de vida que lhes impõe viver do roubo e da prostituição. Esse julgamento moral é um dos limites de um pensador europeu do século XIX. Mas vejamos uma pista presente na passagem do texto referenciada que diz sobre a “aprovação tácita dos operários em relação ao roubo.” Isto indica, ao menos, duas coisas: 1. O roubo era uma ação recorrente<sup>180</sup>; 2. A conivência dos operários em relação ao roubo se refere ao crime contra propriedade patronal ou pública, já que dificilmente os trabalhadores seriam coniventes com o

---

<sup>178</sup> ENGELS, Op. Cit., p. 268.

<sup>179</sup> Essa cobrança seria injusta de nossa parte, pois não se tinha o acúmulo de debates sobre metodologia de pesquisa e o trato com as fontes, que sem a mediação adequada, realmente não poderia dizer muito sobre as perspectivas dos trabalhadores no que tange o roubo. Por último, se as questões do presente são fundamentais para a escolha do objeto a ser pesquisado e as próprias interrogações a serem feitas à fonte, o contexto “moralista” do século XIX – que está evidente no texto de Engels – dificilmente suscitaria essas questões. Afirmar simplesmente que Engels errou sem devidas mediações é um tanto quanto anacrônico.

<sup>180</sup> Ele desenvolve essa questão no texto, chamo a atenção da passagem citada a título de abordagem, de argumentação.

roubo de seus próprios pertences.<sup>181</sup> Neste sentido, mais do que uma espécie de “anomia moral” – enquanto valores universais abstratos – dos trabalhadores, isso indica a existência de outra moral, uma “moral dos trabalhadores” em um contexto histórico específico, em que o roubo não necessariamente seria errado *a priori*. A análise de Engels sobre o roubo é apenas coadjuvante em seu trabalho e foi pouco esmiuçada. Sendo assim, pouco sabemos do que se tratavam os roubos discutidos pelo autor.<sup>182</sup>

Stela Godoi analisou os significados dos biscates<sup>183</sup> feitos por trabalhadores de metalúrgicas – de São Paulo e do ABC – e percebeu quão podem ser carregados de significados estes biscates<sup>184</sup>. A apropriação do material (ferro) e sua transformação através da mediação do trabalho, tendo como objetivo o valor de uso do objeto *para si*, seria uma resistência à lógica do trabalho *estranhado*, aquele que se produz simplesmente pelo valor de troca, ou seja, uma mercadoria a ser trocada por outrem que não o próprio produtor.<sup>185</sup> Questão nevrágica da pesquisa de Stela, para pensarmos o roubo, é o porvir do biscoate, o que ele se torna quando usado pelo trabalhador. O objeto criado extrapola sua utilidade, é também um “lugar de memória”, onde está a extensão da existência do trabalhador que a criou em condições específicas, a partir do biscoate, não é qualquer memória, mas uma memória de resistência, nos mostra a centralidade que essa prática pode ter na resistência operária e a formação de sua subjetividade.

Importante dialogarmos sobre essa terminologia empregada até aqui: roubo. *Roubar* é um verbo, ou seja, uma palavra que designa uma ação. Porém, esta palavra não descreve somente uma ação humana, ela adjetiva-a por ter sido forjada a partir do entendimento da legitimidade de propriedade privada. O termo *roubar* está carregado de sentido negativo atribuído pela perspectiva hegemônica das classes proprietárias. O *roubo* também é negativado pelos despossuídos quando o experienciam, afinal, *roubo* não é só uma ação inter-

---

<sup>181</sup> Essa é uma hipótese lógica minha ao ler o texto. Não tenho conhecimento de nenhum trabalho que tenha estudado essa questão.

<sup>182</sup> Não sabemos quem roubava, o que roubava, por que roubava, para quem roubava, quais padrões existiam nos roubos, etc.

<sup>183</sup> “**Biscoate** foi um termo – provavelmente carregado de conotação pejorativa – empregado pelos agentes da sociedade do controle e da propriedade privada”. São objetos feitos pelos trabalhadores com material da fábrica e dentro da fábrica, porém, feitos para si, para sua apropriação. Do ponto de vista do patrão e da lei, um roubo. Ver: GODOI, Stela Cristina de. Trabalho e trabalhadores no Brasil Moderno (1954-64): Um diálogo entre duas Histórias. *Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, Araraquara, v. 1, n. 2, jan./jul. 2009, p. 9.

<sup>184</sup> Suas fontes foram orais, entrevistas com ex-trabalhadores metalúrgicos.

<sup>185</sup> O significado do biscoate, para Godoi, foi algo muito mais profundo, ela debateu essa questão a partir da centralidade do trabalho, não alienado, não estranhado, na realização e desenvolvimento do *humano*. Porém, essa análise ontológica não nos interessa neste trabalho para pensar o roubo da carne, mas, bem que poderia ser pensado nesta direção possíveis roubos de roupas nas indústrias de tecelagem inglesas à época da revolução industrial.

classes, também é uma relação intra-classes. Contudo, a linguagem é viva e está sempre se movimentando, já que é resultado das atribuições de significados constituídas nas relações sociais. Em situações históricas específicas, a palavra *roubar* pode ser positivada, porém, de maneira geral, *roubar* tem mais significação negativa, como resultado da hegemonia de classe, da propriedade privada.

A partir desta avaliação, a primeira crítica a ser feita é a elaboração da fonte. Na entrevista com sr. Aradir, uma das pautas que trouxe para dialogar com o trabalhador era o *roubo da carne*, não a *subtração* ou a *apropriação*. Neste sentido, mesmo que a entrevista tenha sido menos um questionário e mais uma “conversa”, “limitei” meu entrevistado a me responder a partir do *roubo* da carne. Porém, como veremos, sr. Aradir agenciou, a partir da sua *experiência*<sup>186</sup>, a terminologia empregada e disputou o significado da ação de subtrair a carne, de acordo com suas subjetividades, ele não aceitou os “limites” que coloquei a ele. Entendo que quando se tratando de temas controversos como a questão do *roubo*, entendo a necessidade de descrevermos a ação e deixarmos o entrevistado nomear, ou mesmo provocar o entrevistado a falar sobre o tema sem moldurar os termos do debate, assim é possível desenvolvermos a questão a partir do ponto de vista do entrevistado, tornando a relação menos normativa. Foi importante esse aprendizado para a realização de outras entrevistas.

Sr. Aradir trabalhou dos 12 anos aos 25 anos, de maneira intermitente<sup>187</sup>, na charqueada/frigorífico. Aos 25 anos, ingressou na Brigada Militar de Rio Grande, onde se aposentou, do ponto de vista formal, já que continuou trabalhando na construção civil (pedreiro). Sua trajetória influenciou diretamente sua resposta, vejamos quando pergunto a ele sobre o *roubo* da carne:

**Allan:** Ah... e... sr. Aradir, outra coisa que, foi também o que me contaram: roubo de carne, os caras costumavam roubar carne?

**Sr. Aradir:** Roubava, mas assim, coisinhas mínimas: meio quilo, um quilo. Não tinha o que comer, no caso, botava no bolso.

**Allan:** Então não era roubo?

**Sr. Aradir:** Não chegava. Era um furto, no caso. Roubo mesmo não.<sup>188</sup>

Tive dificuldades de fazer a pergunta sobre o roubo da carne por sr. Aradir ter se mostrado, do ponto de vista comportamental, bastante conservador. Já conhecer previamente

<sup>186</sup> Adiante desenvolverei melhor o que quero dizer com esse conceito.

<sup>187</sup> Intermitente no sentido de ser admitido e demitido, como abordado anteriormente esses trabalhadores poderiam circular no mundo do trabalho rural de Jaguarão. Não tem relação com a modalidade “trabalho intermitente”, onde o trabalhador é obrigado a estar disponível para o patrão, vinculado formalmente, e só é remunerado pelo trabalho realizado, o que precariza brutalmente as relações de trabalho.

<sup>188</sup> BOM, Aradir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão. 2016.

algumas opiniões de sr. Aradir e saber de sua trajetória como brigadiano, me deixou bastante reticente neste primeiro momento em que pauto o roubo da carne. E realmente o tom da resposta de sr. Aradir, de justificativa, e a própria tonalidade da voz, me indicou a necessidade de questionar se ele entendia isto como roubo. Então ele nega, “era furto, no caso”. Este enquadramento, de sr. Aradir, da subtração da carne enquanto *furto*, é também uma perspectiva do presente em relação ao passado, provavelmente não seja a leitura que fazia quando trabalhava na charqueada/frigorífico. Este enquadramento da ação em *furto* é colocar a matéria no campo jurídico a fim de amenizar a negatividade de sentido que o *roubo* pode ter, afastando-lhe o adjetivo “ladrão”. Este trabalhador colocar nestes termos me parece uma elaboração narrativa com intuito de manter coerência biográfica resultado de sua trajetória como brigadiano, que possibilitou levar a questão para esse campo.

Diego Vivian, em sua dissertação de mestrado, analisou o ordenamento jurídico portuário – que compreende o recorte de 1956-1964 – e pode constatar pelo menos quatro práticas consideradas ilícitas mais recorrentes na orla portuária sul-rio-grandense: o roubo, o furto, o contrabando e o descaminho. Dentre estas, duas são relevantes para pensarmos a apropriação da carne na charqueada, em seus dois momentos estudados, enquanto charqueada propriamente dito e posteriormente no frigorífico, o roubo e o furto:

A subtração de mercadorias ou objetos praticada sem violência pessoal, violação ou arrombamento de embalagens e/ou compartimentos, de modo que ninguém percebesse de imediato a transgressão, era qualificada como **furto**. Para ser caracterizada como **roubo**, a subtração de mercadorias implicava não somente a apropriação de bens materiais, mas devia ser praticada através da violação ou arrombamento de embalagens e/ou compartimentos, com ou sem o uso de violência pessoal, não importando se alguém percebesse imediatamente a ocorrência do fato.<sup>189</sup> [grifo do autor]

Esta configuração conceitual trazida por Vivian, a partir do ordenamento jurídico portuário, nos traz uma conceituação que pode ser interessante para compreender a perspectiva dos trabalhadores, pois, a partir desta concepção, a apropriação da carne estaria descaracterizada do sentido do roubo, já que a produção da carne não era embalada dentro da unidade produtiva. Apesar de existir juridicamente esta distinção de *roubo* e *furto*, a própria Cooperativa conceituava a subtração da carne enquanto *roubo*, com a intenção de negativar ainda mais a apropriação desta. Na verdade, o *sistema disciplinar* jogava com a lei, por um

---

<sup>189</sup> VIVIAN, Diego Luiz. Indústria portuária sul-rio-grandense: portos, transgressões e a formação da categoria dos vigias de embarcações em Porto Alegre e Rio Grande (1956 - 1964). Dissertação (mestrado em História) – Instituto de filosofia e ciências humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2008, p. 154-155.

lado colocava essa carta na mesa, enquanto elemento inibidor, por outro, não houve nenhum relato de algum trabalhador que respondeu criminalmente ao *furto* da carne.

O *furto* ameniza a ação, em relação ao *roubo*, porém, está na ordem jurídica-normativa, colocada por sr. Aradir, o que não é o caso da matéria. O próprio trabalhador, falando sobre os limites da apropriação da carne em outro momento da entrevista, diz: “Agora, porque se alguém roubasse uma carne maior, que eles visse, botava pra rua por ladrão. Aí não tem, né. Era complicado.”<sup>190</sup> Ou seja, a subtração da carne não era caso de polícia. “O ‘ladrão’ de carne ganhava demissão, não repressão”.<sup>191</sup> Contudo, o termo *ladrão* utilizado denota uma condenação do ponto de vista moral daquele que fosse pego desfalcando a Cooperativa e demitido por esse motivo. Isso significaria ser exposto publicamente como uma pessoa não confiável, o que poderia ter consequências negativas do ponto de vista tanto da empregabilidade quanto da sociabilidade. “Tinha que pegar meio escondido porque se te pegasse [risos] ia pra rua também [risos]. Ah, não. Tinha que pegar escondido.”<sup>192</sup> Mas mesmo diante das limitações estruturais e dos riscos, os trabalhadores não se inibiram e se apropriaram da carne.

O fenômeno da subtração da carne, de acordo com a situação, ou o caso, pode possuir diversas dimensões no plano material ou simbólico. Para entender o fenômeno nas suas dimensões mais profundas é necessário pensarmos a partir do prisma da *experiência* dos trabalhadores. A *experiência* não em sua compreensão rasa, sinônimo de vivência, mas como Thompson a entendia, enquanto um “conceito de junção”: “entre cultura e não cultura, a metade dentro do ser social, a metade dentro da consciência social”.<sup>193</sup> Um conceito mediador entre as relações de produção e a consciência de classe. A experiência está, neste sentido, entre as determinações estruturais, a vivência e elaboração, do ponto de vista da consciência daquilo que é vivido sobre determinado contexto, sendo a Cultura o elemento central na mediação do que é vivido e o que é percebido, ou seja, aquilo que se faz do que é vivido. A consciência social, neste sentido, é construída de maneira peculiar de acordo com o contexto específico, porém não isolada da totalidade, já que as relações de produção possuem características gerais no próprio modo-de-produção. O roubo da carne não seria então uma

---

<sup>190</sup> BOM, Aradir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão. 2016.

<sup>191</sup> Evidente que se fosse furtado um boi – abigeato – viraria caso de polícia. Esses pequenos furtos apesar de serem indesejados pela Cooperativa e serem combatidos não eram judicializados.

<sup>192</sup> LOPEZ, Juan Dirley da Silva. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Rio Branco-Brasil. 2016.

<sup>193</sup> MATTOS, Op. Cit., p. 85-87.

resposta “espasmódica”<sup>194</sup> à *insegurança estrutural*, nem uma “forma menos evoluída e consciente de protesto”<sup>195</sup>, mas uma manifestação dos interesses dos trabalhadores com significados profundos em um contexto não escolhido por eles e mediado pela *cultura da carne*.<sup>196</sup>

Porém, a dimensão material não pode e nem deve ser negligenciada, pois é a condição mais distintiva da condição de classe dos trabalhadores. Sr. Aradir já chamou a atenção do roubo por necessidade em passagem supracitada: “Roubava [...] meio quilo, um quilo. Não tinha o que comer, no caso, botava no bolso”. Sr. Juan, trabalhador sazonal, uruguai, no período de safra residia no que os trabalhadores conheciam por *quadra*, um lugar de moradia coletiva dividido em “peças”, cedida pela Cooperativa para trabalhadores sazonais, tanto brasileiros quanto uruguaios, que apresentassem dificuldade na locomoção entre a moradia e a charqueada, ou não tivessem onde morar. Durante o período sazonal, excetuando os fins de semana que retornava de barco à chácara, a alimentação de sr. Juan estava por sua conta.

Sobre o acesso à carne:

**Allan:** E como que era em relação à carne, vocês comiam muita carne?

**Sr. Juan:** No, ao contrário. Se tu não podia compra agulha ou ponta de costela que te vendiam, e pra sacar só mui escondido.

**Allan:** Como que é, não entendi?

**Sr. Juan:** Pra sacar escondido pra tu te juntasse carne, se não tu não comia carne.

**Allan:** Ai pegava e levava pra casa e fazia em casa?

**Sr. Juan:** Sim, nós cozinhava ali na peça [na quadra] nossa.

**Allan:** Ah, mas sempre tinha carne pra come?

**Sr. Juan:** Si. No era mui a vontade, não tinha muita carne não.

**Allan:** Ai, tinha que dá um jeito, né.

**Sr. Juan:** Tinha que dá um jeito.

**Allan:** Mas as vezes, ficava sem carne?

**Sr. Juan:** As vezes ficava sem, sim. Porque te vendiam a ponta de costela ou agulha, né. Isso era vendido.

**Allan:** E era caro?

**Sr. Juan:** No, caro muito não era, pero, tu comprava e te descontavam no fim de mês quando te pagavam o soldo, né.<sup>197</sup> [grifo meu]

A condição de fartura da carne não era a realidade de sr. Juan, e nem dos trabalhadores da quadra. Sr. Juan delimita quais eram os cortes bovinos que tinham acesso: agulha e ponta de costela. Para comer carne os trabalhadores tinham que comprar da própria Cooperativa. Essa situação era contraditória, os trabalhadores, que abatiam grande quantidade de gado

<sup>194</sup> Esta expressão é uma referência à Thompson. Ver: THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das letras, 1998, p. 150.

<sup>195</sup> ENGELS, Op. Cit., p. 268.

<sup>196</sup> Adiante explicarei o que chamo de *cultura da carne*.

<sup>197</sup> LOPEZ, Juan Dirley da Silva. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Rio Branco-Brasil. 2016.

diariamente, na safra, terem acesso somente a partes menos nobres do animal e ainda por cima comprarem de seus empregadores o que eles próprios fizeram. Vejamos, a distância da remuneração dos trabalhadores e do valor de mercado da carne, em alguma proporção, determinava o acesso à carne e isso é explicitado quando Juan diz que nem sempre tinham carne: “se tu não podia compra agulha ou ponta de costela que vendiam”, que implica essa dificuldade. Provavelmente, quando diz que “caro muito não era” se refere ao preço em termos relativos, comparado com outros alimentos e bens, porque senão não faltaria carne na mesa destes trabalhadores, caso não fosse caro em termos absolutos. Poderiam, talvez, até comprar a carne para se alimentarem diariamente, mas a própria sazonalidade, como parte do ano em que o trabalhador consiga acumular algum dinheiro para viver melhor durante todo o ano, não permitiria gastar parte significativa de seu “soldo” em carne, mesmo que esta tivesse centralidade em sua cultura alimentar. Porém a questão que gostaria de destacar é a segunda parte desta frase: “No, caro muito não era, **pero**, tu comprava e **te descontavam no fim de mês quando te pagavam soldo**, né.” Sr. Juan demonstra desconforto em ter que pagar pela carne, isso ficará delineado adiante em que pretendo desenvolver a hipótese que os trabalhadores compreendiam a carne como direito.

As condições de acesso à carne eram diferenciadas entre os trabalhadores. Se, por um lado, sr. Juan tinha uma maior margem de autonomia por pertencer a um núcleo familiar camponês, por outro, enquanto trabalhador sazonal, experienciava uma condição mais precária de acesso à carne que outros trabalhadores mais dependentes da Cooperativa, pois a própria dependência envolve relações de reciprocidades.<sup>198</sup> Sr. Alamir assim desenvolve as possibilidades de carne em sua família:

É... A gente ganhava uma ponta de costela do boi, na quarta-feira davam, a gente tinha até nojo de carne. Era tanta carne. A gente era 4 trabalhando e ganhando isso, não dava vencimento de comer. E mondongo, essas coisas assim, a gente podia pegar, rabada, essas coisa, lá era muito bom. A gente tinha uma fartura daquelas, né. Pegava cedo também, 5 e meia, acho que era, e não tinha que hora pra solta, dependendo da matança, se não tinha nenhum imprevisto, a gente soltava 6 e meia, sete horas, senão a gente ia 8 e meia, nove horas. Tinha que fazer limpeza, limpar tudo, né.<sup>199</sup>

A posição de sr. Alamir, enquanto sobrinho do capataz-general e filho de um trabalhador antigo com boas relações com os patrões, alteram suas possibilidades alimentares

---

<sup>198</sup> Relações desiguais, com certeza, porém, ainda sim, demanda expectativas a serem correspondidas pelas partes envolvidas.

<sup>199</sup> ESPINDOLA, Alamir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão. 2016.

para melhor. Ao contrário de sr. Juan, sr. Alamir assinala uma condição de fartura. Porém, assim como o trabalhador uruguai, ele também “pegava” uma carinha:

Não, o charque, às vezes, a gente pegava uma pontinha. Tinha matança de ovelha também no verão, né, pobre das ovelhinha. Aquele charque de ovelha é tão bom. Ai tinha torresmo, tinha porco também, tinha torresmo de porco. A gente ia lá na peça e enchia as mão e saia comendo torresmo, era bom [risos]. [...] Ah é. A gente se divertia, mas cuidava também. Meu tio era muito carrasco então qualquer coisa pra se exibir ele já dava uma mijada, “que não sei o que!”. A gente cuidava, ele ia lá pra peça dele, a gente ia tudo ligeirinho lá [Alamir] “vamo pega [carne]!”<sup>200</sup> [risos].

A questão da apropriação da carne ganha duas distinções básicas: 1. A carne subtraída (meio quilo, um quilo) para ser preparada e consumida em casa; 2. A carne consumida no horário de serviço. Percebemos até aqui, que independentemente da *segurança* alimentar, “sacar” a carne não possui uma relação de causalidade exclusiva com a condição material, o acesso à carne. Se a prática descrita por sr. Aradir e sr. Juan dão o tom da necessidade para a subtração da carne, a prática narrada por sr. Alamir ressalta a dimensão do *lazer* desta ação. Possui um cunho de “aventura”: largar o posto de trabalho, driblar o capataz-general – tio – e ir “pegar uma pontinha”, de sair com a mão cheia e voltar ao serviço antes de ser pego, pois poderia significar uma “mijada”, ser repreendido. Essa ação nos remete a todo o debate sobre a disputa em torno do *tempo* feito anteriormente neste capítulo. Pela descrição de sr. Alamir, até parece uma relação de sobrinho e tio, porém, não se trata somente de uma ação individual, era uma ação que fazia com outros trabalhadores, uma ação coletiva de *lazer*, que traz a tona a dimensão da *sociabilidade* do ato de “pegar uma pontinha”. Além disso, o segundo tipo de apropriação da carne não é de exclusividade dessa turma de sr. Alamir. Assim aparece a questão:

**Allan:** Só pegava pra comer então?

**Sr. Aradir:** E lá dentro mesmo, porque o charque depois de pronto é muito bom de comer ele cru assim. A gente comia isso e eles não gostavam. Tá comendo, que **tira de cada um, vamo ver, 10 gramas, quantos quilos vai durante o dia, né?** É **prejuízo. Aí a gente dava essas roubadinhas.** Pegava uma faquinha, as vezes um canivete, pegava uma lasquinha e [encenando] “óh, comia ali”. Era essas coisinhas.

**Allan:** O senhor pegava uns pedacinhos também?

**Sr. Aradir:** Ah, pegava. O ganito, ali perto do peito, é muito bom. Fica igual, agora, queijo. O mesmo gosto do queijo. A gente tirava aquela parte do sal com a faca porque aquela queima até a boca, aquela parte de dentro ali coisa muito boa.

**Allan:** E pegava que partes da carne?

**Sr. Aradir:** Ah, **as partes boa.**<sup>201</sup>

---

<sup>200</sup> ESPINDOLA, Alamir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão-Brasil. 2016.

<sup>201</sup> BOM, Aradir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão. 2016.

O relato de sr. Aradir traz alguns elementos para pensarmos as “roubadinhas”. Antes de qualquer apontamento, é necessário chamar a atenção para o tom empolgado que falou das “roubadinhas”, encenou toda a ação: a “faquinha” cortando o charque, a “lasquinha” sendo levada até a boca. As reações entusiasmadas quando se refere ao sabor do charque saltam nas expressões utilizadas: “muito bom de comer”, “óh, comia ali”, “é muito bom”, “coisa muito boa”. Esse momento, inclusive, destoou da constante da entrevista. Sr. Aradir, que se comportou de maneira centrada na entrevista, muito gentil e atencioso, mas com poucas variações de tom. A vibração de sr. Aradir para falar sobre as “roubadinhas” imprimem um sentido de *prazer* em comer o charque, é outra dimensão que, por um lado, faz parte do plano das necessidades do corpo, necessidade de prazer, por outro, faz parte das necessidades da “alma”, uma memória afetiva que empolga-o quando constrói esta narrativa. O *prazer* em comer algo saboroso está tão relacionado com a questão do *lazer*, em sua dimensão abstrata, quanto da *necessidade*, em seu sentido material. Além disso, o *prazer* de comer o charque é o *prazer* de comer uma carne diferente, das carnes de menor qualidade a qual poderiam comprar. A Cooperativa disponibilizava para venda local somente carnes que não são as classificadas como de primeira, então essas “roubadinhas”, consumo da carne durante a jornada de trabalho, seriam umas das poucas possibilidades de consumir “as partes boa” da carne bovina.

Outra característica da fala do trabalhador é a perspectiva generalizada do “roubo da carne”, que é evidenciada quando propõe um cálculo para dimensionar quantitativamente o quanto poderia impactar essa ação, “tira cada um, vamo ver, 10 gramas, quantos quilos vai durante o dia, né?”. Isso é uma afirmação que apareceu em todas entrevistas realizadas, sempre nessa dimensão de uma prática coletiva, de que apesar de pouca quantidade, no final do dia a “roubadinha” representava uma grande quantidade. Podendo ser relativizada a dimensão quantitativa colocada pelo trabalhador, o que fica demonstrado é a plena consciência do significado da subtração da carne para a classe charqueadora: “A gente comia isso e eles não gostavam. [...] É prejuízo. Aí a gente dava essas roubadinhas.” Sr. Aradir lê a questão a partir de dois grupos de interesses distintos: os que davam as “roubadinhas” e os que sofriam o “prejuízo”, e não hesita em destacar seu pertencimento ao “grupo da roubadinha”. Fica evidente que sua visão, fortemente influenciada pela perspectiva hegemônica moralizante sobre a prática de “roubar”, enquanto ex-policial e um conservador, do ponto de vista comportamental, colide frontalmente com sua *experiência* concreta enquanto trabalhador. Essa leitura demonstra que, se abstratamente ele adere a uma visão de

roubo, construída a partir da ideologia<sup>202</sup>, ou o que Thompson chamou de “consciência imposta”,<sup>203</sup> concretamente, sua *experiência* de classe foi determinante na sua identificação com a ação de “roubar”, a *experiência* de resistência é afirmada com ênfase em sua fala. Ou seja, apesar do prejuízo à Cooperativa (patrões), ele insiste empolgadamente na sua ação. Essa prática ganha um sentido de contrapartida à exploração, “rouba” pra causar prejuízo.

Lembremos que esse relato se trata de sr. Aradir, aquele que em outro momento da entrevista desviou-se do termo “roubo” para assentear a apropriação no “furto”, agora empolgadamente fala sobre as “roubadinhas”. Mas é bem verdade também que tamanha empolgação para falar sobre o sabor do charque não está subsumida simplesmente ao sabor do alimento. Sua lembrança narrada, que o afeta dessa maneira, não é somente a “memória de comer o charque”, mas a “memória da comer o charque em um contexto específico”. É uma memória afetada pelo seu protagonismo, em que acessa um elemento importante, a carne, através de um costume que compartilhava com os outros trabalhadores. É uma memória de resistência. Nesta ordem, é também uma memória coletiva, de pertencimento. Sr. Aradir invoca em sua narrativa um período de sua vida que carrega muitas emoções, principalmente nostalgia, em relação a sua juventude. A entrevista é um momento em que ele se torna o centro, e tem a oportunidade de construir uma narrativa autobiográfica e se afirmar identitariamente no mundo enquanto alguém que compartilhou coletivamente uma condição de classe, e apesar da *insegurança estrutural*, permaneceu existindo e resistindo. A “roubadinha” é uma memória afetiva.

O consumo da carne durante jornada de trabalho era uma prática generalizada, isto é evidenciado em todas as entrevistas realizadas. Mas também não podemos, a partir disto, supor que havia conivência da Cooperativa, nem pensar o fenômeno de forma homogênea. Sr. Juan nos mostra o caminho para complexificarmos o olhar sobre a questão:

**Allan:** E como que é, vocês comiam charque cru assim?

**Sr. Juan:** Bueno, tanto bem sequinho é lindo aquilo, pero, eu cansei de ver algumas vez o charque no varal.

**Allan:** E vocês comiam ali na hora do serviço?

**Sr. Juan:** Na-não, também não era assim. Tinha que pegar meio escondido porque se te pegassem [risos] ia pra rua também [risos]. Ah, não. Tinha que pegar escondido. [...] As vezes ele tava longe também, né. **Tinha alguns destes, como que diz, caguete [risos].**

**Allan:** [risos] Ah, tinha isso também?

**Sr. Juan:** [risos] Ah, sim, isso aí **tinha bastante** [risos].

---

<sup>202</sup> No sentido marxiano, enquanto realidade ao contrário; uma ideia deslocada dos elementos históricos concretos das relações em que foi produzida para descrever a realidade. Ver: CHAUÍ, Marilena. O que é ideologia. Col. Primeiros Passos. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2008.

<sup>203</sup> MATTOS, Op. Cit., p. 87.

**Allan:** E como que era, daí sabia quem era?

**Sr. Juan:** Claro, porque... Claro, **as vezes, passavam indo com capataz, né, fala que sacou algo, levou algo** [“roubou”].

**Allan:** E se descobrissem lá, mandava embora ou chamava a atenção?

**Sr. Juan:** Tinha algum que chamava a atenção, outros não.<sup>204</sup> [grifo meu]

Notemos que, como observado anteriormente, ser descoberto no “roubo” ou na “roubadinha”, levando embora ou consumindo no local, poderia significar a demissão do trabalhador, e possivelmente, grandes dificuldades de se empregar novamente na charqueada. Apesar de ser uma prática disseminada entre os trabalhadores, era também combatida pelos patrões. É definitivamente uma *situação de classe* que envolve interesses antagônicos, porém, não necessariamente a posição de classe do indivíduo é correspondente à sua atuação nas relações de produção de maneira simples. A condição de *insegurança estrutural* que está submetida a classe trabalhadora, por vezes, é fator determinante na sua cooptação, para sua atuação em prol dos interesses da classe antagônica. É o caso do que o sr. Juan chamou de *caguete*, estes que “tinha bastante” e que “passavam indo com capataz” e poderia ser aquele a denunciar: “fala que sacou algo, levou algo”. Ao revés de compartilhar dos interesses de sua classe, o *caguete* cumpre o papel de ser os olhos da classe dominante, mesmo compartilhando da condição de classe. Este é um elemento empírico histórico importante para o papel da Cultura na *formação da classe*, porque este não é um caminho automático em que a *situação de classe* determina a *consciência de classe*. Os vínculos da classe fundamentalmente são formados nas *experiências* compartilhadas. Por outro lado, a intenção não é condenar o *caguete*. A sua cooptação e atuação “do outro lado” é também fruto de sua *condição de classe* e poderia ser muito contraditória, exemplo disso, é sr. Alamir – sobrinho de um capataz – praticar as “roubadinhas”. Evidentemente, não estou tentando aliviar para o *caguete*, e nem negar que poderia haver muitos que fizessem isso, mas propor que poderia ser circunstancial um trabalhador entregar o outro, “fala que sacou algo”, determinado por relações interpessoais de afeto ou desafeto, ter compartilhado da “roubadinha” com aquele, etc.

Evidentemente que os aspectos culturais que permeiam a *formação da classe* extrapolam o alcance deste trabalho, como já enunciei anteriormente. O que me proponho a debater é o “roubo da carne”, enquanto um fenômeno histórico decorrente das relações de produção na charqueada/frigorífico, onde se manifestou uma resistência de classe mediada pelo que chamo *cultura da carne*, fundamental na formação da subjetividade em geral, principalmente na identidade de interesse que se fez antagônica aos interesses dos

---

<sup>204</sup> LOPEZ, Juan Dirley da Silva. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Rio Branco-Brasil. 2016.

charqueadores. As bases concretas da formação das *experiências* destes trabalhadores é o terreno da *cultura da carne*. Diante disto é necessário entendermos os profundos vínculos destes trabalhadores com a charqueada e com a carne que remete às suas próprias existências. As condições materiais de reprodução da vida dos trabalhadores estão direta e indiretamente relacionadas com a charqueada São Pedro e com a charqueada São Domingos, seus familiares trabalharam antes e concomitante à eles: sr. Alamir por parte de pai, tio, e irmãos; sr. Aradir com pai, mãe; sr. Juan teve dois tios e irmão. Do ponto de vista indireto, sr. Alamir e sr. Aradir nasceram no bairro/comunidade Charqueadas, organizada no entorno da unidade produtiva por causa do trabalho; além disso, todos os integrantes de seus núcleos familiares também tinham nas charqueadas uma referência, assim, a própria socialização familiar tinha no meio de produção uma intersecção. Estudaram na escola mais próxima da comunidade, junto com outras crianças com situações correlatas. Os desenvolvimentos das subjetividades dos trabalhadores estiveram sempre em contato com as questões que envolveram as charqueadas. Uma questão ilustrativa desta afirmação é uma regra muito peculiar do trabalho em uma charqueada, que possivelmente haja outras que não conhecemos, que denotam um sentido da relação dos trabalhadores com a natureza:

**Sr. Juan:** [...] Matar uma gaviota em charqueada tu ia na hora pra fora.

**Allan:** Uma gaivota, por que?

**Sr. Juan:** Porque fazia a limpeza, né. Porque tu via tudo que é resto de coisa que era pra fora da charqueada, de sebo, de cosa, a gaviota comia tudo. Era cada bando de gaviota que tinha.<sup>205</sup>

A carne, que era de grande relevância na cultura alimentar destes trabalhadores, começou a ser tensionada com a restrição da concessão deste alimento, no bojo do sistema disciplinar implementado. A apropriação da carne pelos trabalhadores, na sua forma primeira, levar para preparação em casa, não faria sentido e provavelmente deveria ser inabitual antes desta inflexão da lógica nas relações sociais de produção na Charqueada. Sr. Aradir percebe isso: “E a maioria, no início mesmo na charqueada, ninguém roubava porque carne era a vontade, né. O churrasco lá dentro tinha pra comer quanto quiser, depois na época das câmara fria já mudou.”<sup>206</sup> O “churrasco” a que sr. Aradir se refere é uma prática bem antiga, reminiscência da charqueada São Pedro, na qual os trabalhadores que começassem suas atividades ou estendessem sua jornada de trabalho pela madrugada recebiam da charqueada

---

<sup>205</sup> LOPEZ, Juan Dirley da Silva. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Rio Branco-Brasil. 2016.

<sup>206</sup> BOM, Aradir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão. 2016..

um corte bovino, a costela,<sup>207</sup> para assarem na caldeira<sup>208</sup>. “Era separado pra quem trabalhava, fazia hora-extra e tudo tinha carne a vontade.”<sup>209</sup> Mas “depois já entrou a saúde [vigilância sanitária]: – “porque não pode assar, tem que ter uma churrasqueira”. Acontece que independentemente do motivo da proibição desta “carne à vontade”, os trabalhadores simplesmente tiveram esse direito suprimido, tendo ou não intervenção da vigilância sanitária, essa carne poderia de alguma maneira ser destinada aos trabalhadores, mas não foram. Além disso, a experiência vivida dos trabalhadores é enfática em perceber que não havia consequência negativa desta carne à saúde, independente se realmente houvesse.

Nesse sentido, há um sentimento de perda que surge a partir desta proibição, que é agravada com a sobreposição de outra mudança, já que “[...] começaram a aproveitar o coração, o rim, o fígado, que no início não se aproveitava isso aí.”<sup>210</sup> Diante disto, as popularmente conhecidas miudezas foram retidas pelos charqueadores. Isso fazia parte de um projeto para melhor aproveitamento dos derivados do animal, descrito por Carlos Alberto Ribas<sup>211</sup>. Sr. Aradir afirma que no frigorífico só não aproveitavam o sangue e as fezes.

O costume de disponibilizar carne para a alimentação dos trabalhadores da charqueada é de tradição imemorial. Nos estudos das charqueadas do século XIX esta questão já é colocada. Na tese de Vargas, ele traz esta questão, a partir do relato de um viajante europeu: “Para alimentar o pessoal empregado nas charqueadas e os escravos eram reservadas as costelas.”<sup>212</sup> Mesmo corte do gado que sr. Alamir e sua família recebiam da Cooperativa, neste sentido uma continuidade. Ognibini conclui, em seu trabalho, que devido ao protelamento dos charqueadores em pagar os trabalhadores assalariados, “ao empregado restava manter uma relação maior de dependência usufruindo como pagamento, de seu local de moradia este, em alguns casos, associado a outros suprimentos como alimentação e terras para roçar.”<sup>213</sup> Fornecer a alimentação aos trabalhadores “livres” era uma forma de torna-los dependentes e mantê-los por perto, fazendo trabalhos, e por vezes a alternativa mais plausível para esses trabalhadores. Porém, percebemos um rompimento nas relações de trabalho se instaurando.

<sup>207</sup> Sr. Juan detalha melhor a questão do churrasco. A carne ofertada pela charqueada era o que eles chamavam de “costela resvalar”. Depois de ter removido parte da carne desta costela pelas mulheres, na realização do “guisado”, como conhece sr. Juan, ou “carancha”, como conhece sr. Alamir, o restante os trabalhadores poderiam assar e comer.

<sup>208</sup> A caldeira é onde se seca o couro. Ela possui uma chaminé acoplada que sai a fumaça.

<sup>209</sup> BOM, Aradir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão. 2016.

<sup>210</sup> BOM, Aradir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão. 2016.

<sup>211</sup> Ver capítulo 1: p. 35-38.

<sup>212</sup> COUTY, Louis. *A erva mate e o charque*. Pelotas: Seiva, 2000 [1882], p. 97-112. Apud. VARGAS, Op. Cit., p. 201.

<sup>213</sup> OGNIBENI, Op. Cit., p. 117.

Além das miudezas e do churrasco de costela, sr. Alamir, que era um caso a parte por ser sobrinho do capataz, traz um importante relato de outra restrição à carne: “Tinha uma época que dava o pescoço, o pescoço dos animais eles davam pras pessoa pobre, fazia aquela fila. Mas depois se descobriu que estavam vendendo e retiraram. Não deram mais.”<sup>214</sup> Primeiramente, é necessário relativizar esta fala de sr. Alamir, que pode ser a reprodução do discurso da chefia para restringir um direito dos trabalhadores, esta carne de pouca qualidade. “Retirarem” o pescoço dos trabalhadores não necessariamente tem relação com o fato dos trabalhadores venderem esta carne. Fazendo as relações necessárias, percebemos que esta “retirada” de direito faz parte de uma mudança maior ocorrida. Diante do exposto, podemos entender melhor essa nova lógica das relações de trabalho. Ela não só é uma mudança no sentido de “profissionalizar” a produção e aumentar a produtividade, mas também são proibições e restrições à carne levada a cabo, é mais profundo, extrapola as relações de trabalho, é um movimento de transformação das relações de produção, a partir do aprofundamento da mercantilização, da forma mercadaria sobre uma série de direitos que os trabalhadores possuíam, em relação à carne. O caso mais simbólico em relação a isso é o comedimento do “pescoço dos animais que eles davam pros pobres”. Essa nova lógica restritiva atua como uma força de ruptura com o costume imemorial de alimentação dos trabalhadores da charqueadas, tanto livres como escravizados.

Porém, é bem verdade a existência de casos de trabalhadores venderem as carnes que recebiam na charqueada.<sup>215</sup> Havia um “micromercado de carne informal”, se é que podemos assim chama-lo pela sua dimensão pessoal, dos trabalhadores, que servia como complementação de *renda* de suas famílias. Esta é mais uma dimensão dos significados do “roubo” da carne. Entrevistei um trabalhador, tropeiro de um estancieiro de Jaguarão, o sr. Natálio. Ele me relatou sobre a existência desse mercado de carne, que ele comprava, e descreveu o processo:

Acontece o seguinte: aquele charque ele fica alí, ele, ele [gaguejada]. Porque, por exemplo: tirava a manta do meio e quem foi? Quem foi? Não adianta! [...] Nós somos, nós tamos gerenciando, tem uma pilha de manta, né? Já quando botar a primeira, a gente tira a segunda já, e já fica lá pro lado. O que que fazia na época, as manta assim, na época, botava as manta assim e abria ela ao meio, que aí depois puxava daqui e puxava de lá e assim vai. Não precisava ficar puxando que nem gato e tripa. Ela já tava prontinha pro abate! Não, não... te falar uma coisa, que que acontece, pegava um e [simula um diálogo] – “olha, vou viaja pra semana aí e eu preciso levar uma manta boa aí, tira um pedaço pra mim aí?.” [o outro respondendo

<sup>214</sup> ESPINDOLA, Alamir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão-Brasil. 2016.

<sup>215</sup> Esta questão foi descoberta em uma conversa com um casal de vizinhos mais velhos. Eles relatam que tinham um amigo, falecido, que moravam perto da casa deles que trazia charque para eles.

com hesito e gaguejando] – “É, pois é.” [interrupção daquele que hesitava] – “Tira aí, tira aí, não se preocupa não.” Aí o cara tirava.”<sup>216</sup>

Este trecho é muito rico e nos provoca a pensar como a apropriação da carne também significa *sociabilidade* na sua dimensão do retirar a carne da unidade produtiva, o primeiro tipo que descrevi anteriormente. Os trabalhadores poderiam estabelecer e/ou fortalecer vínculos com outras pessoas ou grupos levando a carne como presente, até mesmo vendendo a custo mais baixo que o de mercado. Neste sentido, as questões da *renda* e da *sociabilidade* se articulam.

Percebemos também que a apropriação da carne não é uma ação simples, “só ir lá e pegar”. Pelo contrário, demanda dos trabalhadores estratégias para a realização da prática de maneira efetiva e discreta. A carne é pesada, controlada e vigiada. Se forem abatidos X bois, é necessário que haja 2X de costelas, X corações, 2X de rins, X filés, etc. Não é simples a missão. A carne também é pesada antes de ser armazenada e vendida. Por último, setores mais importantes tinham capatazes de secção controlando o trabalho e vigiando o patrimônio dos charqueadores, ademais os *caguetes* também eram empecilhos. É necessária expertise para driblar os obstáculos e realizar o “furto”. Diego Vivian também registou a questão em sua dissertação de mestrado. Os portuários chegavam a costurar bolsos em suas roupas para carregar a carne furtada das embarcações, o que os ajudavam nos dias de chuva, pois a gordura deixava a roupa impermeável.<sup>217</sup> A necessidade de compreensão profunda da organização da produção é basilar para o desenvolvimento de estratégias para subtrair a carne.

A carne, como não poderia ser diferente, possuía grande centralidade para os trabalhadores das charqueadas, até aqui argumentei sobre as diversas dimensões do roubo da carne. Agora, o que é importante ponderarmos é uma perspectiva mais ampla do que significa uma charqueada, a zona rural de Jaguarão, enquanto fronteira, e o Rio Grande do Sul do ponto de vista da subjetividade dos trabalhadores. Como já delineado no primeiro capítulo, a região foi ocupada tendo a pecuária sua principal atividade econômica. Certa historiografia já demonstrou que a questão do contrabando de gado e o abigeato são elementos significativos na formação do Rio Grande do Sul.<sup>218</sup> A fronteira foi um espaço que demonstrou enorme potencialidade para estas práticas no século XIX.<sup>219</sup> Segundo Leipnitz, poderia significar,

---

<sup>216</sup> CHAGAS, Natálio Cardoso. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão-Brasil. 2016.

<sup>217</sup> VIVIAN, Op. Cit. p. 184-185.

<sup>218</sup> FLORES, Mariana. Thompson, *Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

<sup>219</sup> FLORES, Mariana Thompson. “*Gados mal havidos*”: Os roubos de gado no espaço fronteiriço. In: \_\_\_\_ Op. Cit.

neste contexto, um apego a um costume, uma tradição, que tinham as rações de carne e o direito à carne como parte das relações de reciprocidade dos proprietários e as diversas categorias de trabalhadores que existiam na campanha.<sup>220</sup> Percebi que essa questão poderia ter, em alguma medida, influenciado na formação das subjetividades dos trabalhadores quando sr. Natálio me surpreende com inúmeros relatos de abigeatos e contrabandos de gado nas décadas de 1960 e 1970. Essa questão merece uma citação um pouco mais longa de sr. Natálio, pela sua importância e a riqueza do depoimento:

Esse general; meu pai trabalhava com ele às vezes. Aí tinha que fazer um paió lá, aí eu fui lá; paió pra botar alí. Ele tinha botado o cara pra fora, o que o cara fez: no verão o general ia pra... Não sei pra onde ele ia, país que é quente. Não me lembro se pra fora do país ou aqui pro centro do país. E o Bado ficava, era o capataz. O que que ele fazia, o que que ele fez: ele era lá do Herval. Ele registrou a marca, porque do município pra outro se tiver uma marca de gado aqui no município de Jaguarão, no município de Herval você pode registrar a mesma marca ali; o que que ele fez: pegou, registrou no nome dele a mesma marca do general lá no município do Herval. O que que ele fez: agarrou o general, tinha boi de 800 quilos, 900 quilos, ele foi no Uruguai, comprou uns ternerote sobreano; ternerote sobreano pesa uns 400-350 quilos. Comprou, botou a marca dele, mesma marca do general, levou os boi, aqueles boi de quase mil quilo e vendeu na feira. Bom, quando o general voltou de volta lá das praia, o capitão chegou e disse, era um puxa saco, né, foi lá e disse: – “general, mas que boiada linda que o senhor tava vendendo na feira”. [responde o general] – “Mas eu nem tava aí”. [responde o “puxa saco”] – Mas o seu capataz tava vendendo na feira. [general] – “Tava?” [“puxa saco”] “Tava, ele tava.” O general foi em cima do Bado. [fala do Bado] – “Não, senhor. Vamo conta.” Foi, conto, tava certinho. Mas aí, já botou o cara pra fora. Aí o que que acontece: o general não pode fazer nada nele, porque ele tava vendendo o que era dele. Ele tinha a marca registrada no Herval e não faltava nada do general. E além de não faltar nada, esses bois que tava lá no general eram uruguaios, eram passados de contrabando e não podia passar pra cá. Isso só pode passar como exportação. A partir do momento que vem como contrabando, fica na moita. O cara ganhou o dele e ele não pôde fazer nada.<sup>221</sup>

A quantidade de ocorrências de abigeato e contrabando de gado na zona rural de Jaguarão nos anos de 1960-70 é desconhecida da historiografia, porém, independentemente da intensidade da recorrência da matéria, não precisa ser numerosa para influenciar a subjetividade dos próprios trabalhadores. Evidentemente, que é sempre muito difícil ao historiador percorrer o caminho da estrutura para a subjetividade, porém, a partir da experiência do trabalho, que é mediada pela Cultura, tenho como hipótese que o abigeato foi um dos elementos da subjetividade destes trabalhadores que contribuiu à prática do “roubo da carne”.

---

<sup>220</sup> LEIPNITZ, Op. Cit., p. 148

<sup>221</sup> CHAGAS, Natálio Cardoso. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão-Brasil. 2016.

Uma das dimensões das mais óbvias que foi determinante na subtração da carne pelos trabalhadores, tanto para preparar na sua moradia ou para consumir no local, é a centralidade de alimento na cultura alimentar rio-grandense. Nauber da Silva, em seu estudo sobre as *condições de vida* da classe trabalhadora em Porto Alegre (1905-1932), ressalta a centralidade da carne na mesa dos gaúchos, considerado alimento de primeira necessidade – a carne enquanto um alimento “indicador de dignidade”, na perspectiva da condição de vida da classe trabalhadora.<sup>222</sup> Ao contrário que em outras sociedades, onde a carne era um elemento de distinção social e o açougueiro possuidor de reconhecimento e prestígio,<sup>223</sup> a carne era um alimento acessível aos de “baixo”. Seria necessário fazer um estudo desta questão para fazer qualquer afirmação mais positiva em relação ao consumo da carne em Jaguarão, porém, pelo debatido até aqui e as considerações das entrevistas, este alimento demonstrou-se importante na “cultura alimentar” dos trabalhadores que possuíam vínculos com a charqueada/frigorífico.

Fernando Pureza nos traz, em sua pesquisa em torno da *carestia* em Porto Alegre (1945-1964), uma questão importante para pensarmos a relação da carne com os trabalhadores, a primeira, este alimento enquanto um “indicador de dignidade” do padrão de vida dos mais pobres foi legalmente regulamentado, nas leis de economia popular, e foi objeto de disputas de diversos segmentos da sociedade. A centralidade da carne na cultura alimentar era reconhecida e notória, a sua falta, ou o aumento dos preços foi determinante para a organização das classes sociais, tanto que foi objeto de disputa de trabalhadores, trabalhadoras, comerciantes, sindicatos, partidos políticos, imprensa e autoridades.<sup>224</sup>

A carne foi elemento de relevante importância de disputas nos tribunais em torno dos crimes contra economia popular em Porto Alegre. Fernando Schinimann, em sua dissertação de mestrado, estudou as greves de consumidores, com foco nas donas de casa, em Curitiba, que tinha como objetivo pressionar os preços da carne para baixo. Neste trabalho, Schinimann, em uma passagem do texto, nos provoca a pensar a carne como elemento de *sociabilidade* da classe trabalhadora, no sentido, de que o consumo da carne nas mobilizações terem sido substituídos, durante a greve, pelo cinema. A carne, na sua dimensão de lazer e sociabilidade, em que as pessoas se reúnem para comê-la, foi substituída pela reunião para ir

---

<sup>222</sup> SILVA, Nauber Gavski da. *Vivendo como classe*: as condições de habitação e alimentação do operariado porto-alegrense entre 1905 e 1932. Dissertação (mestrado em História) – Instituto de filosofia e ciências humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010, p. 86-91.

<sup>223</sup> BOSI. *Uma história social comparada...* Op. Cit.

<sup>224</sup> PUREZA, F. C. “Isso não vai mudar o preço do feijão”: as disputas em torno da *carestia* em Porto Alegre (1945-1964). Tese (doutorado em História) – Instituto de filosofia e ciências humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016, p. 257-290.

ao cinema.<sup>225</sup> Isso é uma profunda marca da carne enquanto um fenômeno cultural que extrapola a questão alimentar.

A *cultura da carne* seria o “pano de fundo” em que se desenvolveram as experiências de resistência dos trabalhadores, a partir dela foi constituído elementos que motivaram e embasaram a prática do “roubo” da carne. A *cultura da carne* é uma conformação de alguns elementos macroestruturais – a cultura alimentar do Rio Grande do Sul que elenca esse alimento com centralidade; a cultura do contrabando de gado e abigeato na região da fronteira, que é presente no imaginário rural compartilhado por esses trabalhadores; com elementos locais formadores da subjetividade dos trabalhadores – como a existência de diversos dispositivos de cessão da carne, como o “churrasco”, o “pescoço para os pobres” e as “miudezas”; profundos vínculos familiares de reprodução material da vida com o com o mundo do trabalho relativo ao gado e a carne; sociabilidade relacionada com o mundo do trabalho do gado e da carne, já que desde muito jovem começavam a trabalhar na charqueada e boa parte da formação dos trabalhadores ter sido compartilhada em torno dessas experiências.

Com a implementação das câmaras frias houve a introdução de uma nova lógica, que compreende um sistema disciplinar de controle do tempo, reorganização da unidade produtiva e inflexão da relação trabalhador-empregador. No bojo destas mudanças, a cessão da carne se torna caso de disputa. Os trabalhadores, a partir das relações anteriores que proporcionavam oportunidades de acesso à carne, desenvolveram suas estratégias de “roubo” deste alimento, entendendo-o enquanto um direito diante dos significados profundos nas suas vidas. Além disso, como todo fenômeno social, não se tratava de uma questão monocausal, pelo contrário, argumentamos as diferentes dimensões da apropriação da carne – lazer, costume, renda, sociabilidade, contrapartida à exploração –, o que demonstra que esta possuía enorme relevância que extrapolava a necessidade ou a pobreza. Não se tratava de uma resistência “menos evoluída” ou uma resposta espasmódica à transformação, mas de uma elaboração de uma ação complexa baseada em diversos signos constituintes das suas vidas, da dimensão cultural de suas existências.

---

<sup>225</sup> SCHINIMANN, F. *A batalha da carne em Curitiba: 1945-1964*. Dissertação (mestrado), PPG – História Social da Universidade Federal do Paraná, 1992, p. 106.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto central estudado nesta monografia foram as ações, estratégias e perspectivas dos trabalhadores na charqueada/frigorífico São Domingos em Jaguarão entre os anos de 1950 e 1975. Como é comum ao método historiográfico, abordamos nosso objeto em perspectiva, pois entendemos que, para a compreensão de nosso objeto, era necessário compreendermos o contexto compartilhado por esses trabalhadores e como eles se formaram. Ou seja, entender as estruturas, mas não só, compreender os processos estruturados a partir do movimento histórico decorrente das contradições dos sujeitos que se movimentam no tempo, tendo suas possibilidades de atuação no palco, a partir dos figurinos que estiveram disponíveis. Foram utilizados, para elaboração deste trabalho, alguns documentos da empresa charqueada/frigorífico, uma circular (notificação) do D.I.P.O.A, um material audiovisual produzido em 1975, entre outras fontes das bibliografias consultadas, mas nosso principal alicerce documental foram as entrevistas concedidas pelos trabalhadores, que forneceram o que há de mais relevante neste trabalho – suas lutas e experiências.

Partimos da necessidade de nos situarmos no tempo e no espaço, logo iniciamos a monografia contextualizando historicamente a economia charqueadora no Rio Grande do Sul, compreendendo sua centralidade na economia gaúcha no século XIX. Também caracterizamos os aspectos gerais da ocupação da região sul do Rio Grande do Sul e de Jaguarão, centrada no latifúndio, na pecuária, nas charqueadas e na ampla utilização de mão de obra escravizada. Encontramos a charqueada São Pedro, fundada em 1848, que funcionou até meados da década de 1930 e 1940. Conhecemos a charqueada São Domingos, que não precisamos data de fundação, mas sabemos que funcionou concomitantemente com a charqueada São Pedro no início do século XX, devido aos familiares de três entrevistados terem compartilhado vínculos empregatícios com as duas unidades produtivas.

É a partir de 1950, com a constituição da Cooperativa de Carnes da Zona Sul Ltda., que florescerão as maiores transformações na charqueada estudada. É um empreendimento de grandes pecuaristas, que entenderam ser relevante se unirem nesta entidade para a aquisição da charqueada São Domingos, onde poderiam organizar o abate de seus rebanhos, e assim, reproduzir e ampliar suas atividades econômicas. Evidentemente, houveram outros aspectos determinantes para a união destes pecuaristas, porém não foram objeto central neste limitado trabalho monográfico. Desde o início, constatamos, através de um projeto de instalação de câmara fria datado de 1951, o interesse dos charqueadores em transformar a charqueada em frigorífico. A partir da aquisição da Cooperativa, a charqueada começou a ser alvo de

adequações e reformas para o desenvolvimento da capacidade produtiva da charqueada. Paralelamente, o bairro/comunidade em torno é alcançado pelo poder público via rede elétrica. Somente em 1964 instalou-se a primeira câmara fria, e em 1968 a segunda, de maior capacidade.

Fizemos uma análise comparativa entre as charqueadas de Pelotas do século XIX – através de bibliografia temática – e a tecnologia e organização dos processos de produção das charqueadas São Pedro e São Domingos. Identificamos uma série de mudanças na charqueada São Domingos em relação à São Pedro e às charqueadas pelotenses, porém, no que concerne às tecnologias e à lógica de organização do trabalho, percebemos mais semelhanças do que diferenças. Com o frigorífico, observamos maiores transformações a partir do movimento de industrialização e de imposição de uma racionalidade de trabalho fabril. Contudo, a sobreposição de um frigorífico sobre uma charqueada carregou elementos de continuidade da unidade anterior, como a permanência do quadro de trabalhadores que vivenciaram as mudanças, a existência de capatazes e a produção do charque.

Em seguida, analisamos a função de capataz, como instrumento privilegiado de compreensão das permanências e rupturas da charqueadas São Domingos. O capataz, enquanto um herdeiro do sistema do século XIX, que tem sua função ressignificada em diversos aspectos, mas que possui igual centralidade nos dois momentos. Por um lado, deve garantir os interesses dos charqueadores, por outro, lhe é demandado expectativas de mando dos trabalhadores que devem ser correspondidas. Esta função no mundo do trabalho possui uma história, que traz implicações as perspectivas dos próprios trabalhadores, é também um aspecto de continuidade, que se diferencia de outras unidades frigoríficas, na qual tiveram em gerentes ou encarregados as funções de gerência e mando. Sintetizamos que estes elementos da charqueada, do mundo rural, eram parte do imaginário e interagiam de forma complexa na formação das subjetividades dos trabalhadores.

O percurso empreendido no segundo capítulo teve a intenção de compreender aquilo que estava em jogo, sendo disputado, nos momentos decisivos das mudanças substantivas da produção charqueadora para as tecnologias frigoríficas e a sua correspondente lógica. Demonstramos como foi uma transformação complexa e paulatina, e que apesar da consolidação da ordenação industrial dos processos de trabalho, não houve uma ruptura com a charqueada. Diferenciaremos os momentos de mudança e as implicações na vida dos trabalhadores. Conhecemos as disputas em torno da relação com o tempo, no contexto de imposição de um novo sistema disciplinar, e a forma que os trabalhadores tensionaram a

lógica do tempo do patrão com suas próprias concepções baseadas em fundamentos do mundo rural e outra relação com o tempo.

Ao observamos as trajetórias estudadas, identificamos a diversidade de condições de vida dos trabalhadores em seus possíveis cenários de reprodução da vida social, uns com estabilidade, outros com mais mobilidade e menos segurança, variadas situações de acesso ao mundo do trabalho. Observamos como as relações de autonomia e dependência com a Cooperativa, determinadas pelas situações objetivas de reprodução da vida material, foram preponderantes nas atuações de classe. Vínculos de dependência significam garantias e limitações. Contudo, examinamos que, apesar da diversidade dos trabalhadores, sua situação geral de *insegurança estrutural*, enquanto não-proprietários (dos meios-de-produção) compartilhada por todos, e apesar do nível de (in)segurança, os vínculos de dependência causaram constrangimento quando um trabalhador já não era “útil”.

Em seguida, delineamos a profundidade das rupturas da industrialização da produção das mercadorias na charqueada. Evidentemente, não é possível estabelecer momentos temporais visivelmente separados por alguma baliza, já que as transformações foram processuais e houve continuidades. Porém, o ano de 1968 é importante para organizarmos os acontecimentos, pois é o momento de início do funcionamento da segunda – maior que a primeira – câmara fria. Paralelamente, foi imposta a formalização dos vínculos empregatícios na charqueada/frigorífico São Domingos. O charque perde a centralidade anterior e se torna complementar à carne resfriada. Ilustramos nossa argumentação com fotografias – 1975 – que demonstram a automatização, segmentação e fragmentação dos processos de trabalho; a padronização dos trabalhadores; o uso de tecnologias industriais; e um sistema disciplinar correspondente. Ponderamos que, mesmo com todas as profundas mudanças, havia ainda setores da produção com características rurais e manuais, relativas ao período anterior e ao contexto rural desta indústria.

O novo sistema disciplinar aboliu várias das formas de concessão da carne, um elemento de importância vital aos trabalhadores. Constatamos que, a partir disto, foi agudizada uma prática dos trabalhadores, o “roubo” da carne. Pensamos a terminologia “roubo” como um conceito construído historicamente, enquanto expressão das sociedades em que as relações sociais são fundamentadas na garantia do direito à propriedade privada. Nesta lógica, não entendemos o “roubo” na perspectiva criminal, e sim, social. Observamos os dois tipos de “roubo” da carne, no qual o trabalhador se apropria para preparar (alimentar a si e sua família) em sua casa e a subtração da carne para consumo no interior da

charqueada/frigorífico. A carne também era subtraída a partir da necessidade de alimentação das famílias trabalhadoras, contudo, percebemos as diversas dimensões que essa prática assumia, enquanto estratégias de complementação de renda, lazer, sociabilidade, contrapartida à exploração, prazer e reivindicação de um direito baseado em costume anterior. Ou seja, Os processos de modernização e transformações na charqueada, com seu correspondente sistema disciplinar, impactaram nas condições de vida dos trabalhadores e influenciaram em suas práticas, como o aumento dos “roubos” e das “roubadinhas” da carne e a estratégia do fumo.

Defendemos que o palco destas situações de classe, conflitos concernentes à carne, foram desenvolvidos imersos no que chamei de *cultura da carne*. A *cultura da carne* é a conformação de uma série de elementos diferentes, contudo, ligados dialeticamente, na formação da consciência social dos trabalhadores da charqueada/frigorífico São Domingos: 1. O primeiro elemento é a centralidade da carne na cultura alimentar destes trabalhadores, enquanto um indicador de qualidade de vida das famílias trabalhadoras. Tanto que houve várias formas de cessão da carne aos trabalhadores: “pescoço para os pobres”, “churrasco para trabalho noturno ou hora extra” e “distribuição dos miúdos”. 2. Além disso, a alimentação enquanto um elemento constituído socialmente, também é uma prática cultural compartilhada na sociabilidade dos trabalhadores, que se reúnem para comer carne, assim como vão ao cinema ou jogam futebol. 3. Outro ponto é o fato da própria região ter sido constituída a partir da pecuária e das charqueadas, a relação com o gado ser um elemento cultural estrutural, o que é corroborado no âmbito da representação. 4. O abigeato e o contrabando de gado terem sido práticas comuns na fronteira do sul seria outro aspecto do imaginário destes trabalhadores, inclusive o roubo de gado esteve presente na fala de um trabalhador. 5. Por último, e o principal e mais particular elemento, é a constituição das subjetividades destes trabalhadores, que nasceram, estudaram, foram socializados e construíram suas identidades, no âmbito das charqueadas. Suas ascendências (pais, vós, tios, mãe) trabalharam nas charqueadas, junto com eles em alguns casos; estudaram, quando crianças, com filhos e filhas de trabalhadores e trabalhadoras da charqueada em uma escola na comunidade que se formou no entorno da charqueada. A carne direta ou indiretamente, em outros momentos, esteve presente na constituição de suas subjetividades. Foram socializados na *cultura da carne*, e quando confrontados objetivamente com a restrição deste alimento, responderam a partir de uma perspectiva conformada por elementos complexos de suas subjetividades, que culturalmente fundamentaram suas práticas de “roubo” e “roubadinhas”.

## **REFERÊNCIAS**

### **SÍTIOS NA INTERNET:**

Histórico do “Grupo Quero-Quero”. Disponível em: <<http://arrozqueroquero.com.br/>> Consultado em 30/05/2017.

GOOGLE EARTH-MAPAS. [Http://mapas.google.com](http://mapas.google.com). Consultado em 18/072017.

### **ENTREVISTAS:**

BOM, Aradir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão-Brasil. 2016.

CHAGAS, Natálio Cardoso. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão-Brasil. 2016.

ESPINDOLA, Alamir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão-Brasil. 2016.

LOPEZ, Juan Dirley da Silva. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Rio Branco-Uruguaí. 2016.

SANTOS, Walmir dos. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão-Brasil. 2016.

### **AUDIOVISUAL:**

*Progresso aqui e agora:* Cooperativa de Carnes e Derivados da Zona Sul Ltda. Produção: Walmir dos Santos. Jaguarão, 1975. Arquivo pessoal do autor.

### **FONTE EM CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO**

Ata de constituição da Cooperativa de Carnes da Zona Sul Ltda. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

Relatório de safra de 1951. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

Relatório de safra de 1952. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

Relatório de safra de 1953. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

Relatório de safra de 1954. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

Relatório de safra de 1956. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

Maço de Projetos arquitetônicos concernentes à Charqueada São Domingos. Acervo Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

Circular 518, de 12 de julho de 1957, do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, Ministério da Agricultura. Acervo do Instituto Histórico de Jaguarão.

### **BIBLIOGRAFIA**

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. *A Negra força da princesa: Polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)*. Dissertação (mestrado em história) – Escola de Humanidades, Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo: 2007.

AL-ALAM, Caiuá Cardoso; Lima, Andrea da Gama. Territórios negros em Jaguarão: revisitando o centro histórico. In: BERGAMASCHI, Maria Aparecida; FRAGA, Hilda Jaqueline; GASPAROTTO, Alessandra; Org(s). *Ensino de História no conesul: Patrimônio cultural, territórios e fronteiras*. Porto Alegre: Evangraf / UNIPAMPA Jaguarão, 2013.

ALVIM, Rosilene; LOPES, José Sérgio Leite. Vila operária e cidadania: sobre um processo exemplar de transformação de uma situação de imobilização da força de trabalho pela moradia. *Revista de Sociologia e Política*. Universidade Federal do Paraná, Nº 2, 1994. <<http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39409/24223>> Data de acesso: 19/06/2017

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes; FORTES, Alexandre; SILVA, Fernando Teixeira da. (orgs.) *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Editora brasiliense, 1987.

BOURDEIU, Pierre. A Ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 190.

BOSI, Antônio de Pádua. Uma história social comparada do trabalho em frigoríficos: Estados Unidos e Brasil (1880-1970). Revista: *História e Perspectivas*. Uberlândia (51): 277-311, jul/dez. 2014.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade* lembranças de velhos. 3a ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994, p. XVII.

BOEIRA, Luciana Fernandes. Quando historiar é inventar a nação: uma reflexão sobre o espaço de atuação do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro na construção da ideia de nação brasileira no século XIX. *MARgem – Estudos*, Uberlândia – Minas Gerais, ano 1, n. 1, p. 86-95, jan./jun. 2008.

CARDIN, Eric Gustavo. História oral, conversas qualificadas e o mundo dos trabalhadores. *História na fronteira*, v. 2, n. 2, p. 7-21, jul./dez. 2009.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. O negro na sociedade escravocrata no Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

CHAUÍ, Marilena. O que é ideologia. Col. Primeiros Passos. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2008.

- ENGELS, Friedrich. Os movimentos operários. In: \_\_\_\_\_ *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra*. Porto: Afrontamento, 1975.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- FONSECA, Pedro Cézar Dutra. Estagnação econômica da Campanha e a ascensão da Serra e do Planalto. In: \_\_\_\_\_ *RS: economia e conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- FONTES, Paulo. Migração nordestina e experiências operárias: São Miguel Paulista nos anos 1950. In: BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes; FORTES, Alexandre.; SILVA, Fernando Teixeira da. (orgs.). *Culturas de classe: Identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: ARIÈS, P.; CHARTIER, R. (orgs.). *História da vida privada v. 3*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- GODOI, Stela Cristina. Trabalho e trabalhadores no Brasil Moderno (1954-64): Um diálogo entre duas Histórias. *Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, Araraquara, v. 1, n. 2, jan./jul. 2009.
- GOULART, Jorge Salis. A democracia. In: \_\_\_\_\_ *A formação do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiros; Caxias do Sul: EDUCS, 1985.
- \_\_\_\_\_ O problema das raças. In: \_\_\_\_\_ *A formação do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiros; Caxias do Sul: EDUCS, 1985.
- GULARTE, Gustavo da Silva. *Fronteira do Jaguarão: unidades produtivas e trabalho escravo na formação de um espaço fronteiriço, 1801 – 1835*. 2015. 132 f. Dissertação (mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2015.
- GUTFREIND, Ieda. *A Historiografia Rio-Grandense*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992.
- JANKE, Neuza Regina. *Entre os valores do patrão e os da nação, como fica o operário? (O frigorífico Anglo em Pelotas: 1940 – 1970)*. 1999. 163 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1999.
- KAYE, Harvey. La contribución colectiva. In: *Los historiadores marxistas britânicos: um análises introductorio*. Zaragoza: Universidad, Prensas Universitarias, 1989.

LEIPNITZ, Guinter Tlaija. Ser proprietário ou dependente de alguém: o mundo do trabalho e os vínculos de dependência na campanha. In: \_\_\_\_\_. *Vida independente, ainda que modesta: dependentes, trabalhadores rurais e pequenos produtores na fronteira meridional do Brasil (c. 1884 – c. 1920)*. 2016. 285 f. Tese (doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2016.

LIMA, Andrea da Gama. *O legado da escravidão* Andréa Lima faz um importante trabalho que demonstra a centralidade dos trabalhadores negros na produção cultural jaguarense (1802-1888). Dissertação (mestrado em memória social e patrimônio cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. 2010.

LUKÁCS, György. Parte 3. In: \_\_\_\_\_. Prolegômenos para uma ontologia do ser social. São Paulo: Boitempo, 2010.

MATTOS, Marcelo Badaró. Classes sociais e luta de classe. In: \_\_\_\_\_. *E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Uma parda infância*: nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança negra numa vila fronteiriça. (Aurélio Veríssimo Bittencourt / Jaguarão, século XIX). *Anais do 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba: UFPR, 2009.

OGNIBENI, Denise. *Charqueadas pelotenses no século XIX*: Cotidiano, estabilidade e movimento. Doutorado (História das sociedades hibéricas e americanas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *República velha gaúcha*: charqueadas, frigoríficos, criadores. Porto Alegre, Movimento/ IEL, 1980.

PERROT, Michelle. As três eras da disciplina industrial na França do século XIX. In: \_\_\_\_\_. *Os excluídos da história*: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PUREZA, Fernando Cauduro “Isso não vai mudar o preço do feijão”: as disputas em torno da carestia em Porto Alegre (1945-1964). Tese (doutorado em História) – Instituto de filosofia e ciências humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes; FORTES, Alexandre; SILVA, Fernando Teixeira da. (orgs.). *Culturas de classe*: Identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

- SCHINIMANN, Fernando. *A batalha da carne em Curitiba: 1945-1964*. Dissertação (mestrado), PPG – História Social da Universidade Federal do Paraná, 1992.
- SILVA, Nauber Gavski. *Vivendo como classe*: as condições de habitação e alimentação do operariado porto-alegrense entre 1905 e 1932. Dissertação (mestrado em História) – Instituto de filosofia e ciências humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- SILVA, Joana Aires. Agricultura como permanência do rural na cidade. In: \_\_\_\_\_ *Agricultura urbana em Teresina*: o rural que permanece na cidade. 2016. 231 f. Tese (doutorado em geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2014.
- SILVEIRA, Daniela Oliveira. “*O passado está prenhe no futuro*”: A escrita da História no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920-1930). Porto Alegre: UFRGS, 2008. Dissertação (mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2016.
- THOMPSON, Edward Palmer. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In: NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Sérgio. (orgs.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora daUnicamp, 2001.
- \_\_\_\_\_ Exploração. In: \_\_\_\_\_ *A formação da classe operária inglesa. Vol 2 – A maldição de Adão*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988.
- \_\_\_\_\_ Prefácio. In: \_\_\_\_\_ *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_ Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: \_\_\_\_\_ *Costumes em comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das letras, 1998.
- \_\_\_\_\_ Tradición, revuelta y consciència de classe: estudios sobre la crisis de la sociedad pré-industrial. Barcelona: Crítica, Grijalbo
- VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas margens do Atlântico*: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2013.
- VIANA, Oliveira. Origens pastoris da democracia rio-grandense. In: \_\_\_\_\_ *Populações meridionais do Brasil*: O campeador rio-grandense. Vol. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. P. 195-202

VIVIAN, Diego Luiz. Indústria portuária sul-rio-grandense: portos, transgressões e a formação da categoria dos vigias de embarcações em Porto Alegre e Rio Grande (1956 - 1964). Dissertação (mestrado em História) – Instituto de filosofia e ciências humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2008.

WOOD, Ellen Meiksins. Classe como processo e como relação. In: \_\_\_\_\_ *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.